

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Aparecida Gomes da Silva

**A luta de classes como “horror e escândalo” da
materialidade capitalista em Marx**

MESTRADO EM FILOSOFIA

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Maria Aparecida Gomes da Silva

**A luta de classes como “horror e escândalo” da
materialidade capitalista em Marx**

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção de título
de Mestre em Filosofia sob a orientação do
Professor Doutor Antônio José Romera Valverde.

São Paulo

2009

FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Aparecida Gomes da Silva

A luta de classes como “horror e escândalo” da materialidade capitalista em Marx

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Filosofia sob a orientação do Professor Doutor Antônio José Romera Valverde.

Banca Examinadora

Aos homens e mulheres que morreram nos anos 60 e 70 no Brasil e na América Latina, enfrentando os vendavais aterrorizantes das ditaduras militares que arrastaram homens, pensamentos. Àqueles que embotados de solidariedade e beleza, arrancados dos seus afetos, de seus prazeres, foram partícipes incondicionais da negação da sociedade de classes porque acreditavam na possibilidade da humanidade conquistar para si coisas finas e espirituais.

*Quem tem consciência para ter coragem,
Quem tem a força de saber que existe
e no centro da própria engrenagem
inventa a contra-mola que resiste*

*Quem não vacila mesmo derrotado
Quem já perdido nunca desespera
E envolto em tempestade, decepado
entre os dentes segura a primavera*

João Ricardo – João Apolinário

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Antônio José Romera Valverde que, por seu espírito libertário possibilitou o meu reencontro com Marx, procurando estar sempre atento às minhas divagações para conduzir-me com critério e suavidade às alamedas espinhosas e floridas do conhecimento.

Ao Professor Doutor Wolfgang Leo Maar por seu olhar cauteloso e crítico aos meus primeiros escritos, advertindo-me para uma busca menos confiante e mais mediadora, ao remontar as heranças de Marx.

Ao meu pai Adalberto (*in memória*), um operário intelectual que me alertou para as injustiças sociais, por sua confiança (exagerada) no comunismo e à minha querida mãe (*in memória*), costureira semi-alfabetizada, mas que me deixou seu legado afetivo e solidário, apesar das intempéries da sua (e nossa) vida marcada pela pobreza e um alienante trabalho.

Aos queridos amigos e amigas, Valquíria, Ellen, Sandrinha, Argemiro, Sônia, Geo, Bete, Eneila, Rosane, Gustavo, Terezinha, Vado, Andréia, Rita e Maria por partilharem das minhas vontades, angústias e prazeres nas veredas rítmicas do saber e que atravessam comigo os dias, atentos às centelhas que possam recolocar uma dimensão mais humanizada da vida.

Aos colegas revisores Ravi e Patrícia pelo exame dedicado e paciente do manuscrito, por vezes bastante emaranhado de aspas e itálicos, confundindo os melhores leitores das minhas peripécias teóricas.

À Secretaria do Estado da Educação pela bolsa oferecida para realização do curso de mestrado, demanda presente nas últimas décadas, na luta dos trabalhadores da educação.

Aos Professores Doutores participantes das bancas de qualificação e defesa pelas observações e orientações feitas no meu processo de reflexão e estudo do tema.

RESUMO

O presente manuscrito aprofunda o dilema atual sobre a categoria luta de classes, em Marx: as alterações oriundas da nova fase técnico-científica do capitalismo promoveram a desaparecimento da luta de classes nas formações sociais contemporâneas? Em princípio, esse dilema é exposto a partir dos teóricos Kurz, Negri e Hardt que, embora envolvidos na tradição marxista e dispostos a compreender as transformações da modernidade, não consideram mais a relevância da luta de classes nas relações sociais do capital globalizado. A intenção desta exposição foi, portanto, fazer um exame da categoria luta de classes em *O Capital* e revelar as linhas fundamentais de sua dimensão lógico-histórica, então proferidas por Marx. Neste exame recorreu-se aos pensadores Fausto e Benoit, os quais debruçam-se sobre a obra e acentuam a inerência da contradição capital-trabalho nas configurações sociais do capitalismo. A violência do contrato desigual – apropriação de trabalho alheio, sem troca – segundo os intérpretes de Marx, coloca as classes em oposição. Assim, a experiência de espoliação vivida pelo trabalhador possibilita a existência da luta de classes. Marx expõe o segredo da forma-valor: a riqueza do capital é a extração de mais-trabalho. A luta de classes é recomposta nos esboços marxistas como possibilidade real de fim do capital e princípio de uma nova ordem social – a negação da negação. A *inquiétude* do trabalho contida nas mercadorias leva Marx a confidenciar a transitoriedade do sistema. Como em face do humano o trabalho é, para Marx, um pressuposto inalienável dos homens ativos, a investigação também resgata a ontologia do trabalho no seu pensamento. De posse dessas reflexões, este manuscrito estabelece o debate com Kurz sobre a perda de centralidade do trabalho e da luta de classes na modernização capitalista. Para os objetivos da pesquisa, foi importante delinear alguns aspectos do desenvolvimento das novas tecnologias na esfera fabril e da reestruturação produtiva a fim de compor um painel provisório da forma social do capital na atualidade. O impacto das transformações na sua moldura produtiva indica um redirecionamento das formas de exploração do trabalho para a incessante revalorização do valor. Com base na herança de Marx, o texto reitera que o capital não sobrevive sem o trabalho, mesmo nas formas produtivas reorganizadas em que houve o avanço da técnica e da ciência. O capitalismo é a contradição em processo: de um lado, põe em movimento todas as forças da natureza para diminuir trabalho; de outro, continua medindo a riqueza pelo trabalho. No término do texto, o debate reinstala-se com os autores Negri e Hardt, para os quais a luta de classes foi substituída, na era pós-moderna, pela multidão. Por fim, das aquisições de Marx, ressalta-se a permanência da pulsão vital do capitalismo – extração de mais-trabalho – e a luta de classes como possibilidade real de compor “o horror e o escândalo” da moldura atual do capital.

Palavras-chave: Luta de classes – Valorização do valor – *Vampirismo* do capital – Reestruturação produtiva – Mais-trabalho.

ABSTRACT

The present research deepens the current dilemma on the class conflict as elaborated in Marx: have the changes originated from the new technical-scientific phase of capitalism promoted the disappearing of class conflict in the current social organizations? At first, this dilemma is exposed in Kurz, Negri and Hardt, which despite being involved in the Marxist tradition, and willing to understand the transformations of modernity, do not consider the class conflict issue in the social relations of globalized capitalism. Therefore, the purpose of this demonstration was to analyze the class conflict in *Das Kapital*, and to reveal the fundamental bases of its logical-historic dimension as mentioned by Marx. For this analysis we took into account the ideas of Fausto and Benoit, who studied the work thoroughly and highlighted the peculiar to the capital-work contradiction in the social configurations of capitalism. The violence of the uneven contract: third-party work appropriacy, without exchange, according to Marx's researchers, leaves classes in opposition. Thus, the experience of spoliation lived by the worker allows the existence of class conflicts. Marx exposes the secret of the value-form: the riches of capital lie in the extraction of more work. Class conflicts are recomposed as Marxist drafts as a real possibility of the end of capital, and the beginning of a new social order – the denial of denial. The *agitation* of work of goods takes Marx to confide the transit of the system. From a human perspective, work is, to Marx, a requirement of active men, and the investigation also deals with the ontology of work from his viewpoint. Based on those reflections, this research establishes the debate with Kurz about the loss of centrality of work and the class conflict in the capitalist modernization. To fulfill the objectives of the research it was crucial to highlighten some aspects in the development of new textile technologies and the productive reorganization to compose a temporary chart of the social form of capital nowadays. The impact of the transformations in its productive molding indicates a repositioning of the ways of work exploration to the endless value change. Based on Marx, the text reassures that the capital does not exist without work, even in the reorganized productive forms in which there was the advance of technology and science. Capitalism is a contradiction in progress: on one side it puts in motion all the forces of nature to diminish work; and on the other side it keeps measuring wealth through work. In the end of the text, the debates with Negri, and Hardt are restarted, to whom the class conflicts was replaced in post-modern times by multitude. Finally, one of the accomplishments of Marx highlightens the remaining of a vital capitalism push – the extraction of more work – and the class conflict as an alternative to compose the 'horror and the scandal' of the current frame in which capital is inserted.

Keywords: Class conflicts – The value of value – Capital Vampirism – Production Reorganization – More Work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
------------------	----

CAPÍTULO I

O MUNDO ÚNICO DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DESAPARIÇÃO DA LUTA DE CLASSES?	17
---	----

PARTE I

1.1 KURZ E ALÓGICA PREVISÍVEL DO VALOR.....	20
1.1.1 A concorrência, princípio da dinâmica capitalista e o seu sentido secreto	20
1.1.2 O colapso: o capital promove o desaparecimento do trabalho abstrato	22
1.1.3 A lógica previsível do valor	24
1.1.4 A luta de classes compõe a lógica da <i>afirmação</i> do capital	26
1.1.5 A ontologia do trabalho concebida no interior do fetiche da mercadoria.....	29
1.1.6 Para uma crítica emancipatória do paradigma da luta de classes	31
1.1.7 A crítica social radical e a <i>cultura da recusa</i>	32

PARTE II

1.2 A ERA INDUSTRIAL: A LUTA DE CLASSES. IMPÉRIO: O CONTRAPODER DA MULTIDÃO	36
1.2.1 Elementos constitutivos do Império.....	37
1.2.2 O internacionalismo das lutas modernas e a nova militância proletária da pós-modernidade	38
1.2.3 O imperialismo, os limites e a transição para o Império.....	40
1.2.4 Governabilidade disciplinar, o homem-fábrica e as lutas populares do Terceiro Mundo.....	42
1.2.5 A reestruturação produtiva: a era informacional, as redes e o trabalho imaterial	46
1.2.6 A força social contra o Império e a constituição híbrida	49
1.2.7 Virtualidades singulares: articulação entre o possível e o real	52
1.2.8 A multidão: sujeito político do Império	54

CAPÍTULO II

A LUTA DE CLASSES EM MARX, SOB A ÉGIDE DE *O CAPITAL*..... 58

2.1 EM <i>O CAPITAL</i>, AS CLASSES SÃO POSTAS EM INÉRCIA OU <i>EM LUTA</i>.....	61
2.1.1 A luta de classes analisada como oposição das classes <i>em luta</i>	62
2.1.2 A contradição basilar da luta de classes	64
2.1.3 Da violência do contrato desigual e da contraviolência da luta de classes.	65
2.1.4 A luta de classes como categoria lógica pressuposta em <i>O Capital</i>	67
2.2 O MOVIMENTO DIALÉTICO DE <i>O CAPITAL</i> E A LUTA DE CLASSES: OUTRA PERSPECTIVA.....	68
2.2.1 Da suposta <i>quietude</i> para a insuspeita <i>inquiétude</i> . A exposição dialética de <i>O Capital</i> : o lógico e o histórico se entrecruzam	73
2.3 A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO: UM ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO.....	79
2.4 MARX DESFETICHIZA O CAPITAL: MODO DE VIDA TRANSITÓRIO	82
2.4.1 A dialética e o seu “escândalo”	85
2.5 A HISTÓRIA, O DEVIR E A GÊNESE EM MARX.....	87

CAPÍTULO III

MARX E A ATIVIDADE PRÁTICA SENSÍVEL

93

PARTE I

3.1 O TRABALHO: CONDIÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA.....	95
3.1.1 A fonte reveladora do ser	96
3.1.2 O trabalho contém uma posição teleológica.....	99
3.1.3 O trabalho reinventa as circunstâncias	102
3.1.4 O trabalho e a interatividade.....	104

PARTE II

3.2 KURZ E A CONTROVÉRSIA COM MARX: O TRABALHO E A SUA DUPLA DIMENSÃO	108
3.2.1 A oposição entre os sujeitos de classe: Kurz e Marx.....	112
3.2.2 <i>A cultura da recusa</i> : um combate à fraseologia deste mundo	114

CAPÍTULO IV

A PULSÃO VITAL DO CAPITALISMO.....	123
---	------------

PARTE I

4.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PERSISTÊNCIA DO VAMPIRISMO	126
4.1.1 Traçado provisório da reorganização produtiva	126
4.1.2 Alterações significativas nas relações produtivas.....	130
4.1.3 O trabalho morto não pode eliminar o trabalho vivo.....	133
4.2 O CAPITAL AUTOPROCLAMA VIDA LONGA E A CRISE ESTRUTURAL INDICA A BREVIDADE DA VIDA	140

PARTE II

4.3 O ESVAZIAMENTO DA LUTA DE CLASSES NO IMPÉRIO.....	147
4.3.1 A multidão desfaz-se em incertezas	147
4.3.2 A multidão apropria-se da produção social, sem ruptura	149
4.3.3 O afastamento da analítica de Marx	150
4.3.4 A ação política da multidão no interior do Império.....	155

CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
-----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	165
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente manuscrito, pretensamente mais filosófico do que econômico, visa adentrar-se na aguda reflexão desencadeada por Marx acerca das “raízes sociais das quais se nutre o capitalismo” (FONTES, 2007, p. 14) e nela, fazer emergir o conceito luta de classes para jogar um pouco mais de luz na controvérsia em torno desta categoria marxista. Para tanto, o trabalho investigativo assume um compromisso com a dialética marxista, no sentido de compreender se: a contradição capital-trabalho ainda movimenta as relações sociais da nova fase científico-técnica da forma-valor, ou tende à desapareição na medida em que a reestruturação produtiva do capital segue provocando alterações na sociedade do trabalho, as quais cedem menos espaço (ou quase nenhum) ao embate entre as classes?

Percorrer este dilema exige, em princípio, localizá-lo sob a ótica de alguns teóricos da contemporaneidade, escolhidos dentre aqueles que se envolveram numa tradição intelectual marxista e mantiveram-se como observadores atentos às mudanças existentes no mundo capitalista. O escritor Robert Kurz e a dupla Antônio Negri e Michael Hardt¹ compõem os autores eleitos para nortear a polêmica discussão da categoria luta de classes nas relações societárias atuais, o que será versado no primeiro capítulo da dissertação. Os pensadores indicados, embora mais próximos de uma “herança marxista”², constituem vertentes teóricas que defendem a perda de relevância do trabalho – e da luta de classes – em tempos de capitalismo globalizado. As suas argumentações, ao serem abordadas com acuidade no primeiro capítulo, salientam o dilema a ser investigado: desapareição ou permanência da luta de classes nas recentes configurações sociais da reestruturação produtiva?

Num segundo momento, considera-se providencial resgatar as formulações de Marx acerca da luta de classes para evidenciá-la como uma categoria *lógica e histórica* inerente ao

¹ O texto assumirá a sequência Antônio Negri e Michael Hardt para fazer alusão à dupla, preferencialmente porque Negri é mais conhecido na tradição intelectual marxista.

² O termo foi apropriado do livro utilizado por Giannotti que critica a utilização do conceito marxista de luta de classes nos dias atuais. Para Giannotti, houve um “travamento” da contradição capital-trabalho, uma vez que os sentidos do capital são outros e seus agentes diluíram-se em “espelhos partidos”, freando e suplantando a própria luta de classes. Conferir GIANNOTTI, 2000.

movimento dialético das formas de produção social em que haja exploração de trabalho excedente. Assim, o segundo capítulo deste manuscrito envereda-se em *O Capital* para esclarecer a dimensão lógico-histórica da luta de classes proferida por Marx. Neste intento, depara-se com a distinta concreção proposta por Marx do modo de produção capitalista: somente neste *locus* social realizador da mais-valia, os produtores diretos vão ao mercado colocar-se à disposição dos possuidores dos meios de produção, uma vez que produtos e meios foram-lhe totalmente expropriados. A violência do contrato desigual sucumbe à luta de classes. O capítulo reflete as origens da contradição fundamental que opõem as classes em luta: a contradição capital-trabalho.

Na continuidade do segundo capítulo, torna-se relevante esboçar o caráter *contraditório e transitório* do capital, revelado no próprio modo de exposição dialético de Marx, para o qual a dialética contém nela mesma *a positiva e a negativa* compreensão do existente. Em *O Capital*, Marx analisa de forma demorada as relações produtivas vigentes no modo de produção capitalista e os seus desenlaces, e ao fazê-lo expõe a transitoriedade do sistema. Marx, ao retirar os objetos da *quietude*, da sua condição de ser-mercadoria das prateleiras do mercado e observá-los indagando pela *inquiétude* do trabalho contido neles, não realiza apenas a crítica da economia política da sociedade burguesa, mas também faz submergir a sua negação. Portanto, não é sem propósito fazer uma exposição da expressão marxista “a negação da negação”, pois ela comporta a dialética não apenas como compreensão do existente, mas *ao mesmo tempo*, compreensão de sua superação.

Evidenciar a categoria marxista da luta de classes significa introduzir-se no debate atual da centralidade do trabalho, tema bastante polêmico diante da reorganização produtiva do capital. Muitos analistas consideram o avanço das novas tecnologias um prenúncio do “fim do trabalho” e apontam para uma superação da mais-valia absoluta. Após resgatar o conteúdo terreno³ da luta de classes em *O Capital*, o destaque do terceiro capítulo primou então por fazer uma exposição ontológica do trabalho em Marx para, em seguida, estabelecer um diálogo com a idéia de desaparecimento da sociedade do trabalho, em Kurz.

³ Ao se referir à nascente ontologia marxiana, J. Chasin expressa a “força” dessa ontologia: *a terrenalidade*. Cf. CHASIN, 1995, p. 364.

Por fim, o pretense manuscrito, em seu quarto capítulo, considerou sensato expor as alterações evidenciadas na nova fase do capitalismo avançado, com a reintrodução da técnica e da ciência nos processos produtivos atuais e seus desenlaces para a sociedade do trabalho. Em continuidade, foi possível verificar em que medida a pulsão vital do capitalismo – absorção de maior massa possível de mais-trabalho – segue compondo sua arquitetura social totalizante. As modificações na forma social produtiva do capital reinstalam o dilema da dissertação: a luta de classes continua “rondando” apenas com “espectro” a materialidade atual do capital ou permanece como “escândalo” para os donos do trabalho expropriado, como proferira a dialética de Marx?

Após redesenhar a moldura das relações sociais e produtivas na fase avançada do modo de vida mercantil, o capítulo aprofunda o debate com a dupla de autores, Negri e Hardt, sobre o conceito de multidão e suas análises da constituição híbrida imperial em que prevalecem subjetividades cooperativas, capazes de transpor o controle do Império em seu próprio interior. Trata-se de estabelecer um diálogo com a herança de Marx sobre a submersão da sociedade de classes.

Adentrar-se no debate em torno da categoria luta de classes, num momento em que se repensa os limites históricos de “uma classe que não existe mais” e no total desregramento da partitura marxiana⁴ da *necessária submersão* da sociedade de classes, pode ser importante para a *crítica social*, principalmente quando a soberania do mercado, sob um narcisismo individualista refletido no espírito da atualidade pode se transfigurar em desumanização globalizada, uma vez que se diluíram os referenciais coletivos de emancipação humana. Marx, ao decifrar a “totalidade complexa e contraditória na qual somos forjados” (FONTES, 2007, p. 14) revigora a possibilidade necessária da dissolução, não de injustiças parciais, mas “da injustiça pura e simples [...] ‘que é numa palavra, a perda total do homem, [que] só pode, portanto, recuperar a si mesma através da recuperação total do homem’” (CHASIN, 1995, p. 366, grifo do autor).

A reflexão do dilema pode ser importante para a *prática social* da atualidade, marcada por uma sociabilidade que ainda “se nutre da miséria humana que produz” e procura extirpar

⁴ Verificar o termo empregado *In* CHASIN, 1995, p. 373.

qualquer possibilidade de ação coletiva, num mundo de laços humanos desfeitos, avesso à solidariedade, em que a realidade assume mais do que nunca “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 71).

O capitalismo permanece alimentando-se de uma acumulação originária e as contradições proliferam-se e agudizam-se: de um lado, “comércio de crianças (para o trabalho ou para o consumo sexual), trabalho compulsório, encerramento dos trabalhadores em fábricas por jornadas extensas e sem direitos, precarização, concorrência predatória, cooperativas forjadas para a extorsão do trabalho, discurso adocicado de um voluntariado filantrópico ocultando o abuso da força de trabalho doada-mas-compulsória: o lucro se apresenta como único limite” (FONTES, 2007, p. 13). De outro, os endinheirados exibem suntuosidade em ilhas cercadas de arames farpados, de vigilantes armados, câmaras de controle para os excluídos não se aproximarem. “O ócio seguiu reservado a um pequeno grupo mais concentrado, dos que detêm a riqueza, exclusividade dos poucos capazes de se tornar *‘mundial players’*. Esse clube restrito alimentaria novos racismos e discriminações, mas define seu quadro de pertencimento pela gordura do bolso” (FONTES, 2007, p. 12-3, grifo do autor).

O panorama globalizado da opulência e da miséria, transfigurado numa crise global ameaçadora do ponto de vista de uma socialização da barbárie (carência generalizada), lança novos desafios àqueles que se sentem instigados pelo pensamento de Marx, o qual, com sua lúcida compreensão da lógica capitalista e dos seus desdobramentos sócio-históricos, arrebatou o pensamento social para o inconformismo, para a *sublevação*. Compreender com mais clareza os contornos da luta de classes significa afastar-se da “escola filosófica da impotência” e se aproximar da “crítica corrosiva e subversiva” de Marx avessa à ordem do capital, aquela “que configura corpos torturados e nos bloqueia a humanidade plena” (FONTES, 2007, p. 14).

CAPÍTULO I

CAPÍTULO I

O MUNDO ÚNICO DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: DESAPARIÇÃO DA LUTA DE CLASSES?

“A crise capitalista, como Marx nos informa, é uma situação que requer que o capital se submeta a uma desvalorização geral e a um profundo reajuste das relações de produção, como resultado da pressão que o proletariado exerce sobre a taxa de lucro. Em outras palavras, a crise capitalista não é simplesmente função da própria dinâmica do capital, mas é causada diretamente por conflito proletário”

(Negri e Hardt)

Os autores referidos nesta produção – Kurz, Negri e Hardt – a par das diferenças na radiografia do capitalismo hoje, todos aludem a um novo perfil para o sistema produtor de mercadorias; perceptível quando se assiste a um avanço das forças produtivas, promovendo mudanças substanciais nas relações sociais dos homens, as quais, segundo eles mesmos, adquirem novos sentidos e fazem emergir outros agentes sociais, embaraçando e suplantando a própria luta de classes.

Kurz, protagonista do Grupo *Krisis*⁵, ao mesmo tempo em que expõe um panorama pertinente do sistema produtor de mercadorias e uma polêmica análise sobre seu colapso, adverte para o fim da luta de classes porque ela não tem mais funcionalidade diante da força-produtiva-ciência e da mundialização do capital. No desenvolvimento técnico-científico do

⁵ O grupo alemão formado em torno da Revista *Krisis* publica em junho de 1999, na Alemanha, o *Manifesto contra o trabalho* para pôr fim ao “grito desesperado” da salvação do trabalho, ou ainda para dar um “tiro de misericórdia” ao que os seus autores chamam de fetichismo do trabalho. Alguns membros do Grupo *Krisis*, além de Robert Kurz são citados na Apresentação do livro *Os últimos combates*. São eles: Ernst Lohoff, Norbert Trenkle, Roswitha Scholz, Claus Peter Ortlieb, Franz Schandl e Anselm Jappe. Cf. KURZ, 1998.

sistema produtor de mercadorias, a luta de classes validou esse processo, possibilitando melhores condições de vida aos trabalhadores em tempos “floridos” do capital. No colapso da modernidade em que o capital não tem mais trabalho para “sugar”, o conflito capital-trabalho envereda-se para sua diluição na sociedade do capital cientificizado.

Negri e Hardt, próxima dupla de autores a serem estudados, abandonam o conceito de classes e o substituem por multidão, propondo atualizar suas análises numa moldura “imperial e pós-moderna”. Para eles, não tem mais sentido abordar a luta de classes porque a exploração do trabalho foi substituída pela reprodução de subjetividades autônomas, criativas, portadoras de cooperação capazes de desenvolver seus próprios projetos constituintes e transformar a realidade nos marcos do próprio sistema. Nas considerações de Negri, o poder da multidão, constituído de paixão, afeto, inteligência e capaz de criar novos valores deseja subverter o poder imperial no interior dele mesmo. Assim, a multidão deve manter uma participação política que leve em conta o mundo novo e o “lado de dentro” do Império. A luta de classes como submersão da sociedade de classes perdeu seu significado no mundo pós-moderno.

O capítulo pretende recuperar as posições desses autores em relação ao desenvolvimento do capitalismo e as alterações provenientes da introdução da técnica e da ciência, assim como dimensionar o novo tratamento dado por eles à categoria luta de classes diante das transformações produtivas na contemporaneidade.

PARTE I

1.1 KURZ E A LÓGICA PREVISÍVEL DO VALOR

As páginas seguintes traçam um painel do sistema produtor de mercadorias proposto por Kurz e o seu colapso, no intuito de demarcar suas posições a respeito do fim da sociedade do trabalho e da luta de classes na fase madura do capital. Numa perspectiva mais centrada na lógica do valor de Marx, Kurz evidencia o papel da concorrência e da força-produtiva-ciência para reiterar os limites estruturais do capitalismo e as mudanças nas relações produtivas da contemporaneidade. A partir das reflexões sobre o desenvolvimento histórico do capitalismo, Kurz salienta a disfunção da luta de classes nas configurações atuais da forma-mercadoria.

1.1.1 A CONCORRÊNCIA, PRINCÍPIO DA DINÂMICA CAPITALISTA E O SEU SENTIDO SECRETO

As considerações de Kurz acerca do desenvolvimento do capitalismo e de sua dinâmica estão centradas em uma categoria chave para o autor, isto é, a concorrência, “necessidade lógica e princípio impulsor do sistema produtor de mercadorias”⁶. Não é sem propósito, portanto, conhecer com acuidade as relações da concorrência com o processo de maturação da moldura capitalista. Na visão desse estudioso, o modo de produção capitalista, ao estimular a “luta entre as unidades empresariais particulares pela realização de mais-valia” – a concorrência – proporcionou o desenvolvimento das forças produtivas científicas, as quais reorganizam a produção e provocam a morte definitiva da sociedade do trabalho (KURZ, 1993, p. 76-7).

Nas formações pré-capitalistas, os bens de uso eram produzidos e mediados no mercado em proporções fixas; o dinheiro não era um fim em si mesmo, mas o mediador das

⁶ Kurz esteve no Brasil, em palestra proferida na Universidade de São Paulo no ano da publicação do livro no país. A autora deste trabalho teve a oportunidade de estar presente nesse evento.

relações de troca. “As relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho continuam aqui transparentemente simples tanto na produção quanto na distribuição” (MARX, 1985, p. 75). Com o advento do capital, “os bens de uso são atirados no dinâmico processo de automovimento do dinheiro [...] Portanto, separam-se lógica e praticamente, a produção e a apropriação da mais-valia” (KURZ, 1993, p. 78). No período das corporações, os métodos de produção estavam mais ou menos fixados e os preços rigorosamente inflexíveis; o sapateiro, por exemplo, podia trocar o sapato produzido por pão e carne. Nos dias de hoje, a unidade empresarial, para se apoderar de parte da mais-valia global, tem de “lutar” na esfera da circulação e ainda assim, não receberá a mesma quantidade de mais-valia que incorporou nos bens de uso. Sobre isso, acrescenta o autor:

[...] A verdadeira mais-valia não é a simples soma de excedentes particulares que resultam da exploração do trabalho vivo; não é nenhum fator fixo e inflexível, mas um fator móvel, oscilante, elemento em que se manifesta um processo social infatigável (KURZ, 1993, p. 78).

Na verdadeira corrida à forma-dinheiro as empresas precisam ofertar produtos mais baratos. Para tanto, devem atingir níveis elevados de produtividade em que grande quantidade de mercadorias possa ser produzida em menos tempo e com menor dispêndio de força de trabalho. Assim, a produtividade passa a ser definida pelo nível de tecnologia adquirido pelas empresas, determinando sua capacidade de participação no mercado mundial.

O mecanismo de competição entre as empresas, “sob pena de ruína da unidade reprodutiva”, impulsionou o desenvolvimento das forças produtivas e do emprego tecnológico da ciência, promovendo, segundo Kurz (1993, p. 79), uma ambiguidade na dinâmica capitalista: *força destrutiva* frente aos homens e à natureza e *emancipação negativa* ao abolir o trabalho abstrato, repetitivo, criador de valores. O sentido secreto da concorrência pôde desenvolver a tecnologia moderna, transformando o sistema da forma-dinheiro num *One World*⁷ capaz de promover ao mesmo tempo “a apropriação da natureza a um nível nunca visto” e suprimir o trabalho abstrato, fundamento da sua própria existência. Prossegue Kurz:

[...] Somente a concorrência como ‘coação muda’ (Marx) do sistema produtor de mercadorias, nascida e atuando ‘atrás das costas’ dos sujeitos,

⁷ O termo foi usado In KURZ, 1998, p. 24.

podia pôr em movimento de modo enérgico as forças produtivas, ainda que em contradições gritantes de destruição e emancipação (KURZ, 1993, p. 79, grifo do autor).

Para Kurz, as contradições gritantes do sistema produtor de mercadorias foram anteriormente denunciadas por Marx na *Crítica da economia política*. Os surtos de produtividade tão necessários ao desenvolvimento do capital que transformaram sobremaneira as relações de produção foram vistos por Marx, por um lado, como destrutivos porque desumanizaram o homem, sacralizaram o fetiche da mercadoria e, além disso, a riqueza material produzida pela concorrência sempre foi açambarcada por poucos, em detrimento dos produtores e da própria natureza. Por outro lado, Marx não deixa de considerar a *missão civilizatória do capital* “ao destruir todos os fetiches naturais e poderes institucionais, sob os quais as massas vegetaram como mero acessório da propriedade territorial, sem serem sujeitos” (KURZ, 1993, p. 80).

O princípio dinâmico do sistema produtor de mercadorias – a concorrência – aproxima a sociedade mundial de sua própria ruptura. A força-produtiva-ciência, criada a partir da máquina da concorrência, tendencialmente suprime o trabalho abstrato criador de valores tornando-o obsoleto e a própria razão de ser do capital, levando-o aos limites de sua própria existência. Conforme adverte Kurz:

[...] pela primeira vez, a riqueza material (e também ecologicamente destrutiva) é produzida antes pelo emprego tecnológico da ciência que pelo dispêndio de trabalho humano abstrato. O capital começa a perder sua capacidade de valorização absoluta e alcança com isso aquele estágio, extrapolado logicamente por Marx, no qual a forma de socialização do sistema produtor de mercadorias – que ‘repousa no valor’ – esbarra em seus limites históricos (KURZ, 1998, p. 67-8, grifo do autor).

1.1.2 O COLAPSO: O CAPITAL PROMOVE O DESAPARECIMENTO DO TRABALHO ABSTRATO

Para Kurz, o capitalismo desenvolveu suas forças produtivas impulsionadas pela lógica imanente do sistema: no *vampirismo* da acumulação, a concorrência entre as empresas motivou-as ao desenvolvimento da técnica para permanecerem salvas no mundo único do

mercado. Na luta pela permanência nesse mercado, substrato da própria lógica de acumulação capitalista da valorização do valor, a produtividade capitalista promove o desaparecimento do verdadeiro motor da acumulação real – o trabalho abstrato. “Em outras palavras: o ‘valor’ já contém em sua forma essencial (descrita no primeiro capítulo de *O Capital*) uma contradição insolúvel que conduz, inexoravelmente, ainda que isso leve muito tempo, à sua crise final. Esta crise está começando diante de nossos olhos”⁸.

Na análise do referido autor, o colapso do sistema está em curso e aproximando-se de sua ruptura; o trabalho vai deixando de ser a *substância* do valor, e esta sua supressão nasce como forma negativa, como crise derradeira desta forma de reprodução social. “Em Marx, o valor não pode conter a realidade, mas a subordina à sua própria forma e a destrói, destruindo, no ato, a si mesmo”. O capitalismo da modernização, ao colocar em movimento as leis cegas da produção de mercadorias, absorve cada vez menos trabalho vivo quanto mais utiliza a tecnologia científica, esbarrando a passos largos no seu próprio limite histórico quando aumenta a produtividade exigida pela concorrência destes capitais (KURZ; JAPPE, 1998, p. 9).

Nos dizeres de Kurz (1993, p. 81), o sistema produtor de mercadorias, ao mesmo tempo em que tende a suprimir o trabalho abstrato criador de valores, “quer conservar à força o invólucro formal dessa forma-valor, manter seus frutos (salário, preço e lucro), apesar de estes terem perdido sua substância”. Nas suas proposições fica evidente a capacidade finita de acumulação do capital. O autor enfatiza a existência da “lógica abstrata da rentabilidade” que se impõe “mais cedo ou mais tarde”, para a qual só participam do mercado mundial empresas rentáveis, ou seja, aquelas cuja produção tem condições de competir no nível de produtividade mundial. Para os organismos produtivos de ponta, portanto, não tem mais importância deslocarem-se para lugares onde a oferta de mão-de-obra é mais barata, uma vez que concorrer no mercado mundial significa emprego tecnológico da ciência e intensificação da produtividade.

A tendência deste século ao aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da “força produtiva ciência”) desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra barata do Terceiro Mundo, fechando com isso, porém para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante

⁸ A propósito, observar a Apresentação de Anselm Jappe. Cf. KURZ, 1998, p. 09.

de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos mercados novos (KURZ, 1993, p. 170).

Assim, torna-se relevante observar com mais atenção as considerações feitas por Kurz sobre a lógica abstrata da rentabilidade, sobre as leis estruturais da produção de mercadorias, as quais, segundo ele, são inerentes à mercadoria moderna e ao mercado mundial e, portanto, não podem ser “politicamente induzidas” e nem vistas apenas como “decisões conscientes” de sujeitos – os capitalistas; “de modo geral, é inútil e absurdo querer discutir e argumentar com as leis estruturais da produção de mercadorias, como se tratasse de um sujeito consciente” (KURZ, 1993, p. 171).

1.1.3 A LÓGICA PREVISÍVEL DO VALOR

É importante salientar que as proposições de Kurz (1993, p.172) a respeito dos limites históricos do capitalismo são creditadas a uma engrenagem lógica do “dinâmico movimento do capital”, ou ainda, a uma lei fundamental da valorização do valor, a lei da rentabilidade “logicamente previsível” que empurra o sistema para o seu próprio esgotamento. Na mesma linha argumentativa, escreve o Grupo *Krisis*⁹:

Que este limite seria alcançado mais cedo ou mais tarde, era logicamente previsível. Pois o sistema produtor de mercadorias sofre de uma autocontradição incurável. De um lado, ele vive do fato de sugar maciçamente energia humana através do gasto de trabalho para sua maquinaria: quanto mais, melhor. De outro lado, contudo, impõe, pela lei da concorrência empresarial, um aumento de produtividade, no qual a força de trabalho humano é substituída por capital objetivado cientificizado (KRISIS, 1996, p. 14).

Na verdade, para Kurz a possibilidade de o colapso do capitalismo redirecionar sua trajetória a partir de sujeitos conscientes (uma projeção iluminista do sujeito), ou vivenciar um “desenvolvimento recuperador” a partir de “uma estratégia politicamente induzida” não

⁹ Consultar KRISIS, 1996, p. 1-27.

tem sustentabilidade diante das leis estruturais e cegas da produção de mercadorias. O princípio da rentabilidade inerente à forma-dinheiro ainda “partirá para uma última corrida deslumbrada antes de percorrer, até o fim, seu caminho duplo de ‘emancipação negativa’ e destruição social-ecológica” (KURZ, 1993, 206, grifo do autor).

No entanto, a previsibilidade da crise a partir da lógica do valor, na qual cada nova volta do processo de concorrência diminui substancialmente a massa global de mais-valia disponível para ser apropriada, coloca para Kurz (1993, p. 171) “razões muito mais objetivas e decisivas” à terminalidade do sistema produtor de mercadorias do que “vontade politicista” para impedi-lo ou recuperá-lo a partir de decisões de um sujeito mercantil capaz de “passar por cima” das leis estruturais da lógica mercantil da modernidade.

É muito interessante observar as críticas que o referido autor faz aos amplos setores da esquerda, da velha esquerda anti-imperialista, passando pela “esquerda realista” até a “própria esquerda radical”¹⁰. Todas elas partem do primado da política, do Estado como “portador de uma vontade geral” e na crença da eterna capacidade de acumulação do capital. Segundo Kurz, os “remanescentes do velho radicalismo” se mantêm no “fetiche cego do capital”, em uma projeção iluminista do sujeito, presos aos conceitos de soberania e vontade, tomando como supérflua uma “nova historização do desenvolvimento interno do capitalismo”. No entanto, “eles não ousam mesmo acusar de ‘objetivismo’, precisamente, a análise e a crítica das estruturas (realmente) objetivadas, por terem desde sempre operado com conceitos burgueses irrefletidos de sujeito e vontade” (KURZ, 1998, p. 75-6, grifo do autor).

Neste sentido, o que há para Kurz é a autonomização da mercadoria que segue apenas suas próprias leis de desenvolvimento¹¹; leis estruturais da lógica produtiva do capital que arrasta o mundo das mercadorias para sua crise final. Dessa maneira, sujeitos coletivos tais como burguesia e proletariado são apenas atores coadjuvantes e colaboradores na lógica previsível da hegemônica forma-dinheiro dos tempos modernos.

¹⁰ Termos utilizados *In* KURZ, 1998, p. 74.

¹¹ Na Apresentação de *Os últimos combates*, Jappe também aponta a ausência de sujeitos na reflexão crítica do Grupo *Krisis*, embora não a considere estruturalista. Vejamos suas considerações: “[...] ‘por trás’ da processualidade cega e auto-referencial do valor não há nenhum sujeito que ‘faz’ a História. Mas, diferentemente do estruturalismo, o Grupo *Krisis* não acredita que o processo sem sujeito seja uma lei fundamental e imutável da existência, antes o concebe como um estágio histórico necessário, porém transitório”. Cf. KURZ, 1998, p. 08, grifo do autor.

1.1.4 A LUTA DE CLASSES COMPÕE A LÓGICA DA AFIRMAÇÃO DO CAPITAL

Em determinado momento das reflexões de Kurz (1998, p. 25) sobre Marx e a luta de classes, ele comenta: “O Marx dos operários e da luta de classes cai em desgraça, mas o crítico radical do fetichismo e da forma-valor continua de pé e só agora passa a ser efetivo”. Para compreender por que “Marx cai em desgraça” para Kurz, será necessário perceber o significado da *funcionalidade* da luta de classes no momento específico da modernização capitalista. Nos dizeres de Kurz, o capital e o trabalho possuem uma identidade lógica, inerente ao sistema produtor de mercadorias: embora reúnam interesses díspares no que diz respeito à valorização do valor, na *luta de interesses* colocam em funcionamento forças produtivas impulsionadoras da modernização. O capital na sua expansão deseja comprar força de trabalho por menor preço; o produtor de mercadorias, por sua vez, quer vender seu trabalho em melhores condições possíveis.

Na fase de maturação do capitalismo foi possível “desencadear a luta de interesses de suas categorias funcionais em grande escala” (KRISIS, 1996, p. 21), porque quanto mais o trabalho exigia sua valorização, tanto mais se desenvolviam as forças produtivas. No entanto, o próprio avanço da ciência e da técnica vai eliminando a necessidade de trabalho vivo. Kurz (1998, p. 25) reabilita esta contradição em Marx – “o próprio capital é a contradição em processo”: – se, por um lado, “todos os poderes da ciência e da natureza” criam riqueza com menor dispêndio de trabalho vivo, por outro, o capital não deixa de medir, pelo trabalho, a criação do valor.

Assim, nas considerações de Kurz, a luta de classes foi mola propulsora da valorização do valor e cumpriu sua função no avanço das forças produtivas, em tempos de modernização capitalista. Nesse processo histórico, a classe trabalhadora não foi “integrada” ou “manipulada”¹² como supõem algumas vertentes da esquerda e sim, tanto os vendedores de

¹² Talvez aqui mereça menção o pensador Herbert Marcuse que examinou “de perto” a integração dos operários à ordem consumista da sociedade industrial. Adverte ele que o capital necessita do sujeito da produção “por inteiro”, tornando sua manipulação ideológica praticamente unidimensional. “A produção e a distribuição em massa reivindicam o indivíduo *inteiro* e a psicologia industrial deixou de há muito limitar-se à fábrica. Os múltiplos processos de introjeção parecem ossificados em reações quase mecânicas. O resultado não é o

força de trabalho como a burguesia compradora desse trabalho constituem “categorias funcionais de uma forma fetichizada social comum” (KRISIS, 1996, p. 21). Ambas, apesar de lados opostos, movimentaram a produção social do mundo das mercadorias, enquanto o modelo produtivo requisitava trabalho vivo para produzi-las. No momento de maturação do capital, resultou-se um “marxismo da modernização”, immanentemente burguês, capaz de elevar a classe operária “às alturas”, tornando-a portadora de um projeto emancipador – a Ditadura do Proletariado. Para Kurz, tais considerações sobre a classe operária tiveram seu propósito em um momento em que o capital buscava encontrar sua própria via de reprodução.

Hoje, no colapso da modernização em que o trabalho vivo deixa de ser fundamento do sistema, não tem mais sentido “a tentativa marxiana de transcender o capital por meio de uma mera absolutização da ‘classe operária’” (KURZ, 1998, p. 24, grifo do autor). Os “marxistas da modernização”, para o referido autor, não conseguiram perceber que a luta de interesses desencadeada pela classe operária eram momentos particulares da trajetória do próprio capital. Hoje seria um despropósito considerá-la ainda sujeito da emancipação, alçando uma totalidade quando o *One World* produtor de mercadorias não mais clama por sua presença.

Sendo assim, na análise de Kurz, a luta de classes não poderia jamais levar à superação do sistema, porque só foi possível desencadear a luta de interesses dos sujeitos funcionais enquanto a sociedade do trabalho chegou a sua plena realização. Ela foi, portanto, elemento de *expansão do capital* e jamais de *sua superação*, num momento particular em que o “trabalho ainda tinha dignidade”. Nessa fase de maturação das forças produtivas, “os trabalhadores assalariados se converterem em sujeitos monetários e jurídicos na plena acepção burguesa”, principalmente quando “o jogo distributivo estatal alcançou seu limite absoluto” (KURZ, 1998, p. 24).

Nos tempos atuais em que o capital tornou-se a forma total de reprodução social e sua base real da acumulação – o trabalho abstrato – está em vias de desaparecimento, rompeu-se a cadeia lógica da dinâmica forma-valor e não há mais possibilidade de o capitalismo se desenvolver; instala-se a crise terminal do sistema. Sendo assim, a luta de classes como motor

ajustamento, mas a *mimese*: uma identificação imediata do indivíduo com a *sua* sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo”. Cf. MARCUSE, 1967, p. 31.

do antagonismo capital-trabalho *não tem mais função* porque o trabalho “perdeu sua dignidade” e “só artificialmente e com custos operacionais cada vez mais ruinosos que ele (o trabalho) mantém em funcionamento o sistema capitalista globalizado” (KURZ, 1998, p. 25).

Nos dignos tempos do trabalho, quando “os mortos ainda não carregavam os vivos”¹³ e os trabalhadores assalariados exigiam sua valorização, eles realizaram sua *tarefa histórica* na modernização, expandindo as forças produtivas do capital e melhorando suas condições de vida. Agora, na crise terminal da forma-mercadoria, o proletariado não pode se constituir como sujeito porque a sociedade do trabalho alcançou seu limite absoluto: o jogo distributivo do capital não existe mais. “Hoje, esse marxismo imanente à modernização se tornou, de fato, inteiramente obsoleto, não por estar ‘errado’, mas porque sua tarefa foi concluída” (KURZ, 1998, p. 23, grifo do autor).

O movimento operário alcançou sua realização plena no *Welfare State* e, longe de buscar a superação da forma-mercadoria, alavancou-a como mero *sujeito funcional* de uma engrenagem que reconverte valor em mais-valor. Às voltas com o colapso da modernização, no qual a força-produtiva-ciência prescinde cada vez menos do trabalho abstrato, não há mais como reunir o proletariado (em vias de desaparecimento) em uma base comum, capaz de ser o partícipe fundamental na morte definitiva do capital. Até aqui, as argumentações do pensador alemão negam a centralidade do trabalho, sob a égide do *capital objetivado cientificizado* da era moderna, o que lhe permitiu dar um adeus definitivo ao proletariado. Resta ainda observar mais dois aspectos relevantes no debate sobre a categoria luta de classes em Kurz, quais sejam: a crítica da ontologia do trabalho e a “construção enviesada” dessa categoria quando vinculada a um projeto de emancipação.

¹³ Expressões utilizadas por Ilana Amaral na sua crítica ao “Manifesto”, quando adverte que “os mortos não podem carregar os vivos”. Cf. AMARAL, 1999, p. 2.

1.1.5 A ONTOLOGIA DO TRABALHO CONCEBIDA NO INTERIOR DO FETICHE DA MERCADORIA

Na visão de Kurz, a análise das classes sociais em Marx teve um papel secundário na obra do pensador alemão. O “marxismo”¹⁴ foi quem lhe atribuiu importância vital, transformando as classes sociais num fenômeno inquestionável, mistificando a classe trabalhadora, divinizando-a como aquela capaz de aniquilar totalmente a burguesia para dar passagem a um novo sistema social. Os “marxistas da modernização” não conseguiram perceber que a contribuição decisiva de Marx sobre a economia política capitalista foi desvendar sua forma de reprodução e postular “a crítica da forma-mercadoria que culmina no conceito de fetichismo” (KURZ, 1993, p. 48).

No “marxismo” as classes sociais são vistas apenas como pessoas empíricas, sujeitos pessoais da relação social mercantil, contrariando os prognósticos de Kurz, para o qual “não existe sujeito algum”. No “marxismo”, os capitalistas são considerados os exploradores e toda a crítica está apontada para eles, culminando em propostas da extrema-esquerda “jacobina burguesa” de eliminação total dos sujeitos capitalistas. Para Kurz, a grande crítica de Marx foi dirigida para *O Capital* e não aos sujeitos funcionais da relação social oriunda da forma-mercadoria (KURZ, 1993, p. 48-9).

A esquerda marxista traça seu próprio caminho sem volta ao insistir em soluções ultrapassadas que tiveram algum significado quando o capitalismo impôs-se como sistema hegemônico. Naquele momento, a classe trabalhadora assume um papel histórico importante na luta por melhores condições de vida e trabalho. Portanto, para o referido autor, as concepções “classistas” ganharam força em uma conjuntura de “afirmação” do sistema capitalista quando o trabalho ainda compunha as relações sociais cotidianas e as forças produtivas emergiam com a classe trabalhadora e por meio dela.

Na fase “madura” do capital, da universalização da forma-dinheiro, o trabalho tende ao desaparecimento. Neste aspecto, não tem sentido falar numa ontologia do trabalho no

¹⁴ Kurz nomeia “marxismo” aquelas interpretações simplistas das teorias de Marx. Segundo ele, “a teoria de Marx, vulgarizada por interpretações unilaterais até tornar-se ‘marxismo’, foi privada de sua crítica decisiva da forma do sistema de reprodução burguês moderno”. Cf. KURZ, 1993, p. 48, grifo do autor.

momento em que a história da modernização está entrando em sua crise final exatamente porque o capital não tem mais trabalho para “sugar”. Os marxistas cometeram um equívoco imperdoável ao pensarem na existência da classe trabalhadora e na sua identidade a partir de uma “ontologia errônea do trabalho”. Não conseguiram conscientizar a própria classe de que o trabalho é “parte integrante do sistema fetichista da mercadoria” e, portanto, finito e histórico. Quando assim o fizeram, “propuseram inocentemente a aniquilação total da burguesia” e a assimilação do poder pela “outra classe”, construindo os alicerces dos futuros *stalinismos* e da autocracia da classe trabalhadora (KURZ, 1993, p. 48).

No momento em que a modernização burguesa “começou a assumir o caráter de um sistema universal, direto, coerente e maduro” e os fenômenos da concorrência e produtividade projetam a força-produtiva-ciência para além do trabalho abstrato, “a antiga ontologia do trabalho, supostamente anticapitalista”, não tem mais razão de ser quando o trabalho já não encontra qualquer fundamento na realidade. O trabalho não é o *ethos* das relações sociais imaginado pelo velho marxismo e nem a “essência eterna da humanidade”. A essa consideração, Kurz acrescenta:

Uma vez que essa crise consiste precisamente na eliminação tendencial do trabalho produtivo e, com isso, na supressão negativa do trabalho abstrato pelo capital e dentro do capital, ela já não pode ser criticada ou até superada a partir de um ponto de vista ontológico do ‘trabalho’, da ‘classe trabalhadora’, ou da ‘luta das classes trabalhadoras’ ”(KURZ, 1993, p. 227, grifo do autor).

Para Kurz, a maturidade no desenvolvimento universal do modo de produção capitalista se fez presente devido às suas contradições internas lógicas, independente dos sujeitos pessoais ou da luta das classes trabalhadoras. Nesse aspecto, para o autor não faz sentido propor “emancipação do ponto de vista ontológico” quando o trabalho abstrato tende à desaparecimento pelos mecanismos lógicos da dinâmica capitalista no *interior* do próprio capital. O modo de produção vigente está entrando em sua crise terminal não pela ação da classe trabalhadora sobre os sujeitos exploradores – os capitalistas – mas porque a sua própria lógica interna – sua necessidade de revalorização – empurrou a modernização burguesa para os limites de suas próprias fronteiras.

1.1.6 PARA UMA CRÍTICA EMANCIPATÓRIA DO PARADIGMA DA LUTA DE CLASSES

O autor de *O colapso da modernização* já havia apontado a debilidade e a “cegueira do velho marxismo” por não aludir a Marx como “crítico radical do fetichismo e da forma-valor” e, portanto, não se esforçar em compreender que as fronteiras do modo de produção capitalista não podem mais ser estendidas. “Para o velho marxismo, seus mandarins e sequazes, a ‘luta de classes’ era e é o conceito central da crítica da sociedade e transcendência ao sistema”. Todavia, para Kurz, o capital não é um sujeito funcional que se apropria de maneira subjetiva ou pessoal da riqueza produzida. Ele não está restrito a uma classe social. O burguês se esconde na “própria forma-mercadoria totalizada”. Na verdade, o capital executa e organiza sua ininterrupta finalidade: a valorização do valor (KURZ, 1998, p. 330-2, grifo do autor).

A “esquerda naufragante da antiga luta de classes”, ao conceber a contradição capital-trabalho circunscrita aos sujeitos funcionais (classe trabalhadora e burguesia), limitar-se-á a um processo de emancipação no interior da forma-mercadoria. Nos tempos de Marx, essa possibilidade ainda tinha “um horizonte histórico a sua frente” porque seus agentes ainda eram portadores funcionais da relação dinheiro-mercadoria. Hoje, a relação capitalista encontra-se plenamente desenvolvida, o que significa que estamos “às voltas com a crise do *sistema referencial comum* a ‘capital e trabalho’” (KURZ, 1998, p. 334, grifo do autor). Em outras palavras, Kurz procura esclarecer que o trabalho vivo se extinguirá e, portanto, seu portador funcional – a classe trabalhadora e, da mesma maneira, o capital aproxima-se de sua fronteira ao não conseguir mais a reconversão do valor em mais-valor e, como portadora funcional do dinheiro – a classe burguesa – sucumbe porque o capital não tem mais como se expandir.

O autor deixa claro que o colapso do sistema não ocorre por intervenções subjetivas das classes sociais e sim pela dinâmica do movimento histórico do capitalismo que contém uma lógica imanente à forma-mercadoria, de leis estruturais que levam o modo de produção capitalista ao limite de suas fronteiras. Para Kurz, a história da humanidade é concebida como “processo contraditório do capital que historicamente agrava-se cada vez mais, insolúvel sobre seus próprios fundamentos”. Assim, enquanto o “velho marxismo” continuar arrastando

o conceito de luta de classes para um *beco sem saída*, no interior da forma-fetichemercadoria, como luta de interesses, promovida por sujeitos funcionais que não têm mais funcionalidade, num mecanismo mercantil que esbarra nos seus próprios fundamentos de uma lógica destrutiva imanente, subsistirá a ilusão de que a humanidade possa emancipar-se da forma-dinheiro.

Nessa trajetória de avanço produtivo do capital, a luta de classes significou apenas a luta dos interesses antagônicos nos marcos do capital. Todas as lutas sociais postas em prática pelo movimento clássico dos trabalhadores foram incapazes de abalar os alicerces do capital, pois estiveram presas ao horizonte do trabalho. Num primeiro momento, essas lutas permitiram uma melhoria na vida dos trabalhadores em “tempos floridos” do Estado do Bem Estar porque havia possibilidade de os produtores fazerem exigências quando ainda o trabalho vivo era “sugado” pela lógica do sistema. Dessa forma, a luta de classes, para Kurz, não poderia jamais levar à superação do sistema porque só foi possível desencadear a luta de interesses dos *sujeitos funcionais* enquanto a sociedade do trabalho chegou a sua plena realização. Ela foi elemento de expansão do capital e jamais de sua superação.

1.1.7 A CRÍTICA SOCIAL RADICAL E A *CULTURA DA RECUSA*

Nas considerações finais de Kurz sobre a luta de classes e o desaparecimento da sociedade do trabalho, é apropriado explicitar sua utopia¹⁵ por um *modo de vida próprio* que recuse totalmente (inclusive emocionalmente¹⁶) o mundo único das mercadorias. Para o referido autor, um novo princípio de emancipação social deve necessariamente romper com o “velho marxismo” da luta de classes, uma vez que os atores sociais não são mais “sujeitos de classe” e o trabalho não é mais fundamental nas relações sociais constituídas na maturação do sistema capitalista. “A luta por dinheiro, salário, assistência social, etc. é, portanto, um modelo histórico em fim de linha”. A antiga luta de classes não dá mais a forma e nem o conteúdo para um possível objetivo de emancipação social (KURZ, 1998, p. 340).

¹⁵ É uma alusão provocativa ao autor, pois Kurz questiona “o antigo pensamento utópico”. Cf. KURZ, 1993, p. 229. Ele “batiza” o último capítulo de *O colapso da modernização* de Superação da crise e utopia precisamente para contrapor-se às “antigas utopias” que (segundo ele) se limitaram ao abstracionismo.

¹⁶ A ênfase no termo “emocionalmente” foi proposta pelo próprio Kurz. Cf. KURZ, 1998, p. 339.

O conteúdo de uma crítica radical e inovadora ao sistema capitalista deve ter como matiz um “novo objetivo estratégico” que comporte prioritariamente a superação da forma-mercadoria totalizada. Nas reflexões de Kurz, não se pode propor uma sociedade solidária, livre das amarras do mercado, pensando e agindo com as categorias da política aprisionadas ao mundo das mercadorias. Ele coloca isso nos seguintes termos:

[...] uma sociedade solidária, livre de relações contratuais de vida e de produção, é, *per definitionem*, impossível como sociedade produtora de mercadorias. A emancipação social só pode ser *liberdade com relação ao mercado* (KURZ, 1998, p. 338, grifo do autor).

O objetivo estratégico pensado por Kurz responde de forma crítica aos movimentos sindicais em declínio que se resignam a meros conflitos nos marcos do sistema, apenas alentando propostas “táticas por si só”. Para o autor, esses movimentos sociais coadjuvantes, de interesses imanentes ao capital, podem adquirir novo fôlego e ganhar “nova força persuasiva” se conseguirem estabelecer um objetivo estratégico de crítica radical à totalizante sociedade do mais-valor. “Uma ‘tática’ por si só, sem uma relação estrategicamente crítica do sistema, constitui, todavia uma impossibilidade” (KURZ, 1998, p. 340, grifo do autor).

Outro aspecto da crítica social radical proposta por Kurz e que ele considera “imperativo categórico imprescindível” é a *cultura da recusa*, para o entendimento da qual sugere remontar criticamente aos situacionistas e a Herbert Marcuse¹⁷. A recusa diz respeito a não creditar qualquer ilusão ao êxito do capitalismo, ideologia tão veemente instalada nas mídias da sociedade do consumo. A *cultura da recusa* deve incorporar inclusive, segundo Kurz, a *recusa emocional* das possibilidades pretensamente bem-sucedidas da forma-mercadoria. Nas proposituras de Kurz o “verdadeiro movimento social” deve extrapolar o universo burguês da modernidade. Até então, segundo ele, o pretense radicalismo da velha esquerda situou-se na esteira da sociedade do trabalho e, portanto, nos marcos do sistema produtor de mercadorias. Assim, para o referido proponente da *crítica radical*, o lema hoje da inovação deve ser o inverso ao de Marx: “Abaixo ao trabalho assalariado!” (KURZ, 1998, p. 339).

¹⁷ Considere esta alusão no seguinte trecho: “trata-se, sobretudo (talvez historicizando criticamente tanto os situacionistas quanto Herbert Marcuse)”. Cf. KURZ, 1998, p. 339.

O movimento social emancipatório não será estabelecido *a priori* por sujeitos conscientes de sua identidade de classe; ao contrário, ele deverá constituir a si próprio. Não assumirá a forma de partido político e sim um sistema “coligado de iniciativas sociais” que teria como elemento comum a recusa ao mercado e ao Estado, além de viver um momento prático de desvinculação desses últimos. Esse momento de desconexão com a sociedade mercantil mundializada pode ser vivido a partir de “medidas de ruptura parciais”. Por exemplo, em uma proposta de redução de jornada de trabalho, os trabalhadores teriam o ganho de tempo disponível. A partir dele se poderá verificar “a construção simultânea de elementos da reprodução social alheios à forma-mercadoria”. Segundo Kurz, os movimentos sociais e a contracultura de *Maió de 68* utilizaram-se dessa prática e puseram em paralisia o capitalismo (KURZ, 1998, p. 341).

Nas formulações de Kurz sobre o colapso da modernização, percebe-se um paradoxo: quando assinala modificações na estrutura produtiva do capital, elas estão sempre atreladas à sua dinâmica interna, ou ainda, à lógica da valorização do valor, e os sujeitos históricos nada mais são que peças funcionais das leis estruturais do *vampirismo* do capital. No entanto, ao propor saídas para os descaminhos da crise terminal da sociedade produtora de mercadorias, sua *crítica radical* estabelece um vínculo imediato com um movimento coligado de iniciativas sociais sugerindo, portanto, outros atores sociais para sua radicalização da crítica social.

Claro está que na sua proposta de radicalização, a ênfase é dada mais à teoria crítica que à prática social. Embora Kurz (1993, p. 229) questione o antigo pensamento utópico – *constructos* que nascem do pensamento iluminista, os quais por estarem “muito aquém do momento de crise e de supressão do sistema” limitaram-se às projeções abstratas do ser humano – a sua predileção pela crítica social radical o aproxima mais da abstração do que da práxis.

Para o referido autor só uma *razão prática sensível* pode responder à situação histórica atual da modernização burguesa, em contraste com a anterior *razão universal abstrata* assimilada por amplos setores da intelectualidade e do movimento social, caudatária do universo burguês-iluminista. Deve a *razão prática* limitar-se à superação dessa sociedade

definitivamente amadurecida do mercado mundial e não ter a pretensão de uma “razão universal” sem substância alguma. Em sua proposta, Kurz (1993, p. 230) deixa claro que sua crítica nada tem em comum com outras que renunciam às “teorias abrangentes” para dar vazão ao “ser prático” e acabam sujeitando-se “com um prazer quase masoquista” à lógica do mercado. Sobre isso, Kurz reitera:

‘Ser prático’ não significa mais nada, portanto, do que se acomodar, até em crises e catástrofes, no automovimento abstrato do dinheiro, reduzir a subjetividade (inclusive a teórica) a uma estratégia astuciosa de sobrevivência (KURZ, 1993, p. 231, grifo do autor).

Trata-se, para o autor, de uma *razão sensível*, contrária à *razão iluminista abstrata* que possa, por meio da consciência, formar um movimento de supressão do sistema, não como previa o velho marxismo, uma classe derrotando a sua antípoda, dentro da forma-mercadoria, mas uma “revolução de fato” possível apenas por intermédio de um processo de conscientização para aniquilar a sociedade global do mercado. Prossegue o autor:

Mas para essa revolução, por sua vez, teria primeiro que se formar um movimento de supressão como força social, e isso é apenas possível por meio da consciência e, com isso, mediante a *conscientização*, que no nível intelectual restabelece o contexto perdido e deixa de considerar os fenômenos de destruição em sua mera particularidade, forma em que já não podem ser superados (KURZ, 1993, p. 233, grifo do autor).

A *razão sensível* de Kurz tem como elemento preponderante a “consciência da recusa”, a qual deve apartar-se totalmente do universo do trabalho e da luta de classes, preceptores de uma fase menos madura do capital, agora exigente de um *novo objetivo estratégico* diante da inevitável crise terminal do sistema. Quando concebe a consciência como elemento mobilizador da crítica radical, não estaria Kurz rendendo-se ao domínio mesmo da abstração?

PARTE II

1.2 ERA INDUSTRIAL: A LUTA DE CLASSES IMPÉRIO: O CONTRAPODER DA MULTIDÃO

Outra análise importante sobre as mudanças na estrutura produtiva do capital é aquela protagonizada pelo pensador italiano Antônio Negri e seu inseparável colaborador, Michael Hardt. Para eles, uma nova ordem mundial constitui-se com o desenvolvimento das novas tecnologias e um novo poder imperial impõe-se sobre a vida humana, trazendo consigo um novo paradigma de ação política para a multidão: a força social da pós-modernidade.

Em uma trajetória política e filosófica de conotações marcadamente marxista, Antonio Negri, em seu livro *Império*¹⁸, escrito conjuntamente com Michael Hardt, abandona o conceito de classes e o substitui pelo de multidão, propondo atualizar suas análises numa moldura “imperial e pós-moderna”. Para os autores, o antagonismo capital/trabalho teve centralidade na era industrial da modernidade, marcada por conflitos e lutas operárias, num modelo disciplinar em que o espaço fabril era o *referendum* do mundo capitalista. Hoje, na era informacional, no momento da ampliação dos serviços que envolvem afetividade do trabalho imaterial no qual a mercadoria é a informação produzida e reproduzida nas redes de comunicação, o trabalho adquire novos contornos.

Nas páginas seguintes pretende-se, de forma muito breve, recompor a trajetória de mudanças proposta por Negri e Hardt que transformou o capitalismo “moderno, imperialista e industrial” num outro, “pós-moderno, imperial e informacional”, de fronteiras abertas e em expansão, sem qualquer centro territorial de poder, mas, ao mesmo tempo, que assume o controle total da vida humana, “descendo às profundezas do mundo social” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 15).

¹⁸ Para tanto, está sendo utilizada no trabalho a seguinte tradução: HARDT, Michael & NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

1.2.1 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO IMPÉRIO

O Império, segundo os autores, é um modo de vida em expansão, constituinte de uma nova ordem mundial; uma produção biopolítica totalizante com características próprias: a pós-modernidade. Nela, não há o estabelecimento de qualquer centro territorial de poder, e ainda que os Estados Unidos ocupem uma posição privilegiada nessa nova ordem, *a ausência de fronteiras* é uma das características fundamentais do Império: “o imperialismo acabou. Nenhum país ocupará a posição de liderança mundial”. O Império convive com a *descentralização* e a *desterritorialização*, incorporando gradualmente o mundo inteiro nas suas fronteiras abertas e em expansão. O Império não é um modo de governo provisório que se impõe no desenrolar da história, mas um regime “sem fronteiras temporais”, ou ainda, “fora da história”. Por fim, assinalam os protagonistas que o poder de mando do Império é uma força que intervém não apenas nas relações humanas, mas na vida social como um todo, envolvendo o indivíduo por inteiro. É uma forma de biopoder que “rege diretamente a natureza humana” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 14-5).

Diante da nova moldura assumida pelo Império, das suas fronteiras flexíveis e em expansão incorporando o mundo todo, do seu poder sem limites e perpétuo, do seu enlace total da vida social, interpõe-se um “monstruoso” desafio político para a pós-modernidade. Nos dizeres de Negri e Hardt, desafio este que envolve a multidão, as forças criadoras que sustentam o Império. Ela não se limitará a resistir aos processos múltiplos de globalização, mas a construir um Contraimpério: “uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais” para subverter o Império “no próprio terreno imperial”. Para isso, a multidão, força social da pós-modernidade, deverá inventar “novas formas democráticas e novos poderes constituintes” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 15).

Para os rumos deste trabalho, tem relevância compreender, com acuidade, o conteúdo desta subversão e os significados do Contraimpério propostos por seus autores, sendo necessário transportar a análise para a “misteriosa e reveladora” esfera da produção. Segundo Negri e Hardt, é nesse lugar misterioso que “as desigualdades são claramente reveladas” e também no qual “surgem as resistências mais eficazes ao poder do Império” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 17). Salientar as mudanças na “oculta morada da produção” presentes na transição para o *Imperium* revela as possíveis alternativas que podem ser impetradas pela

multidão, em substituição ao proletariado da era industrial dos tempos de Marx e de toda modernidade. A polêmica se instaura e é ela que se pretende elucidar.

1.2.2 O INTERNACIONALISMO DAS LUTAS MODERNAS E A NOVA MILITÂNCIA PROLETÁRIA DA PÓS-MODERNIDADE

Um dos aspectos relevantes no pensamento de Negri e Hardt para entender a transição da modernidade para o Império é o *internacionalismo*. No decorrer da modernidade, as lutas contra a exploração capitalista associavam-se às lutas contra o nacionalismo, o colonialismo e o imperialismo. O desejo contido nas lutas da modernidade apontou para a globalização das relações sociais: “a multidão exigiu o nascimento do Império” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 62).

Para os dois pensadores, o Império é resultado das lutas internacionalistas promovidas pelos proletários nas últimas décadas da modernidade. Uma das máximas marxistas, “trabalhadores do mundo, uni-vos!”, vigente nos movimentos sociais dos tempos modernos expressava o desejo das massas de recorrer a um “internacionalismo proletário antinacionalista, supranacional e global”. Os eventos insurrecionais dos séculos XIX e XX contra o Estado-nação, contra o colonialismo e pela defesa de uma sociedade comunista prefiguram os mecanismos do poder imperial e os processos de globalização: “dessa maneira, a formação do Império é uma resposta ao internacionalismo proletário” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 70). A ênfase nas lutas sociais como motor das transformações nos aparatos de poder e da produção capitalista diferencia os autores ora mencionados de Robert Kurz. “Em outras palavras, a crise capitalista não é simplesmente uma função da própria dinâmica do capital, mas é causada diretamente pelo conflito proletário” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 282).

O estudo da transição contemporânea para o Império feito por Negri e Hardt (2006, p. 72) exorta os autores a afirmar que o “sujeito do trabalho” se transformou e a composição do proletariado alterou-se profundamente: a classe operária industrial desapareceu e, portanto, não é mais hegemônica na composição das classes. Compõem o proletariado hoje, em tempos de pós-modernidade, “todos aqueles explorados pela dominação capitalista e por ela

subjugados”, não importando se direta ou indiretamente o são, por normas da produção ou reprodução. “O fato de estar dentro do capital e sustentar o capital é o que define o proletariado como classe” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 73).

Nesse aspecto, encerram-se para os autores os ciclos de luta internacional que tinham como perspectiva desejos comuns do trabalho, dando lugar a “um novo tipo de solidariedade e militância proletária”. O novo tipo de militância proletária é por eles analisado nas recentes lutas radicais do século XX, como Chiapas, a Intifada e a Revolta dos Negros em Los Angeles. Elas transmitem algumas características *do novo* nas lutas sociais da pós-modernidade: atacam a constituição imperial imediata e diretamente porque são localmente arraigadas e não “viajam horizontalmente” em ciclos como as lutas anteriores da era moderna; as lutas hoje são forçadas a atingir diretamente a ordem global do Império, numa *expansão vertical*.

Ao contrastarem as lutas sociais nos dois períodos em foco (modernidade e pós-modernidade), os autores utilizam-se dos termos “a toupeira” e “a cobra”. A toupeira é uma alusão ao próprio Marx, para o qual as lutas proletárias da era industrial assemelhavam-se a uma toupeira em seu túnel subterrâneo. Ela viria *à tona* para provocar a luta de classes e, em outros momentos, voltaria para baixo da terra para cavar seus túneis e emergir novamente à superfície, na possibilidade de outro confronto histórico. Durante a modernidade, os túneis de comunicação eram bem estruturados; o internacionalismo anti-imperialista e proletário tornou-se linguagem comum e circulava por esses túneis com certa facilidade, propiciando uma articulação horizontal das desavenças.

Para Negri e Hardt (2006, p. 76), na pós-modernidade “os túneis estruturados da toupeira foram substituídos pelas infinitas ondulações da cobra”. O inimigo comum é irreconhecível porque o Império exhibe um centro virtual de poder; as passagens subterrâneas foram substituídas por superfícies planas e superficiais. As revoltas contemporâneas são locais e fortemente enraizadas. As “desavenças deslizam silenciosas” diante de uma nova soberania imperial; elas são incomunicáveis umas com as outras. O *silêncio* das lutas na era da informação e da comunicação atual é nomeado pelos autores “paradoxo da incomunicabilidade”: por mais que estejam expostas à mídia, em todos os meios imagináveis, elas não se comunicam porque não são capazes de identificar um inimigo comum, embora

todas ataquem diretamente o poder global. Um *dominium* sem centro real, mas que por ser “virtual pode ser atacado de qualquer parte”. Talvez aí resista a força dessas lutas, conforme assinalam os autores:

[...] Talvez a incomunicabilidade das lutas, a falta de túneis de comunicação bem estruturados, sejam na realidade uma força e não uma fraqueza – uma força porque todos os movimentos são de imediato, subversivos em si mesmos, e não esperam qualquer tipo de ajuda externa ou de extensão para garantir sua eficácia (HARDT; NEGRI, 2006, p. 76).

Concluem Negri e Hardt que a mudança sintomática da atualidade está no fato de as revoltas no *Imperium* não possuírem vínculos entre si, e nisso reside sua potencialidade porque elas se lançam verticalmente para o centro virtual do poder imperial. Não há, portanto, qualquer possibilidade hoje de se compor um ciclo internacional de lutas com um desejo comum de uma classe sobressaindo-se sobre as demais para pôr fim a um poder imperialista. Hoje é possível considerar um novo tipo de comunicação que leve em conta muito mais as diferenças do que de semelhanças: uma comunicação de singularidades. Ao considerarem uma nova forma para as lutas contemporâneas, os autores em evidência não deixam de realçar a importância das lutas de subversão na fase imperialista do capital para a conformação da ordem pós-moderna. A subversão socialista exigia o internacionalismo societário e expressava, com isso, o desejo das massas por um modo global de vida, marcando sua importância na gênese do Império.

1.2.3 O IMPERIALISMO, OS LIMITES E A TRANSIÇÃO PARA O IMPÉRIO

Ao lidar com o tema do imperialismo capitalista, Negri e Hardt recorrem às considerações de Rosa de Luxemburgo e principalmente de Lênin, o qual, segundo eles, anteviu “a transição para uma nova fase do capital além do imperialismo e identificou o lugar da soberania imperial emergente” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 252).

Nas análises de Luxemburgo e Lênin, o capital precisa expandir *ad infinitum* suas fronteiras para realizar-se e revalorizar-se. Internamente, esbarra em limites; ainda que “dentro de si” possa intensificar mercados existentes e criar novas necessidades, não se

estabiliza o valor criado e a quantidade de salários que os trabalhadores dispõem para consumir. O capital necessita “olhar para fora de si mesmo” e buscar outros mercados não capitalistas para movimentar seu ciclo de valorização. “O capital é um organismo que não pode se manter sem olhar constantemente para além de suas fronteiras, alimentando-se de seu ambiente externo. *Seu exterior é essencial*” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 244, grifo nosso).

Nesse processo expansionista, o capital procura outros territórios não apenas para trocar livremente mercadorias e se apropriar de suas riquezas, mas para transformá-los em sociedades capitalistas. O capital assume um imperialismo da pilhagem e do roubo para absorver recurso constante e para recompor o capital variável, criando novas relações de trabalho: irrompem os proletários. “Todos os conquistadores buscaram o alvo de dominar e explorar o país, mas nenhum deles interessou-se em roubar do povo sua força produtiva e destruir sua organização social” (LUXEMBURGO, 1968, p. 372 apud HARDT; NEGRI, 2006, p. 246).

Ao internalizar o exterior, o ambiente “civilizado” e recém-incorporado das fronteiras ampliadas do capital não será suficiente para a realização da mais-valia e novos lugares serão necessários: “a sede do capital precisa ser saciada com sangue novo, e precisa buscar continuamente novas fronteiras” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 247). Assim, o paradoxo do imperialismo vislumbra-se: ao mesmo tempo em que aciona o desenvolvimento capitalista na expansão de suas fronteiras, estas o obstruem porque a *fronteirização* limita novamente a revalorização do capital. Reiteram os autores:

[...] O imperialismo, com suas exclusividades comerciais e suas tarifas protetoras, seus territórios nacionais e coloniais, está continuamente propondo fronteiras fixas, bloqueando ou canalizando fluxos econômicos, sociais e culturais (HARDT; NEGRI, 2006, p. 253).

No entanto, a tensão constante entre acumular, realizar e capitalizar só terá seu limite exposto à luz do dia, “quando o capital é posto diante da finitude dos homens e da terra”. Eis a questão central da transição, esboçada pelos autores: *a subjetividade da luta de classes transforma o imperialismo em Império*. Para Negri e Hardt (2006, p. 248), compreender a “genealogia da perspectiva da luta de classes” é decisivo porque nos remete aos momentos históricos reais e não apenas a uma análise teórica da dinâmica do desenvolvimento do

capitalismo que muitas vezes subestima o papel central dos movimentos e lutas do proletariado na passagem do imperialismo para o Império. Confirmam os autores:

Para entender a passagem do imperialismo para o Império, além de examinar o desenvolvimento do capital, precisamos entender a genealogia da perspectiva da luta de classes [...]. Chegamos portanto à delicada passagem através da qual a subjetividade da luta de classes transforma o imperialismo em Império (HARDT; NEGRI, 2006, p. 254-5).

1.2.4 GOVERNABILIDADE DISCIPLINAR, O HOMEM-FÁBRICA E AS LUTAS POPULARES DO TERCEIRO MUNDO

Para dar continuidade ao entendimento da superação do imperialismo, os autores em perspectiva nos remetem aos processos de regulamentação econômica contidos no modelo *New Deal* e dos seus efeitos pelo mundo. O modelo construído pelo *New Deal*, acionado inicialmente nos Estados Unidos como resposta à grande crise econômica de 1929, generaliza-se nos países dominantes após a Segunda Guerra Mundial, tendo como elemento central a subordinação de todas as articulações produtivas ao mando do Estado e do capital. Toda a sociedade vai estar sob o manto das necessidades capitalistas e de sua reprodução, convertendo-se em uma sociedade disciplinar, ou ainda, numa sociedade-fábrica.

[...] Os projetos de reconstrução econômica lançados depois da Segunda Guerra de fato impuseram a todos os países capitalistas dominantes, fossem os aliados vitoriosos ou as potências vencidas, uma adesão ao modelo expansivo da sociedade disciplinar de acordo com o modelo construído pelo *New Deal* (HARDT; NEGRI, 2006, p. 265).

O padrão do *New Deal*, tomado como a única saída para a crise, foi também absorvido pelos governantes dos Estados socialistas. Os altos salários fordianos, os métodos taylorianos na organização do trabalho e o Estado de Bem Estar assistencialista compunham esse padrão, tendo como referência os países dominantes e principalmente os Estados Unidos. Em boa parte da Europa, o *Welfare State*, por exemplo, ofertou altos salários e assistência estatal como recompensa à aceitação da *disciplinaridade*. O mesmo não ocorreu nos países capitalistas subordinados, fato que não importou muito para o projeto de modernização

proposto pelo *New Deal*; o essencial era servir como atrativo ideológico para garantir a hegemonia dos Estados Unidos nesse processo de reorganização do poder mundial.

Os Estados Unidos, de fato, estendem seu poder sobre o globo após exportar o modelo do “Estado disciplinar global” e garantir a hegemonia do dólar como moeda estabilizadora de todos os padrões de valor. O resultado dessa reforma econômica e social, pós-crise de 1929, redundou em mudanças nas políticas imperialistas depois da guerra: a liderança dos Estados Unidos permitiu ao país promover a descolonização (como os “velhos colonizadores”) durante a Guerra Fria e tornar-se “guardião internacional do capitalismo”, em um processo histórico que exigia escolha por parte das nações, diante dos dois modelos internacionais veiculados a essa guerra – capitalismo e “socialismo”. Por um lado, a descolonização organiza um novo mercado mundial: destroem-se as fronteiras fixas e os processos hierárquicos dos imperialismos europeus; as multinacionais, ao se instalarem nos países pós-coloniais, transferem tecnologia e constroem novos eixos produtivos; elas mobilizam força de trabalho e põem para circular os fluxos de riqueza por todo o globo; “as transnacionais tornaram-se o motor fundamental da transformação econômica e política dos países pós-coloniais e das regiões subordinadas” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 268).

Assim, Negri e Hardt concluem que os processos de *descolonização* associados à expansão do modelo da governabilidade disciplinar (da estrutura produtiva fordiana-tayloriana), diluindo fronteiras fixas e alterando a soberania política mundial, foram passos decisivos para a construção do Império. Somam-se a esses, as operações das transnacionais: embora comandadas pelos Estados Unidos, elas descentralizaram os fluxos produtivos, criaram novas economias regionais e outra divisão do trabalho, contribuindo para a formação da ordem imperial pós-moderna. A partir daí, exatamente quando o regime disciplinar é elevado ao seu mais alto grau, a ofensiva dos proletários emerge nos anos 1960 e a disciplina na fábrica e na vida comum é contestada. Os proletários impõem limites aos desmandos do capital e ao seu vampirismo. “O regime disciplinar claramente já não conseguia conter as necessidades e desejos dos jovens” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 294).

Para os autores em referência, o imperialismo possibilitou uma unidade virtual dos proletários, ainda que esses protestos não tenham se constituído em uma unidade política global. O potencial de resistência dos proletários, apesar de sua diversidade radical, “foi todo

dirigido contra o regime disciplinar internacional do capital”. Do poder político dos movimentos culturais dos jovens nos anos 1960 às rebeliões dos operários rejeitando o modelo homem-fábrica do capitalismo do *New Deal*, tais fatos propiciaram um acúmulo de lutas que solapou toda a intenção do capital em desintegrar a unidade proletária internacional.

O novo cenário global da modernidade pós-guerra, além de construir relações produtivas disciplinares e de dominação por todo o globo, promove a descentralização da produção, recompõe o mercado mundial em torno dos Estados Unidos e impõe a descolonização em regiões inteiras da África e Ásia. Por sua vez, as resistências a esses processos de descolonização no Terceiro Mundo, as lutas de libertação das populações subalternas, rejeitaram o projeto de modernização “para um mar aberto, onde ele perdeu o rumo”. Foram lutas de caráter “explosivo e irremediável”, de feição fortemente anticapitalista, de subjetividades que impeliam para além da modernidade. Enfatizam os autores: “quando essas atuais e enormes forças subjetivas emergiram da colonização e alcançaram a modernidade, elas reconheceram que a principal tarefa não é entrar, mas sair da modernidade” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 271-2).

A formação do mercado mundial após as políticas de intervenção *descolonizadora* ou de reorganização produtiva não ocorreu, segundo Negri e Hardt (2006, p. 273), de forma combinada nos mercados regionais subalternos; ao contrário disso, “os métodos da unificação do mercado mundial operavam paradoxalmente por diversidade e diversificação”, criando diferentes sistemas produtivos. A ampla difusão do modelo disciplinar no Terceiro Mundo, “libertou” os trabalhadores do regime semiescravista para o assalariamento, de repressão feroz, é verdade, mas que os possibilita requerer “novas necessidades, novos desejos e outras demandas”, ou seja, recoloca um novo desejo de libertação, fruto da formação do mercado mundial atravessado por tensões que abrem “mobilidade em todos os sentidos” – a mobilidade transversal das grandes porções do proletariado dos países subordinados que amplia o desejo de libertação. “Quando o novo regime disciplinar cria a tendência para um mercado global de força de trabalho, constrói também a possibilidade de sua antítese” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 273).

Os autores em evidência introduzem uma dimensão importante para pensar as mudanças na ordem capitalista¹⁹: as lutas de libertação anticoloniais e anti-imperialistas promovidas pelos países do Terceiro Mundo. Elas gestaram a nova ordem imperial e, sobretudo, elas foram indispensáveis para se compreender as mudanças na reorganização produtiva e nos novos contornos da soberania política do capitalismo globalizado.

Segundo Negri e Hardt, a Guerra do Vietnã é o episódio final do jugo imperialista dos Estados Unidos. Episódio este, fundamental na maturação de um novo projeto imperial, de um novo paradigma global porque *tira de cena* a centralização do poder das potências dominantes e em particular, do manto imperialista dos Estados Unidos, para dar passagem a um domínio imperial sem limites e, sobretudo, sem um centro real de poder. Os autores observam:

[...] Se não houvesse a Guerra do Vietnã, se não houvesse as revoltas operárias e estudantis dos anos 60, se não houvesse 1968 e a segunda onda dos movimentos feministas, o capital teria se contentado em manter seu próprio arranjo de poder, feliz por ter sido poupado do problema de mudar o paradigma da produção (HARDT; NEGRI, 2006, p. 296).

Já se avizinhava nas lutas das décadas de 1960 e 1970, principalmente no Terceiro Mundo, a diluição das fronteiras e uma positiva mobilidade para os proletários dessas regiões. No processo de unificação do mercado mundial, o Terceiro Mundo não desaparece, mas entra no Primeiro como gueto, comunidade de barracos, enquanto o Primeiro é transferido para o Terceiro como “bolsas de valores, corporações transnacionais, e tristes arranha-céus de dinheiro e comando” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 275).

Assim, os autores em destaque introduzem uma dimensão importante para pensar a nova dinâmica do Império: o paradigma da *transversalidade*, da *flexibilidade*, da *mobilidade* ou ainda, do *êxodo global*. Paradigmas de um *dominium* imperial que precisam ser compreendidos, com os processos de descolonização e com as lutas anticapitalistas promovidas pelas populações do Terceiro Mundo.

¹⁹ A dimensão enfática das lutas sociais proposta por Negri e Hardt, inclusive aquelas ocorridas no Terceiro Mundo, são subestimadas por Robert Kurz, indicando caminhos divergentes para análise das transformações no modo de produção capitalista.

1.2.5 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: A ERA INFORMACIONAL, AS REDES E O TRABALHO IMATERIAL

Nos parágrafos anteriores a ênfase foi dada às lutas dos proletários na fase de modernização do capital, ocasionando o aparecimento de novas formas de controle e de um novo paradigma da produção. E foram exatamente aquelas revoltas que colocaram em crise, nos anos 1960, os mecanismos *keynesianos* e pseudoimperialistas de *Bretton Woods*²⁰. Num primeiro momento da crise, a estabilização provisória do mercado do *eurodólar*, de certa paridade política nos países dominantes, foi abalada com a explosão das jornadas do *Maio de 68* e pela vitória militar vietnamita sobre os Estados Unidos. Na segunda e derradeira fase da crise, já nos primórdios dos anos 1970, os Estados Unidos, “guardiões internacionais do capitalismo”, a partir do governo de Nixon, tomam medidas para minimizar os efeitos da nova crise no país: desvincula-se o dólar do padrão ouro, as importações dos países europeus para os Estados Unidos são sobretaxadas e transfere-se todo o débito deste para aqueles.

O mecanismo adotado pelo capital para responder à crise dos anos 1970, desencadeada pela *recusa* e lutas dos proletários, foi uma transformação tecnológica profunda, visando não à repressão no espaço da produção e sim “mudar a composição do proletariado e, dessa maneira, integrar, dominar e obter lucros com suas novas práticas e formas”. Na verdade, estava aberto o caminho para o mundo informacional e o controle imperial (HARDT; NEGRI, 2006, p. 289).

Para os autores, o que penetra agora no “coração da produção” como paradigma da pós-modernidade é “a oferta de serviços e o manuseio de informações”. A era industrial em que a fabricação de bens duráveis ocupava posição privilegiada foi suplantada pelo modo de ser informacional, da linguagem, da comunicação e dos serviços. Não é mais a produção industrial que estende sua dominação pela vida social e sim, há uma tendência inequívoca da expansão do setor de serviços formado por atividades de assistência médica, educação, lazer, finanças, transporte e publicidade. “Assim como pelos processos de modernização toda a

²⁰ No plano internacional, depois da Segunda Guerra Mundial, a forma e a substância da administração capitalista foram ditadas pela Conferência de *Bretton Woods*, em 1944, composta por três elementos básicos: o primeiro, ampla hegemonia econômica dos EUA sobre os países não socialistas, baseado no livre comércio e manutenção do ouro como garantia do dólar; um segundo aspecto, de estabilização monetária entre EUA e os demais países dominantes nos territórios do imperialismo europeu e, por último, os EUA tornar-se-iam o país imperialista sobre todos os subordinados não socialistas. Cf. HARDT e NEGRI, 2006, p. 286-7.

produção tendeu a industrializar-se, pelos processos de pós-modernização toda a produção tende a produzir serviços, a tornar-se informacionalizada” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 307).

Para Negri e Hardt, na nova dimensão do mercado mundial não se pode mais categorizar países subordinados de “agrícolas” e países dominantes de “informatizados”. Na realidade, as formas de produção se misturam e coexistem dentro das redes no novo mercado mundial. A tendência desse mercado não é o isolamento de um país ou região, desvinculados das redes globais de poder, e sim todos se tornarem dependentes do sistema global, inclusive os países dominantes. Como afirmam os autores:

[...] Até os países dominantes agora dependem do sistema global; as interações do mercado mundial resultaram numa desarticulação generalizada de todas as economias. Cada dia é mais verdade que qualquer tentativa de isolamento ou separação significará apenas uma forma ainda mais brutal de dominação pelo sistema global (HARDT; NEGRI, 2006, p. 305).

Para os protagonistas da pós-modernidade, duas novas categorias entram no universo da informatização: as redes de informação e comunicação e o trabalho imaterial. Na sociologia do trabalho imaterial, a informação e a comunicação constituem o fundamento dos processos produtivos. Na esfera do espaço fabril, a mudança determinante é a introdução do modelo toyotista, inverso do fordiano-taylorista, porque busca uma contínua interação entre produção e consumo, eliminando definitivamente crises de superprodução do período anterior.

Na era da informatização, a produção industrial perde centralidade suplantada pela produção de serviços e pelo trabalho imaterial que, longe de produzir bens materiais duráveis, tem como artefato os bens imateriais “como serviços, produto cultural, conhecimento e comunicação”. Com o trabalho imaterial, os processos laborais homogenizam-se e a ferramenta central (o computador) passa a ser usada em todos os setores da produção. “O computador se apresenta, em comparação, como a *ferramenta universal*, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 311-313, grifo nosso).

Os autores assinalam três tipos de trabalho imaterial na economia global pós-moderna: aquele presente na produção industrial *informacionalizada* que incorpora tecnologia de comunicação – a robótica; o trabalho imaterial de tarefas analítico-simbólicas presente no setor financeiro e o trabalho que envolve a produção de afetos: saúde, educação e entretenimento. Vale também ressaltar outro aspecto diferenciador do trabalho imaterial: o seu conteúdo é afetivo, de contato e interação humanos.

O avanço das tecnologias da informação e nas telecomunicações *descentralizou* a produção, dispersando fábricas e provocando o desaparecimento das cidades fabris. Uma vez que a cooperação no trabalho não requer mais proximidade física, a *desterritorialização* da produção é um aspecto da economia informacional que substitui a linha de montagem por um novo modelo organizativo da produção – a rede. A rede tem *horizontalidade* e, portanto, todos os territórios mercantis podem ser acessados por seu intermédio e o produtor é colocado em contato direto com o consumidor. A rede permite maior *mobilidade* para o capital. O mercado eletrônico tende a se tornar o revendedor universal do mundo pós-moderno; a rede é a “superestrada da informação”. “Na transição para a economia informacional, a linha de montagem foi substituída pela rede como modelo de organização da produção” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 316).

Na economia informacional da pós-modernidade, a rede é o lugar, ao mesmo tempo, da produção e da circulação. A mercadoria produzida é a informação e a comunicação. Hoje, o mundo produtivo é muito mais demarcado pelos “serviços e relações coproduzidas” do que pelos objetos materiais produzidos. Para Negri e Hardt (2006, p. 323, grifo do autor), “*cada vez mais, produzir significa construir comunalidades de cooperação e comunicação*”. Os serviços e informações produzidos nas redes e por ela movimentados são cada vez mais comunitariamente produzidos e de posse cada vez menos exclusiva. Dessa maneira, o conceito de propriedade privada é, em certa medida, dissolvido no modo pós-moderno de produção e o conceito de *produção social* mais assimilado pelo modo de vida biopolítico. Segundo Negri e Hardt (2006, p. 323), a própria noção de “comum” deve assumir outro conteúdo no contexto da produção comunicativa e interativa. Construir conceitos significa trabalhar em comum – *a comunalidade*. Sobre essa idéia, eles observam:

[...] Os bens comuns são a encarnação, a produção e a liberação da multidão. Disse Rousseau que a primeira pessoa que desejou um pedaço da natureza como sua possessão exclusiva, e a transformou na forma transcendente da propriedade privada, foi quem inventou o mal. O bem, ao contrário, é aquilo que é de todos (HARDT; NEGRI, 2006, p. 324).

Os autores alertam para um paradoxo fundamental na conceituação das redes: se por um lado há uma *descentralização* e *dispersão* dos lugares e processos produtivos, por outro, na rede há uma *centralização* do controle. O desaparecimento das cidades industriais da era moderna cedeu lugar para o surgimento de cidades globais de controle como Nova Iorque, Tóquio e Londres.

1.2.6 A FORÇA SOCIAL CONTRA O IMPÉRIO E A CONSTITUIÇÃO HÍBRIDA

Ao descerem na “morada oculta da produção”, os pensadores aqui em evidência nela decifram o paradoxo da própria constituição imperial: descentralização econômica e centralização política. E, parafraseando Marx, dizem penetrar nesse “oculto lugar” para perceberem as “resistências mais eficazes” contra o novo poder soberano e supranacional; nessa descida se deparam com uma nova força produtiva social, habilitada para se contrapor ao poder global – a multidão: novo sujeito político capaz de constituir “uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais” inerente ao próprio terreno imperial. Nesse sentido, para Negri e Hardt existe uma constituição sendo construída no Império, a qual conforma o terreno privilegiado das disputas e das contestações.

A constituição imperial, entendida como o conjunto de corpos e funções que organizam e dimensionam as relações globais de poder, é um processo constituinte que se ergue na pós-modernidade com uma tendência de *hibridização* das próprias funções, nomeada Constituição Híbrida. Os autores se valem do modelo de poder imperial que Políbio²¹ projetou para Roma antiga, constituído por um equilíbrio funcional entre as três formas de poder: a monarquia, representada pelos patrícios, a aristocracia, representada pelo Senado, e a

²¹ Assim se referem os autores sobre o poder imperial *polibiano*: “Para Políbio, o Império Romano representou o ponto mais alto do desenvolvimento político, porque reuniu as três formas ‘boas’ de poder – monarquia, aristocracia e democracia, corporificadas no Imperador, no Senado e na *comitia* popular”. Cf. HARDT; NEGRI, 2006, p. 335.

democracia, representada pelos plebeus por meio do organismo popular – o Tribunato da Plebe. A constituição imperial de Roma, com interação horizontal entre esses corpos, permitiu-lhe expandir-se e dominar boa parte do mundo antigo.

Segundo Negri e Hardt (2006, p. 330), ao se analisar “as configurações do poder global e seus diversos corpos e organizações, pode-se reconhecer uma estrutura piramidal, composta de três camadas”. A primeira camada é preenchida pelos Estados Unidos, que tem o monopólio global da força e prefere fazê-lo sob o “guarda-chuva” das Nações Unidas. Além disso, constitui o *poder monárquico* que se degenera em uma *tiranía* imposta como força policial global. A segunda camada é o conjunto das empresas capitalistas transnacionais que garantem, pelas redes de comunicação, a circulação de bens, tecnologias, serviços e força de trabalho e oferecem satisfação de necessidades; as *articulações aristocráticas* das transnacionais se degeneram em especulações financeiras e aparecem como *oligarquias parasitárias*. Subordinado ao poder das transnacionais está o conjunto geral de Estados-nação, “eles captam e distribuem os fluxos de riqueza de e para o poder global, e disciplinam suas próprias populações tanto quanto possível” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 332).

A terceira e mais ampla camada da pirâmide é composta por grupos que representam os interesses populares (*a democracia*). Como a multidão não pode estar representada diretamente no poder, ela o é por meio de outros corpos como a mídia, as instituições religiosas e as organizações não governamentais (as ONGs). Mas ao invés de se constituírem num elemento ativo e aberto da máquina imperial, transformam-se em forças corporativas, defendendo privilégios, fundamentalismo e propostas reacionárias em contraposição às autênticas demandas da multidão. Segundo os autores, o Império equilibra-se hoje a partir da coexistência das “más” formas de governo. No entanto, há um eixo de transformação nas funções governamentais da atualidade: a hibridização presente nos novos mecanismos da produção e do poder político global. Dessa maneira, instala-se uma outra constituição: a Constituição Híbrida.

Na Constituição Híbrida o *paradigma disciplinar* da modernidade é substituído pelo paradigma do controle governamental. O comando precisa ser exercido em maior grau sobre a subjetividade. A multidão é capturada em aparatos de controle modulados na rede, a qual organiza a produção e a circulação das informações e garante o controle geral para que ambas

funcionem adequadamente. As redes de controle organizam-se de maneira paradoxal: ao mesmo tempo em que o sujeito precisa ser governado por um poder soberano – ele é um *súdito* –, por outro, o sujeito precisa ser um agente independente e autônomo dentro da rede para deslocar-se como produtor e consumidor. Assim, a condição de existência da Constituição Híbrida é que a rede tenha um sujeito político “efêmero e passivo” e um agente de produção e consumo “presente e ativo”. A nova constituição conduz a um desequilíbrio fundamental entre os atores estabelecidos no domínio imperial. Explicam os autores:

[...] cada subjetividade precisa tornar-se um sujeito governado nas redes gerais de controle (no primitivo sentido do moderno de alguém que é súdito [*subdictus*] de um poder soberano), e ao mesmo tempo precisa também ser um agente independente de produção e consumo dentro das redes (HARDT; NEGRI, 2006, p. 341).

A Constituição Híbrida em formação na pós-modernidade promove a “disjunção do sujeito político e do sujeito econômico”, porque na sua condição de existência, torna o sujeito governado pelas redes de controle – *subdictus* –, ao mesmo tempo em que necessita de um sujeito independente na produção e consumo das redes. A face dual – *controle e autonomia* –, condição de existência da Constituição Híbrida, possibilita um campo real de luta, qual seja, a possibilidade autônoma do sujeito enquanto produtor e consumidor da rede. Esta *ação autônoma* é potencialidade presente na multidão – “o desejo profético” das forças criadoras da multidão. Consideram os autores:

[...] No terreno da produção e regulamentação de subjetividade, e na disjunção do sujeito político e do sujeito econômico, parece que podemos identificar um campo real de luta no qual todos os gambitos da constituição e dos equilíbrios entre forças podem ser reabertos – uma real e apropriada situação de crise e, finalmente, talvez de revolução (HARDT; NEGRI, 2006, p. 342).

1.2.7 VIRTUALIDADES SINGULARES: ARTICULAÇÃO ENTRE O POSSÍVEL E O REAL

A feição do Império desenhada por Negri e Hardt comporta um horizonte incomensurável e imanente. As atividades produtivas e os caminhos políticos estão sempre sendo construídos e reconstruídos fora de qualquer medida pré-constituída. O Império neutraliza a imaginação transcendental e a política é dada no campo do imediato, do imanente. A partir destes dois aspectos vitais constituintes do Império – imanência e incomensurabilidade – o perfil do poder da multidão assume considerações próprias e suas alternativas mais eficazes serão sempre construídas de novo, de variáveis infinitas, reproduzindo subjetividades capazes de “furar o cerco” do domínio imperial. “Só no horizonte ontológico do Império, entretanto, o mundo está finalmente, fora de medida, e aí podemos ver claramente o ódio profundo que tem a metafísica ao incomensurável” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 377).

Os autores acentuam que a pós-modernidade tem como fundamento o trabalho, mas um trabalho que sofreu mutações no modo de produção imperial e tornou-se uma atividade produtiva autônoma, criativa, capaz de “constituir o tecido biopolítico do Império de baixo para cima”. Na multidão reside a virtualidade que é a capacidade de agir, de ser, de amar, de criar e transformar. “Hoje o trabalho é, de imediato, uma força social animada pelos poderes do conhecimento, do afeto, da ciência e da linguagem”. A virtualidade do trabalho imaterial transfigura-se em um *poder virtual, constituinte e expansivo*, porque é constituído de paixão, afeto, inteligência e além de tudo, *transvaloriza*²² o mundo com sua capacidade não apenas de destruir, mas criar novos valores (HARDT; NEGRI, 2006, p. 379-380).

Segundo Negri e Hardt, os poderes virtuais e constituintes da multidão estão em constante conflito com o poder constituído do Império; um poder parasitário que retira vitalidade da multidão. O governo imperial, para conter a virtualidade da multidão, impõe dominação e repressão, ou seja, coage as ações que põem em risco a sua própria ordem. Nesse aspecto, afirmam os autores:

²² Os autores alertam que esta noção é “adquirida” de Nietzsche: “Com referência à história da filosofia, podemos acrescentar a fim de definir o sentido desse poder expansivo, que enquanto as definições de poder de agir em termos do singular e do comum são espinosistas, esta última definição é uma concepção nietzschiana”. Cf. HARDT; NEGRI, 2006, p. 381.

[...] A multidão é a verdadeira força produtiva de nosso mundo social, ao passo que o Império é um mero aparelho de captura que vive apenas da vitalidade da multidão – como diria Marx, um regime vampiro de trabalho inerte acumulado que sobrevive sugando o sangue do ativo (HARDT; NEGRI, 2006, p. 80).

Outros componentes da virtualidade da multidão são *a circulação, a cooperação e o intelecto coletivo* presentes nas relações produtivas pós-modernas. O movimento de populações no mundo global indica que a espécie humana é constituída na circulação: “o desejo da multidão não é o estado cosmopolita, mas uma espécie universal que se constitui pela circulação”. As figuras de virtude da circulação seriam o *nomadismo e miscigenação*, ou seja, o êxodo global das populações e a mistura de raças, etnias e culturas – “virtualidades que precisam se tornar reais” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 384).

As transformações na produção originaram um intelecto geral, ou seja, uma *inteligência coletiva* resultante dos conhecimentos técnicos, informatizados, linguísticos e comunicativos acumulados, capazes de promover uma *cooperação social* na superfície da sociedade imperial. Embora no Império o poder penetre em todas as dimensões da vida humana (biopoder) e a esfera produtiva tenda sempre a subjugar o indivíduo, para Negri e Hardt, essa esfera é hoje cheia de vida inteligente, interativa e afetiva, que torna o poder humano uma “força coletiva de cooperação” capaz de suplantar a sociedade capitalista. Sobre isso, explicam os autores:

[...] O trabalho se torna cada vez mais imaterial e realiza seu valor mediante um processo singular e contínuo de inovação na produção; é cada vez mais capaz de consumir ou usar os serviços de reprodução social de uma maneira cada vez mais e mais refinada e interativa (HARDT; NEGRI, 2006, p. 387).

Nas reflexões de Negri e Hardt, o trabalho imaterial provocou uma profunda mudança na relação do indivíduo com as máquinas, as quais se tornaram parte integrante do sujeito produtivo. O intelecto humano e a máquina se fundem e se misturam na reprodução de uma *subjetividade cooperativa* – essas máquinas são reapropriadas e reinventadas pela multidão. Reiteram os autores:

[...] Máquinas interativas e cibernéticas tornaram-se uma nova prótese integrada a nossos corpos e mentes, sendo uma lente pela qual redefinimos nossos corpos e mentes. A antropologia do ciberespaço é, na realidade, um reconhecimento da nova condição humana (HARDT; NEGRI, 2006, p. 312).

As virtualidades explicitadas pelos autores: *a circulação*, *o êxodo coletivo* dos movimentos da multidão que conquistam novos espaços e promovem a *miscigenação*; além do *intelecto coletivo* e suas articulações com os afetos, as paixões e o possível controle das máquinas pela *cooperação social* e pelo *êxodo maquinal*, podem alcançar um limiar de realização quando as virtualidades singulares deixam de ser definitivamente controladas pela história *rerum gestarum*, ou ainda, quando elas se libertam da história dominada hegemonicamente pelo capital e suas instituições. A história *em processo* e a universalidade foram elos da história *rerum gestarum* e chegam ao fim quando novas virtualidades singulares estão carregadas de capacidades históricas (*as res gestae*) e tornam-se, desse modo, fora de medida (poder de autoconstrução) e além da medida (poder autônomo), ou seja, ponto de articulação entre o possível e o real.

1.2.8 A MULTIDÃO: SUJEITO POLÍTICO DO IMPÉRIO

O Império, segundo Negri e Hardt (2006, p. 410), “pretende ser o senhor do mundo porque pode destruí-lo”, mas as mudanças da pós-modernidade que criam e recriam as virtualidades singulares nos tornam “mestres do mundo porque nosso desejo e nosso trabalho o regeneram continuamente”. A biopolítica precisa incorporar o *poder da geração* porque ele comporta desejo e amor, subjetividades indissolúveis das virtualidades da multidão. “O motor do mundo biopolítico é um tecer de ações generativas coletivas infindáveis”. Na contramão do poder generativo, os autores aludem àquela capaz de romper a cadeia de desejo e expandir sua dominação por todo o horizonte biopolítico da produção – *a corrupção*.

Nas reflexões de Negri e Hardt (2006, p. 412), a *corrupção* é a chave mestra da dominação imperial que estende sobre o mundo “uma cortina de fumaça” e comanda a multidão com inverdades, indiferença, força e coerção; precisa aniquilar a autonomia e a cooperação. A *corrupção* “é um desejo de morte do *socius*”. Ela atua no sentido de destruir a

singularidade da multidão mediante sua união coercitiva e segmentação cruel. A *corrupção* desdobra-se em todas as relações e mecanismos do mundo globalizado. Assim descrevem-na:

[...] Reside em diferentes formas no governo supremo do Império e em suas administrações vassalas, nas mais refinadas e nas mais podres forças policiais administrativas, nos lobbies das classes dominantes, nas máfias de grupos sociais emergentes, nas igrejas e seitas, nos autores e perseguidores de escândalos, nos grandes conglomerados financeiros e nas transações econômicas corriqueiras (HARDT; NEGRI, 2006, p. 412).

O “desejo de morte” do Império, seu poder da *corrupção* precisa obstruir o “desejo profético” da multidão, composto de vitalidade, de criação. O Império precisa controlar as singularidades, autônomas e cooperativas, para não ser destruído por elas. Ao abordarem esses poderes presentes na pós-modernidade, Negri e Hardt deixam claro que preferem permanecer na esfera da *produtividade do desejo* para traçar caminhos possíveis para a subversão no Império.

Após descrever o poder virtual da multidão, constituinte e expansivo, reconhecer o conteúdo dessa virtualidade como cooperativa, nômade, autônoma e generativa, a questão proposta agora será investigar “como a multidão pode se tornar um sujeito político no contexto do Império” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 418). Para os autores em evidência, as lutas e as revoluções do século XX possibilitaram condições de cidadania para a multidão. Ao trabalhar, a multidão produz e reproduz de forma autônoma todo o mundo da vida, ao mesmo tempo em que produz a si mesma como singularidade. No espaço produtivo, no seu trabalho, a multidão se depara com a cooperação e comunicação que lhe definem uma nova singularidade. Assim, ela se forma como um “poder singular de uma nova cidade”. Uma cidade que não está ligada a mediações transcendentais; uma cidade que não está subjugada pela “cidade de Deus”, mas uma nova cidade pontuada pelo poder material da multidão: a cidade mundana da multidão (HARDT; NEGRI, 2006, p. 419).

O desejo de libertação da multidão é saciado a cada novo espaço reocupado, onde novas formas de vida e cooperação são recriadas. De um lado, a mobilidade dos povos, o *nomadismo*, a migração em massa de populações e a reapropriação territorial expressam uma *autonomia potencial da multidão em movimento*. De outro, o Império procura criminalizar aqueles que percorrem esses caminhos, ou ainda restringir e isolar tais movimentos para

impedi-los de ganhar legitimidade política. As ações do Império de restringir, criminalizar e reprimir o movimento autônomo das populações devem ser enfrentadas com a ação política da multidão, qual seja, conquistar *direitos plenos de cidadania* nos países em que vivem e trabalham: “a demanda é simplesmente que o *status* jurídico da população seja reformado”. Afinal, para Negri e Hardt, o próprio capital exige a mobilidade crescente dos trabalhadores e a demanda que vincula “direito e trabalho” não é, para ambos, uma demanda política utópica, mas contempla a cidadania daquele que cria o capital. Os autores nomeiam esse primeiro aspecto da ação política da multidão *cidadania global* (HARDT; NEGRI, 2006, p. 424).

Um segundo aspecto diz respeito a um *salário social e uma renda garantida para todos*, um salário social que se estenderia por toda a população produtiva e desempregada, mesmo porque, na pós-modernidade, torna-se cada vez mais difícil distinguir trabalho material de imaterial, produtivo de improdutivo. O salário social para a população inteira constituiria uma renda garantida para todos – *a renda de cidadania*, atribuída a cada um como membro da sociedade. Por fim, constitui uma terceira demanda política da multidão *o direito à reapropriação* dos meios de produção; reapropriar-se na pós-modernidade significa ter livre acesso e controle de conhecimento, informação, comunicação e afetos porque a multidão torna-se progressivamente maquinal.

Os autores Negri e Hardt (2006, p. 432) nomeiam *posse (poder como atividade)* a autonomia política e a atividade produtiva da multidão. A *posse* refere-se ao poder da multidão e ao seu *telos*. Ela constitui um modo de produção da multidão que “autovaloriza corpos em trabalho, reapropria-se da inteligência produtiva mediante a cooperação e transforma a existência em liberdade”. A possibilidade de autonomia (política e produtiva) na pós-modernidade permite aos autores afirmar:

[...] Eis a grande novidade da militância atual: ela repete as virtudes da ação insurrecional de duzentos anos de experiência subversiva, mas ao mesmo tempo está ligada a um novo mundo, um mundo que não conhece lado de fora. Ela só conhece o lado de dentro, uma participação vital e inevitável no conjunto de estruturas sociais, sem possibilidade de transcendê-las. Esse lado de dentro é a cooperação produtiva da intelectualidade das massas e das redes afetivas, a produtividade da biopolítica pós-moderna. Essa militância faz da resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor (HARDT; NEGRI, 2006, p. 437).

Assim, para os dois pensadores, o militante comunista da pós-modernidade não deve repetir velhas fórmulas organizacionais da velha classe operária, mas retomar as virtudes dos movimentos revolucionários de experiências anteriores e deve manter uma participação política que leve em conta o mundo novo e o “lado de dentro” do Império; que reconheça os aparatos de cooperação, de circulação e de autonomia para transcender essas virtualidades em um poder real no reino biopolítico do Império.

CAPÍTULO II

CAPÍTULO II

A LUTA DE CLASSES EM MARX, SOB A ÉGIDE DE *O CAPITAL*

*“A revolução: é, por essência, intempestiva.
Uma imprudência criadora (...).
Nascem (as revoluções) rente ao solo, do sofrimento e da
humilhação (...).
Sempre há razão para rebelar-se”.*

(Daniel Bensaid)

O debate sobre a luta de classes orienta-se, de modo geral, para duas vertentes de interpretações: uma direcionada para o campo da lógica, salientando um travamento nas análises lógicas de Marx, em particular na relação capital-trabalho, extinguindo a luta de classes como motor da história. A segunda gama de interpretações está orientada para um aspecto mais conjuntural-histórico da luta de classes.

O pensador alemão Kurz²³, por exemplo, ao postular o fim do trabalho abstrato pela ação da força-produtiva-ciência e considerar a luta de classes como elemento de expansão do capitalismo na sua fase de modernização, perdendo sua funcionalidade no momento atual de colapso do sistema, enfatiza muito mais o elemento contingente/histórico da luta de classes. Nas suas considerações acerca do sistema produtor de mercadorias, pelo menos um dilema se sobressai: para os desenlaces do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, Kurz utiliza-se de uma análise estrutural e lógica da dinâmica capitalista, mais próxima de Marx. Na compreensão da categoria luta de classes, ele prioriza a dimensão histórica do conceito, perdendo de vista seus elos com a permanência estrutural do processo de valorização do valor.

²³ Cf. KURZ, 1993; 1998.

Outro pensador alemão, Marcuse²⁴, ao analisar as mudanças na ordem capitalista e nos seus aspectos ideológicos, conclui que a classe operária na década de 1960 está absolutamente cooptada pela unidimensionalidade do capital, impossibilitando qualquer negatividade ao sistema. A luta de classes não pode mais ser definida pelo entrave clássico entre capital e trabalho, já que houve uma absorção do capital pelo trabalho quando a sociedade de consumo tirou-lhe o último fôlego de crítica ao prometer-lhe a felicidade plena, validada pelas políticas do Estado do Bem Estar. Também Marcuse sublinha os aspectos históricos das mudanças na sociedade industrial de seu tempo como elemento primordial na análise da luta de classes.

Boa parte das análises sobre a luta de classes está associada ao fim da centralidade do trabalho, priorizando uma perspectiva muito mais contingencial (histórica). Tal perspectiva considera o trabalho não mais como medida de valor – o capital não precisa mais de trabalho para se valorizar. No desenvolvimento das forças produtivas, ou ainda, na reestruturação produtiva, o trabalho morto suplantou o trabalho vivo. Houve uma profunda mudança no mundo laboral de tal modo que a classe operária fibrilou-se diante de um espelho partido²⁵ e não há mais duas grandes classes antagônicas protagonizando a história e sim uma realidade multifacetada, de demandas plurais, de singularidades subjetivas que não corporificam no capital sua antítese.

Corroboram com a concepção de uma nova composição do proletariado os estudos mencionados anteriormente, de Negri e Hardt²⁶, para os quais um novo modo de produção imperial está em curso, tendo como elementos essenciais o trabalho imaterial e a era informacional das redes de comunicação. Os autores também se pautam nas mudanças conjunturais da fase moderna para a pós-moderna, na reestruturação produtiva para diluírem o antagonismo de classe e substituírem a noção de luta de classes da “ortodoxia marxista” por outra, no interior do próprio Império, que leve em conta o poder virtual da multidão, autônomo e cooperativo, gestor de uma produção social já visível no modo de produção imperial.

²⁴ Tais considerações podem ser encontradas em MARCUSE, 1967.

²⁵ Conferir a ideia do fim do antagonismo entre as classes, do “travamento” lógico da contradição capital-trabalho em Marx. Cf. GIANNOTTI, 2000.

²⁶ Cf. HARDT; NEGRI, 2006.

O capítulo pretende reencontrar em Marx a sua concepção de luta de classes porque talvez ela contemple uma noção mais ampliada do termo e, portanto, permita uma maior aproximação, nos dias atuais, do quadro potencialmente explosivo da divisão hierárquica do trabalho. Um quadro diverso, alterado pelas mudanças na esfera produtiva, mas que não alterou sua “substância espoliadora” e, desse modo, requer uma análise mais pormenorizada da luta de classes. Aquelas (análises) apresentadas com certo detalhe na primeira parte da dissertação, por vezes, concebem a luta de classes independente das relações estruturais, por outras, focalizam-na apenas no aspecto contingencial e histórico. Ao se recorrer ao velho Marx, a sua maneira multidimensional de conceber os conceitos e a sua exposição dialética das categorias, depara-se com uma exposição tradutora da realidade, a partir de elementos lógico-estruturais, entrelaçados numa dimensão histórico-conjuntural. Conforme destaca Mészáros:

[...] todas as suas categorias (de Marx) são não apenas estruturalmente inter-relacionadas, mas também cada uma delas é concebida como inerentemente histórica. Assim, a dificuldade consiste em apreender adequadamente o dinamismo histórico das categorias estruturalmente interligadas, que são partes de um todo complexo (MÉSZÁROS, 1993, p. 80).

2.1 EM *O CAPITAL*, AS CLASSES SÃO POSTAS EM INÉRCIA OU EM LUTA?

Para o professor Ruy Fausto²⁷, a ênfase de Marx em *O Capital* está voltada para as classes enquanto *não lutam*, para as classes *em inércia*. Ainda que o discurso da luta de classes não esteja ausente, sua presença está associada aos processos inertes. Na verdade, para o referido professor, quando a luta de classes é apresentada por Marx, ele retira a história da inércia, transformando-a em movimento não inerte. O autor reitera: “Se *O Capital* trata não só das relações de produção mas também das classes, trata essencialmente das classes enquanto elas *não lutam*, das classes em inércia” (FAUSTO, 1987, p. 119, grifo do autor).

Para o autor da obra *Marx: lógica & política*, há uma única exceção das classes *em luta*, precisamente quando Marx relata no livro I a história da luta pela jornada normal de trabalho. “A luta de classes aparece assim como solução de uma antinomia do sistema” –

²⁷ As considerações a ser abordadas no capítulo pautaram-se *In* FAUSTO, 1987.

direito do comprador de prolongar a jornada de trabalho e direito do vendedor de impedir o aumento da jornada. Ambos os direitos estão legitimados pela lei de intercâmbio de mercadorias; “entre dois *direitos iguais* decide a *violência (Gewalt)*” (FAUSTO, 1987, p. 119, grifo do autor).

Nas anotações de Fausto, esta antinomia do sistema pertence à sua estrutura, ou ainda, ela é intrínseca ao modo de produção capitalista: o vendedor da força de trabalho quer limitar a jornada de trabalho, ao passo que o comprador quer seu prolongamento. A antinomia limite-extensão da jornada de trabalho ao ser colocada numa dimensão estrutural por Marx é, portanto, *lógica e inerte*. Sendo assim, ela não se resolve no discurso teórico.

2.1.1 A LUTA DE CLASSES ANALISADA COMO OPOSIÇÃO DAS CLASSES *EM LUTA*

Como o discurso teórico não resolve a antinomia (limite-extensão), é preciso passar à oposição entre as classes *em luta*. Nesse instante, a história inerte é posta em movimento exatamente quando as classes se opõem *em luta* – a luta de classes. A antinomia entre as duas teses (direito contra direito) pressupõe a contradição entre as classes (comprador e vendedor) e põe a oposição entre elas (a luta de classes), ou seja, a luta pela jornada normal de trabalho. Dessa forma, as classes são retiradas da inércia e movimentam-se *em luta*. Elas assim o fazem quando se opõem uma a outra, no caso, comprador e vendedor de força de trabalho. Nas proposições de Marx, o prolongamento ou a limitação da jornada de trabalho pode ser deduzido a partir da lógica do sistema, considerando-se a força de trabalho como uma mercadoria igual às demais.

Segundo Fausto, no momento em que Marx analisa a luta pela jornada normal de trabalho, ao colocar as classes em oposição (*em luta*), ele confere à luta de classes um estatuto particular em *O Capital*, ocasião em que há uma transgressão na obra, uma vez que o objeto em inércia (as classes) se põe em movimento não inerte (a luta de classes). Eis aí um momento de exceção no texto, pois para o referido comentador, “o objeto geral de *O Capital*

são assim as relações de produção, e também as relações de classe – mas na medida em que estas *não* lutam” (FAUSTO, 1987, p. 122, grifo do autor). Marx, ao examinar em detalhes a luta pela jornada de trabalho, procura solucionar pela exposição histórica, pela análise da luta o que o discurso teórico é incapaz de fazê-lo. Ele identifica logicamente a antinomia – direito do comprador e direito do vendedor – cuja contradição pressuposta entre as classes se põe em oposição, na luta pela jornada normal de trabalho. A luta por salário, por exemplo, não terá o mesmo estatuto da luta pela jornada normal de trabalho na referida obra.

Pode-se inferir da exposição de Fausto sobre a luta de classes (em *O Capital*) que ela é responsável por apresentar a história como movimento não inerte, precisamente quando Marx expõe a história das lutas pela jornada normal de trabalho. Os demais momentos em *O Capital* de exposições lógicas, estruturais, das antinomias presentes nas relações de produção e nas relações de classe revelam-se num plano de entendimento de objetos inertes. Segundo Fausto, os conceitos analíticos da obra de Marx permanecem prioritariamente nesse plano – da inércia. Em outras obras de Marx, a luta de classes assume uma densidade histórica capaz de torná-la objeto central de investigação. Sobre isso, escreve:

“[...] no capítulo 52 do livro III de *O Capital* elas (as classes) são postas *em inércia*, no Manifesto Comunista, em *As Lutas de Classe na França*, em *Os Dezoito Brumário de Luís Bonaparte* etc., as classes são postas como classes em luta” (FAUSTO, 1987, p. 104, grifo do autor).

Nesta esteira, Fausto reconhece em *O Capital* muito mais densidade lógica e pouca densidade histórica, necessária para transpor a análise da antinomia (limite-extensão da jornada) e da contradição (comprador-vendedor) – puramente lógica e inerte – para um plano de entendimento não inerte de oposição entre as classes. Segundo o autor, a investigação histórica torna-se um domínio de entendimento importante para preencher as categorias lógicas de Marx. Em outras palavras, para se retirar os objetos da inércia (estado em que estão postos em *O Capital*), faz-se necessário colocar as classes em oposição e, analisando os conteúdos históricos do momento, vislumbra-se a possibilidade de colocá-las *em luta*.

2.1.2 A CONTRADIÇÃO BASILAR DA LUTA DE CLASSES

Nos dizeres de Fausto há uma originalidade da luta de classes no modo de produção capitalista, apresentando-se nele duas contradições: a primeira delas diz respeito a um reconhecimento de igualdade no plano político (a soberania do povo), enquanto na sociedade civil reina a desigualdade econômica. Uma segunda contradição instala-se no interior das relações sociais: institui-se um contrato que reconhece as partes como iguais – vendedor e comprador de força de trabalho; entretanto, na prática se estabelece uma desigualdade entre elas. O autor esclarece: “O contrato entre iguais se interverte em ‘contrato’ entre desiguais e em negação do contrato – o contrato se inverte em violência, esta é a base da luta de classes no interior da sociedade civil” (FAUSTO, 1987, p. 126-7, grifo do autor).

Na compreensão de *O Capital*, a contradição mais profunda da sociedade capitalista está na compra de força de trabalho pelo dinheiro e na apropriação da *surplus-value* (mais-valia), resultante do uso da força de trabalho. Assim, na tradição clássica marxista, a base da luta de classes não é a ausência de uma lei de igualdade e sim o seu caráter contraditório. A lei de igualdade assume a aparência de igualdade e sua manifestação não o é; a lei se revela como “não igualdade” na experiência de exploração vivida pelo operário. E é exatamente essa experiência de espoliação e opressão presenciada pelo trabalhador que torna possível a luta de classes. Conforme afirma o autor:

[...] vê-se que a verdadeira base da luta de classes na teoria marxista clássica não é a ausência de uma lei ‘de igualdade’ no interior da sociedade civil, mas o caráter *fundamentalmente* (em sentido hegeliano rigoroso, a distinguir de ‘essencialmente’) contraditório dela. Não é porque a lei ‘de igualdade’ não existe que a luta de classes existe, *é porque essa lei é e não é que a luta de classes existe* (FAUSTO, 1987, p. 128, grifo do autor).

Até aqui a luta de classes é apresentada no interior da sociedade civil. Entretanto, Marx ultrapassa a análise do domínio interior para atingir o domínio global que envolve a sociedade civil e o Estado. Para isso, faz-se necessário retomar “o fio do desenvolvimento das contradições em inércia”. A primeira delas já esboçada significa que a sociedade civil contradiz a si própria: a lei de apropriação pelo trabalho próprio (o trabalhador deveria se apropriar do resultado de seu trabalho) *interverte-se* em lei de apropriação de trabalho alheio (o capitalista apropria-se do produto do trabalho de outrem). A essência da sociedade civil – a

lei de apropriação pelo trabalho próprio – *interverte-se* no “fundo” – em lei de apropriação de trabalho alheio – e na exigência de resolver a contradição se fundaria a luta de classes. No sentido inverso da resolução dessa contradição atuam o Estado, o Direito e a ideologia que se revestem de uma função anticontraditória e “põem o contrato de trabalho como igual a si mesmo, e a ideologia justifica a sua consistência, a sua identidade” (FAUSTO, 1987, p. 128-9).

2.1.3 DA VIOLÊNCIA DO CONTRATO DESIGUAL E DA CONTRAVIOLÊNCIA DA LUTA DE CLASSES

Nas considerações de Fausto acerca da contradição que nutre a luta de classes, constata-se: de um lado, a essência das relações produtivas no capitalismo, enquanto essência de sua aparência (expropriação de mais-trabalho) e de outro lado, a essência da essência (a negação dessa expropriação).

Não fosse a atuação do Estado no plano prático e a atuação da ideologia no plano teórico para bloquear a *interversão*, ela seria legítima quando faz aparecer o contrato como violência (porque desigual) e a luta de classes como contraviolência (porque rejeita a desigualdade do contrato). No entanto, o Estado, o Direito e a ideologia obstam e confundem, fazendo parecer a violência (do contrato desigual) como não violência e a contraviolência (da luta de classes) parecer como violência. A verdade da não violência (do contrato) é a sua própria violência (apropriar-se de trabalho alheio). Fausto adverte:

[...] De fato, se o contrato não se transgride a si próprio, toda violência contra o contrato é transgressão e não contratransgressão, e toda a violência para garantir o contrato não é legitimação da autotransgressão do contrato (portanto violência) mas punição de uma transgressão ao contrato (suposto idêntico), portanto contraviolência (FAUSTO, 1987, p. 130).

Dessa maneira, toda violência contra o contrato (desigual porque se apropria de trabalho alheio) aparece como transgressão, o que na verdade seria contratransgressão, pois ao se apropriar de trabalho alheio, o contrato (de compra e venda de força de trabalho) é transgredido. E toda a violência para garantir esse contrato (desigual e suposto idêntico)

aparece como contraviolência legítima, porque apenas pune uma transgressão ao contrato quando a verdade dessa não violência (do contrato) é a sua própria violência (apropriar-se de trabalho alheio). Nesses termos, a luta de classes seria contraviolência diante da violência em que se resolvem as relações de apropriação.

Para Fausto, nas proposições de Marx sobre a luta de classes, o seu verdadeiro fundamento seria a contradição instaurada pelo contrato (desigual) que embora reconheça as partes como iguais, como aparente igualdade, ele se apropria do trabalho alheio (*surplus-value*) e se manifesta como desigualdade na experiência vivida pelos operários. A contradição resolve uma antinomia no plano estrutural e “ao mesmo tempo ela abre o ‘registro’ da luta de classes” (FAUSTO, 1987, p. 129, grifo do autor). A exigência da contradição – apropriação do trabalho próprio em apropriação de trabalho alheio – funda a luta de classes como contraviolência desse contrato desigual. Embora na sociedade civil a compra e a venda da força de trabalho apareçam como normalidade e a violência do contrato desigual apareça como não violência, como igualdade ilusória, a essência do capital é a apropriação de trabalho alheio – o seu fundamento primeiro.

Na análise da obra *O Capital*, Fausto acentua suas divergências com Marx, salientando que a situação de *interversão* não se encontra presente nas formas pré-capitalistas, pois nessas formações a desigualdade encontra-se logo de início. No capitalismo, a lei de igualdade é ilusória; ela pressupõe a contradição de uma igualdade que “é e não é”: “é” igualdade no plano político (aparência – *Schein*) e “não é” igualdade no plano econômico (manifestação – *Offenbarung*) – é desigualdade. Nas constituições pré-capitalistas, não há igualdade que se *interverte* em desigualdade. Fausto reitera que a luta de classes instaura-se na sociedade capitalista em que há uma dialética concreta comum. Não se pode dizer o mesmo para as sociedades feudal e escravista, ainda que nelas se afrontem exploradores e explorados, o seu desenvolvimento cotidiano não se orienta a partir da luta entre duas classes²⁸.

O capitalismo é a forma de produção em que predomina a contradição, e, portanto, as lutas se comportam de modo diverso das sociedades antigas. A revolução, nesse aspecto, é um

²⁸ Fausto faz estas considerações a partir de *Castoriadis*. Cf. FAUSTO, 1987, p. 124-5.

fenômeno essencialmente moderno²⁹ porque a modernidade é quem trouxe consigo a idéia de apropriação pelo trabalho próprio. A revolução burguesa e o que seria a revolução proletária têm algo em comum – a apropriação pelo trabalho. Em ambos ela (a apropriação) é o polo positivo. No *Ancien Régime* a apropriação pelo trabalho (próprio) é tolhida externamente; já no capitalismo, há o processo de *interversão* (interna) da apropriação pelo trabalho próprio em apropriação de alheio. Nesse momento, a revolução torna-se legítima porque a violência se instaura (direito contra direito). Nas ponderações de Fausto, lê-se:

[...] A revolução só se torna legítima no momento em que se afirma a *apropriação pelo trabalho próprio*, o primeiro momento da contradição da sociedade civil, da qual a apropriação pelo trabalho alheio, oculta no ‘fundamento’, é o segundo momento (FAUSTO, 1987, p. 131-2, grifo do autor).

Na interpretação de Fausto, segundo Marx, a luta de classes, ao se constituir na exigência de resolver a contradição, visa reduzir essa contradição (reforma) ou eliminar os dois polos contraditórios do sistema (a revolução), em que a luta de classes parece assumir uma função lógico-estrutural.

2.1.4 A LUTA DE CLASSES COMO CATEGORIA LÓGICA PRESSUPOSTA EM *O CAPITAL*

Conclui-se, do raciocínio de Fausto sobre a luta de classes em *O Capital*, que ela está pressuposta e não manifesta. Na sua perspectiva de que as classes não estão *em luta* na referida obra e sim em inércia, parte considerável de suas análises insere a categoria luta de classes em uma dimensão estrutural, lógica, “fundada na exigência de resolver uma contradição” (FAUSTO, 1987, p. 129). Categoria pressuposta, definida como contraviolência diante da violência imposta pelo contrato desigual (direito contra direito); contraviolência gerada pela *interversão* da lei de apropriação (de trabalho próprio por trabalho alheio); contratransgressão prevista porque o contrato é transgredido; solução pressuposta pela exigência de se resolver a contradição da lei de apropriação.

²⁹ A concepção aludida por Fausto refere-se ao entendimento de Hanna Arendt sobre revolução. Cf. FAUSTO, 1987, p. 131.

Enfim, apreciações feitas a partir de movimento inerte, condição determinante da exposição dos objetos e das contradições presumíveis em *O Capital*. Para Fausto (1987, p. 126), as contradições podem “ser pensadas de um modo mais rigoroso, a partir das relações de inércia”. E a própria luta de classes será vista na perspectiva de movimento, mas como resolução pressuposta, como inércia, porque a contradição pela qual o sistema vai ao “abismo” (*zugrunde*), apenas “abre o registro da luta de classes”.

As observações de Fausto seguem enfatizando a dimensão estrutural e inerte da luta de classes, reconhecendo em *O Capital* preferencialmente uma densidade lógica. O comentador alude acertadamente à vivência do operário de espoliação e opressão como aquilo que torna possível a luta de classes. A compreensão da vivência do conflito “em si” pelos trabalhadores é trabalhada por Marx em outros textos. Na obra referida, as classes não são postas em oposição, exceção feita às lutas pela jornada normal de trabalho quando as classes se opõem *em luta*. Assim, *O Capital* parece não comportar episódios de densidade histórica, uma vez que o seu foco analítico está voltado para o desvelamento das relações produtivas e das relações de classes numa perspectiva estrutural, em que os objetos dessas relações encontram-se em inércia.

2.2 O MOVIMENTO DIALÉTICO DE *O CAPITAL* E A LUTA DE CLASSES: OUTRA PERSPECTIVA

Em uma vertente diferenciada de Fausto, localizam-se as proposições de Hector Benoit³⁰ acerca de *O Capital* e da luta de classes. Nessa obra, segundo Benoit, há um modo de exposição dialética das categorias marxistas e seria uma impropriedade tentar separar a cientificidade de *O Capital* da luta de classes; fazer isso significa estagnar burocraticamente a *inquiétude* que caracteriza uma das principais críticas da economia política burguesa. Como observa acertadamente Benoit (1996, p. 14), na referida obra, Marx retira os objetos da sua *quieta* condição de ser-mercadoria, das “prateleiras de um supermercado”, e indaga pela *inquiétude* do trabalho contido neles, desvelando o *vir-a-ser* contraditório desses objetos,

³⁰ Cf. BENOIT, 1996.

realizando a crítica da sociedade capitalista e, de forma inseparável, a compreensão de sua submersão. Prossegue o autor:

[...] Para Marx, a contradição da luta de classes está no interior de cada objeto, de cada mercadoria e também no interior de cada obra teórica produzida no interior de uma sociedade de classes. Portanto, no interior da sua própria obra, *O capital* (BENOIT, 1996, p. 16, grifo do autor).

Para Benoit, já no primeiro livro de *O Capital*, os objetos são retirados do seu “ser aparente e em repouso” e são inseridos na *inquiétude* da produção e aí, submetidos ao “movimento negativo de superação dialética”. A riqueza no modo de produção capitalista, segundo Marx, aparece como “uma imensa coleção de mercadorias” e é visualizada pela economia política burguesa como riqueza estática, a-histórica e naturalmente produzida. Para desvelar a mercadoria é preciso penetrar na secreta esfera da produção para reconhecer seu movimento dialético e isso demanda “reconstruir *lógica e historicamente*” o percurso da mercadoria – da mercadoria individual “à imensa coleção de mercadorias” (BENOIT, 1996, p. 17, grifo do autor).

Em Marx, as categorias apresentam-se no movimento dialético determinadas pela sua historicidade e, portanto, contemplam a negatividade nas suas formulações. Por vezes, acusado de fazer uso de uma dialética conceitual, aquela que dota de vida própria as categorias, o próprio Marx se defende da impressão de “tratar-se de puras definições conceituais”, assinalando que a derivação lógica das categorias não pode ser produzida independente da história. “O desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro é um resultado do processo histórico” (BENOIT, 1996, p. 23). Assim, há uma historicidade pressuposta em cada categoria lógica. Quando Marx penetra nas raízes do processo de troca, ele exterioriza a oposição entre valor e valor de uso, presente no interior de cada mercadoria. O aprofundamento histórico desenvolve a oposição existente. Ao se desdobrar as contradições lógicas das categorias econômicas, gradualmente vai se desvelando a historicidade pressuposta nelas e que vai sendo posta no próprio interior da exposição. Conforme enfatiza Benoit:

[...] o desenvolvimento dessa análise lógica, a ampliação em espiral da análise das contradições, pouco a pouco, vai inserindo, cada vez mais, um maior número de determinações históricas, pouco a pouco, vai concretizando o abstrato e assim historicizando a lógica (BENOIT, 1996, p. 24).

Ao analisar a fórmula M-D-M, Marx parte de um momento em que o dinheiro era simples mediador do processo de troca. Expõe gradualmente suas contradições para chegar na forma-dinheiro, compondo agora sua dimensão autônoma na sociedade burguesa. A análise das contradições lógicas vai sendo recheada de conteúdo histórico. Quando Marx pretende explicar a origem da mais-valia e precisa, portanto, desenvolver a transformação do dinheiro em capital (tema da seção II, capítulo IV), ele retoma a análise lógica, mas agora na forma D-M-D, na qual o dinheiro passa a ser a finalidade do processo. Na fórmula geral do capital, D-M-D', há um incremento de valor (*surplus-value*) que Marx nomeará mais-valia, convertendo o dinheiro em capital. Ao expor a conversão é preciso pensar na oposição circulação-produção como contradição e não como dois polos externos um ao outro. Marx mostra que o pensamento burguês procurou explicar a mais-valia ou no espaço da circulação ou da produção (espaços distintos), mas ao separar esses espaços, não se chega ao entendimento de D'. O novo ser contraditório (D-M-D') que emerge da sociedade capitalista precisa ser explicado a partir da "oposição entre gêneros econômicos diferentes (circulação e produção) que no seu processo antitético se entrelaçam e engendram" a mais-valia (BENOIT, 1996, p. 25).

O caráter contraditório de D-M-D' começa a se manifestar: o capital "tem que surgir ao mesmo tempo (*zugleich*) dentro da circulação e fora dela, *na* circulação e *não na* circulação" (BENOIT, 1996, p. 25). O produtor de mercadorias para valorizar o seu valor precisa estar na circulação, com outros possuidores de mercadorias para realizar a troca. No entanto, na esfera da circulação não se cria valor algum. A mercadoria que cria valor, no seu consumo, é força de trabalho e isso ocorre fora do mercado – na esfera da produção. A mercadoria M (força de trabalho) é trocada na circulação de mercadorias e para tanto, o possuidor de dinheiro (D) precisa encontrá-la disponível no mercado. Tal disponibilidade só se torna factível porque, ao possuidor de força de trabalho, resta-lhe apenas dispô-la no mercado. Estas condições não são naturais como pressupõe a economia política burguesa. Marx irá explicá-las a partir de um desenvolvimento histórico precedente (a expropriação dos produtores) para particularizar o D' como "ser próprio" do sistema capitalista. Novamente o

rasto histórico é retomado para entrelaçar-se ao desenvolvimento lógico das categorias até então expostas: mercadoria, dinheiro, circulação, produção. Portanto,

[...] a esta altura aparece como bastante claro que o desenvolvimento histórico está pressuposto sob cada categoria lógica, e que é exatamente o desenvolvimento imanente das contradições lógicas, com suas conseqüentes ampliações, que desvela, gradualmente, aquele desenvolvimento histórico pressuposto e o coloca como posto no interior da exposição (BENOIT, 1996, p. 26-7).

A esfera da produção é o lugar misterioso em que se desvenda a completude da criação da mais-valia. O processo de valorização não ocorre na circulação (aí ele só se inicia); a circulação é esfera mediadora porque nela a força de trabalho é comprada, mas ela é consumida e valorizada, ou seja, cria valores (D') na produção de mercadorias. “Reafirma-se aqui que o processo de valorização é pensado na sua unidade contraditória circulação-produção e não como dois processos separados” (BENOIT, 1996, p. 27).

No lugar secreto da produção observa-se o processo de valorização como resultado do encontro de fatores subjetivos (a força de trabalho), compondo o capital variável e de fatores objetivos (meios de produção), compondo o capital constante. Mas é o capital variável que muda de valor. Daí que o possuidor do dinheiro quer transformá-lo em mais-valia absoluta e, para tanto, precisa estender a jornada de trabalho. Precisamente neste momento, ao analisar o grau de exploração da força de trabalho (no capítulo VII), Marx introduz *o histórico* “pela primeira vez com o sentido fundamental de contradição de classe, isto é, enquanto luta de classes” (BENOIT, 1996, p. 28).

Ao expor as relações existentes entre capital variável e capital constante na formação do valor, a exposição vai indicando a composição da mais-valia a partir da produção do excedente. No final do capítulo, para refutar um *mandarim* da economia política inglesa, o Senhor Sênior, eleito pelos fabricantes contra o *Factory Act*³¹, defensor *incontest* da “última hora de trabalho” ou “hora fatal”, Marx propõe um diálogo entre dois personagens: o “lutador”, representante da burguesia e um outro que “do ponto de vista da classe operária”

³¹ Segundo Marx, Lei Fabril (*Factory Act*) aprovada pelo Parlamento Inglês em 1833 que permite uma média diária de trabalho de 10 horas nos dias da semana. Cf. MARX, 1985, p. 181.

fala aos fabricantes, provando que não é apenas da “última hora de trabalho” que depende o seu lucro líquido.

Para Benoit, no modo de exposição dialógico proposto por Marx, os personagens tornam-se representantes das classes em luta; eles não se relacionam entre si como meros possuidores de dinheiro e de força de trabalho. Pode-se acrescentar às colocações de Benoit que além de o conteúdo do diálogo refutar a opinião de Sênior e dos fabricantes, nele vai se revelando os interesses contraditórios das classes, por intermédio de um recurso linguístico – a ironia: “quando vossa ‘última horazinha’ realmente soar pensai no professor de Oxford (Sênior). E agora: num mundo melhor, eu desejaria mais de vossa prezada companhia” (MARX, 1985, p. 184).

Assim, em *O Capital*, o desenvolvimento das contradições lógicas é perpassado de conteúdos históricos, novamente visíveis nas notas finais do capítulo sobre capital constante e capital variável, no qual Marx enumera trechos de relatórios dos inspetores de fábrica que questionam as petições dos fabricantes contra a lei pela diminuição da jornada (a lei das 10 horas, de 1848), petições estas que utilizam em seus discursos, com a mais pura *cant* (hipocrisia), as vontades dos pais contra a lei, pois ela significaria “a desmoralização dos seus filhos, pois o ócio é a mãe de todos os vícios” (MARX, 1985, p. 184). Mais uma vez vale reproduzir os argumentos extraídos da intensa pesquisa histórica feita por Marx, nos relatórios dos inspetores de fábrica e que reiteram a importância da situação histórica na análise das categorias marxistas:

A propósito disso (das petições) observa o relatório fabril de 31 de outubro de 1848: ‘a atmosfera das fiações de linho em que trabalham os filhos desses ternos e virtuosos pais está tão impregnada de inúmeras partículas de pó e de fibras da matéria-prima que se torna extremamente desagradável permanecer 10 minutos nas salas de fiação, pois é impossível deixar de experimentar a mais penosa sensação, já que os olhos, as orelhas, as narinas e a boca imediatamente se enchem de nuvens de pó de linho, das quais não há escapatória [...] essas crianças trabalham mais do que os servos de lavoura nas aldeias vizinhas (MARX, 1985, p. 184).

Marx vai revelando a existência da *surplus-value*, da produção do excedente na composição do capital e os seus estreitos vínculos com as contradições geradas nesta realidade histórica, nas lutas para diminuir o *quantum* de mais-valia expropriada pelos

fabricantes. A luta de classes ganha uma dimensão própria em *O Capital*, basta atentar para a vasta literatura examinada por Marx sobre a luta pela diminuição da jornada de trabalho: pesquisa histórica meticulosa, detalhada, centrada principalmente nos relatórios dos inspetores de fábrica, preciosos em informações sobre os embates vividos pelos operários e fabricantes em momentos de afirmação do capital.

No momento em que Marx expõe a composição do capital e a produção do excedente, inicialmente dilui o capital em variável e constante; descreve a relação entre eles no processo de valorização do valor para, em seguida, dispô-los em uma unidade contraditória. Nessa descrição entremeadada de contradições, os pressupostos históricos já começam a ser postos pelos polos opostos: pelos fabricantes e pela classe trabalhadora em luta. Ao mostrar a valorização do valor na esfera da produção (a força de trabalho excedente convertida em capital), Marx deixa aflorar as contradições presentes nas categorias econômicas: o capital converte-se em mais-valor na medida em que se apropria do excedente – força de trabalho extorquida – e o seu grau de exploração tem relação direta com o histórico movimento da luta de classes.

2.2.1 DA SUPOSTA *QUIETUDE* PARA A INSUSPEITA *INQUIETUDE* A EXPOSIÇÃO DIALÉTICA DE *O CAPITAL*: O LÓGICO E O HISTÓRICO SE ENTRECRUZAM

Não é sem propósito abordar com maior clareza o dilema que se delineia nas proposições de Benoit e Fausto acerca da luta de classes, em *O Capital*. Se para o último as classes têm sua presença associada aos processos inertes (com exceção da luta pela diminuição da jornada de trabalho), para Benoit, em vários momentos do texto de Marx, a própria classe operária *em luta* toma a palavra e aparece como posta nas greves, nos comitês de luta, nos relatórios dos inspetores de fábricas e nos documentos históricos investigados por Marx, o que coloca os personagens do capital em movimento como classes *em luta*. Observa ainda Benoit que os objetos em *O Capital* são retirados da sua aparente quietude para serem lançados sempre no “atormentado movimento” da produção, porque há trabalho contido neles e aí (nesse secreto *locus*) os objetos são submetidos à negatividade. A luta de classes é

expressão dessa negação contida na própria dialética. Negar este trajeto significa não compreender devidamente o movimento dialético da exposição proposta por Marx em *O Capital*. Separar a análise estrutural, científica da luta de classes representa, para Benoit, mudar o sentido mesmo da dialética marxista.

Para Fausto, *O Capital* não é a história das classes *em luta* e sim, das classes em inércia. As classes são postas *em luta*, *em movimento* apenas quando Marx descreve a luta pela jornada normal de trabalho. Nessa situação, a luta de classes é uma categoria posta pelo desenvolvimento histórico da oposição das classes. Apenas quando Marx mostra em *O Capital* a luta pela diminuição da jornada de trabalho, a luta de classes é apresentada por ele como solução de uma antinomia do sistema: direito do comprador de prolongar a jornada de trabalho e direito do vendedor de impedir o seu aumento. A contradição entre as classes (capitalista e trabalhadora) está pressuposta na análise lógica e a oposição entre elas é posta quando o trabalhador se mobiliza para a diminuição da jornada de trabalho (e a mobilização é exposta nos relatos de Marx), momento em que as classes se põem *em luta*. Eis a circunstância de “aparição” da luta de classes. Nesse instante, as classes são retiradas da inércia e movimentam-se *em luta* (a história inerte é posta em movimento); a luta de classes sai do plano discursivo teórico e instala-se como solução de uma antinomia (direito contra direito).

Para Benoit, em cada categoria marxista está contida a contradição, a começar pela mercadoria. Em princípio, nela própria está contida uma contradição lógica – valor de uso e valor de troca – cujos pressupostos históricos são delineados na exposição da contradição e, na medida em que Marx indaga pelo trabalho contido na mercadoria (e assim, avança para desvelar “o segredo”), aquela historicidade vai sendo posta no desenvolvimento da própria exposição das categorias. Desse modo, pressuposto e posto não são manuseados como etapas estanques, mas desenvolvem-se de forma dialética. “Desde o primeiro parágrafo, as negações contraditórias vão sendo lançadas, avançam, fecham-se e reabrem-se em círculos cada vez mais amplos” (BENOIT, 1996, p. 21). As categorias em Marx não se apresentam apenas logicamente; as contradições que lhe são inerentes e que comportam (e ao mesmo tempo, revelam) os seus pressupostos históricos, ao serem desenvolvidas, vão sendo preenchidas historicamente.

Para Fausto, *O Capital* trata das relações de produção descritas estruturalmente, revelando as antinomias intrínsecas ao modo de produção capitalista. As contradições pressupostas nas antinomias podem ser compreendidas pelo discurso teórico, modo de exposição oferecido por Marx nesse livro. Assim, as proposições feitas por Fausto nessa obra permanecem em um plano de entendimento lógico, estrutural e teórico, atribuindo às relações, às categorias e às classes uma dimensão *quieta, pressuposta e inerte*. O movimento é dado pela história quando opõem as classes *em luta* dimensão pouco contemplada por Marx em *O Capital* (nos dizeres de Fausto), a qual será amplamente abordada em outras obras suas, de caráter essencialmente historicizante.

Para Benoit, a extração de mais-trabalho, fundamento da sociedade capitalista, e que promove a contradição entre as classes (dimensão lógica da luta de classes), perfaz toda a história da humanidade: “Marx ressalta a *universalidade* desse processo contraditório de classe baseado na extração de trabalho excedente” (BENOIT, 1996, p. 31, grifo do autor). Na medida em que seus polos se opõem, negam um ao outro, vão se deparando com a história em todo seu desenvolvimento e as classes vão sendo postas *em luta*. Segundo Benoit, o modo de exposição de *O Capital* tem como ponto de chegada a extração do mais-trabalho no capitalismo, para depois voltar-se às formações históricas anteriores, na perspectiva de universalizar-particularizar o modo de produção capitalista e a própria luta de classes. Marx volta-se para outros momentos da história da humanidade para tratar do desenvolvimento histórico do capitalismo na sua especificidade³² e, além disso, mostrar que a *surplus-value* resulta de um desenvolvimento não apenas lógico, mas substancialmente histórico. “Somente no capitalismo ocorre a hegemonia absoluta do processo de produção do valor de troca sobre o valor de uso” (BENOIT, 1996, p. 32).

Para Fausto, a exigência da contradição – apropriação do trabalho próprio *interverter-se* em apropriação, sem trabalho, de trabalho alheio – funda a luta de classes como

³² O tema da história em Marx e as formações pré-capitalistas serão abordados mais adiante, em capítulo à parte, com a utilização das considerações de Marilena Chauí, que faz uma leitura mais apropriada sobre a história no pensamento de Marx, e para tanto aborda as relações entre o capitalismo e as formações históricas precedentes, assim como os elos e as diferenciações entre desenvolvimento, devir e gênese na obra de Marx. Pode-se enfatizar antecipadamente que há polêmicas nesta discussão, pois para Benoit, ao retornar as formas pré-capitalistas Marx ressalta a universalidade da contradição fundada na extração de mais-trabalho, da contradição entre as classes sociais, existentes em outras épocas históricas. Para Marilena Chauí, Marx estabelece diferenciações entre o capitalismo e as formações anteriores para mostrá-lo totalizante e não universalizar relações de classes que lhe são próprias.

contraviolência deste contrato desigual. A luta de classes é analisada, a princípio, numa dimensão lógica “fundada na exigência de resolver uma contradição” (FAUSTO, 1987, p. 129). Categoria pressuposta, definida como contraviolência gerada pelo contrato desigual; enfim apreciações feitas a partir do movimento inerte. Para Fausto, embora na sociedade civil a compra e a venda da força de trabalho apareçam como normalidade e a violência do contrato desigual apareça como não violência, como igualdade ilusória, a essência do capital é a apropriação de trabalho alheio; o fundamento primeiro, o “fundo” (*Hintergrund*) é a espoliação do trabalho alheio.

Também para Benoit, ao revelar a espoliação do trabalho alheio Marx apodera-se da pulsão vital da sociedade capitalista e ao mesmo tempo exhibe a compreensão da negação dessa espoliação – a luta de classes. O grande divisor de águas é que para Benoit as classes não estão em inércia, nem tampouco a *classe operária em luta* é mostrada no plano *lógico* e *inerte*. As categorias têm historicidade pressuposta e na medida em que as contradições lógicas vão sendo descritas, o conteúdo histórico das primeiras vai sendo posto no próprio desenvolvimento lógico das contradições. Ainda segundo Benoit, desde o capítulo II (de *O Capital*), as categorias econômicas estão permeadas de personagens dramáticos e, se para Fausto, excepcionalmente no capítulo VII (no capítulo da jornada de trabalho) as classes são postas *em luta*, para Benoit, no referido capítulo, “determinam-se *mais ainda* os personagens em luta e a própria luta” (BENOIT, 1996, p. 29, grifo nosso).

Enquanto Fausto observa em *O Capital* uma trajetória de desenvolvimento das contradições orientada por um plano discursivo lógico, que faz das antinomias e das próprias contradições objetos inertes deduzidos a partir da lógica do sistema, prescrevendo uma incursão muito mais teórica (ou científica) de Marx nessa obra, Benoit alude a um modo de exposição dialético em *O Capital* que privilegia o desenvolvimento das categorias a partir de suas contradições lógicas e, ao mesmo tempo, dos seus pressupostos históricos, os quais vão compondo a “alma” dessas categorias, no momento mesmo dos seus desdobramentos lógicos. Marx traça caminhos dialéticos para chegar à pulsão vital do capital: quanto mais trabalho “sugar”, quanto mais extorquir horas de trabalho do produtor imediato, exigindo dele a maior massa possível de mais-trabalho, tanto mais o capital se valorizará. Disse-o muito bem Marx:

[...] O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista (MARX, 1985, p. 189).

Cada forma de extração de mais-valia relativa, demonstrada por Marx – a manufatura, a maquinaria e a grande indústria – desenvolvidas para aumentar a produtividade do trabalho, longe de libertar o trabalhador das condições coercitivas, submete-o ainda mais às condições do capital. Ao mostrar a composição do salário para além da superfície da sociedade burguesa, Marx (1985, p. 121) observa que “para ser vendido no mercado como mercadoria, o trabalho pelo menos tem que existir antes de ser vendido”. A riqueza do capital já não será mais vista como uma “imensa coleção de mercadorias” e sim como uma enorme “coleção de contradições”. No entanto, para Benoit, até este momento da exposição de Marx, a contradição fundamental do sistema – a luta de classes – aparece apenas como antinomia, ou seja, até agora Marx expôs as lutas e os embates como aparentes lutas pela conservação do sistema. Assim esclarece Benoit:

[...] Com a luta pela limitação da jornada de trabalho (seção III), com a luta contra as consequências dos desenvolvimentos da produtividade (sessão IV), e mesmo com as lutas salariais que são desenvolvidas na seção VI (O salário), a classe trabalhadora aparentemente luta apenas para a sua *conservação*, para a sua conservação enquanto classe dentro do sistema capitalista (BENOIT, 1996, p. 35, grifo do autor).

No entendimento de Benoit, Marx, ao examinar os confrontos no interior do próprio capitalismo, observa-os como enfrentamentos nos marcos do sistema e por isso eles podem assumir um caráter pretensamente conservador (não o são). As lutas referidas até então não colocam as classes opondo-se no sentido de uma negar substancialmente a existência da outra. Neste aspecto, a oposição entre as classes não se pôs ainda como submersão delas mesmas. A luta de classes será abordada como possibilidade de superação do modelo produtivo vigente quando Marx penetra no processo de acumulação do capital e analisa o seu fluxo permanente.

Ao adentrar-se no movimento total do capital, desvenda-se como ele se reproduz invariavelmente. Quando as mercadorias compradas no mercado (força de trabalho e meios de produção) entram no processo de produção, esta fase de movimento do valor encerra-se tão

logo aquelas mercadorias tenham acrescido ao “capital originalmente adiantado mais uma mais-valia”. Prossegue Marx (1985, p. 143): “essas mercadorias a seguir têm de ser lançadas de novo à esfera da circulação. Trata-se de vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, transformar esse dinheiro novamente em capital, e assim sempre de novo. Esse ciclo, que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, constitui a circulação do capital”. O ciclo do valor atravessa sempre fases contínuas e tem como tarefa “extrair trabalho não-pago diretamente dos trabalhadores”. No entanto, adverte prudentemente Marx: o trabalho precisa estar disponível antes de ser vendido na esfera do mercado. Ao constatar a disponibilidade do trabalho no primeiro movimento do valor (constatação lógica), imediatamente Marx a “preenche” de historicidade, revelando a própria gênese do capitalismo – de caráter predominantemente brutal. A origem histórica do capitalismo manifesta seu conteúdo violento – a violência da luta de classes (MARX, 1985, p. 143).

Assim, o modo de exposição de Marx dirige-se para um momento crucial: ele irá mostrar que a relação capitalista pressupõe a separação (*Sheidung*) entre os produtores de mercadorias e os meios para sua produção – essa separação é pressuposto fundamental para a existência do capital. Na sua emersão (do capitalismo), a separação foi violenta – foi uma expropriação – e para que os expropriados se “submetessem à disciplina do trabalho” (BENOIT, 1996, p. 38) não bastou retirar-lhes as ferramentas de trabalho, os meios de sobrevivência. Foi necessário coagi-los, reprimi-los e sujeita-los à disciplina nos locais de trabalho. Portanto,

[...] só após esse processo de *aberta violência extraeconômica* e, assim, de *aberta luta de classes*, o modo de produção capitalista realiza o paraíso dos proprietários de mercadorias que se encontram pacificamente no mercado (BENOIT, 1996, p. 38, grifo do autor).

Para Benoit, a violência (*die Gewalt*) da luta de classes é princípio (*Grund, arché*) pressuposto no modo de exposição de *O Capital* desde o começo e é o fim do primeiro livro que, na verdade, é princípio de um novo modo de produção – a revolução socialista. Se a violência esteve na origem do capitalismo, as suas contradições desenvolvidas historicamente gestaram as condições para superação dessa violência originária. A expropriação dos expropriadores “soa como hora final da propriedade capitalista” – a negação da negação. A revolução socialista é assinalada por Marx como a superação dialética das contradições da

sociedade de classes. O princípio fundamental de *O Capital* – a violência da luta de classes – é pressuposto e torna-se princípio posto no desenvolvimento dialético e histórico das suas contradições categoriais (postas e negadas) – “violência da luta de classes como *princípio* do capitalismo, violência como fim e novo *princípio*, negação da negação (socialismo)”. A expropriação dos produtores pode *transmutar-se* (em Ruy Fausto, *interverter-se*) em expropriação dos expropriadores (BENOIT, 1996, p. 39, grifo do autor).

2.3 A NEGAÇÃO DA NEGAÇÃO: UM ESCLARECIMENTO NECESSÁRIO

As considerações, até aqui explicitadas, revelam que o desenvolvimento histórico das contradições no capitalismo realizou a “ex-posição” de um princípio pressuposto – a violência da luta de classes; princípio posto no seu começo e na “hora final” da propriedade capitalista, como novo princípio pressuposto de uma nova formação social. Como dirá Benoit, “princípio que se negou como princípio” no seu próprio desenvolvimento, tornando-se necessário deduzir um novo princípio – a expropriação dos expropriadores (a negação da negação). Assim, a dialética marxista contempla a proposição: o modo de produção capitalista engendra sua própria negação. Na análise em foco, Benoit evidencia a revolução socialista em Marx como um caminho³³ (caminho é percurso, não *terminalidade*) e não deixa de defini-la como “superação dialética das contradições contidas nas categorias econômicas”. A dimensão histórica (posta-pressuposta) e a dimensão lógica (pressuposta) permeiam as conjecturas de Benoit a respeito da violência da luta de classes no pensamento de Marx (BENOIT, 1996, p. 39).

No entanto, ao analisar em *O Capital* as intrincadas relações da sociedade capitalista, suas contradições e a tendência histórica da acumulação capitalista, Marx ressalta as leis imanentes da produção capitalista que por vezes, redundou em interpretações fatalistas ou deterministas das suas proposições, principalmente pelos intérpretes do marxismo vulgar. Nessas interpretações, a revolução socialista adquire um caráter de inevitabilidade histórica e

³³ Assim alude Benoit acerca do pensamento de Marx: “se caminha de maneira programática para um novo princípio”. Cf. BENOIT, 1996, p. 40.

Marx é acusado indevidamente de propor uma história teleológica, previsível, cujo fim último seria o socialismo.

Para afastar Marx desses determinismos e *teleologismos* e buscar uma aproximação maior do significado da expressão “a negação da negação” no seu pensamento, é preciso recorrer a uma discussão importante sobre possibilidade, necessidade e contingência histórica, e o faremos a partir de outro comentador da luta de classes em Marx: Daniel Bensaid³⁴. O autor observa ser preciso entender com rigor o sentido da “imanência das leis da produção capitalista” em *O Capital*, do contrário pode-se incorrer numa naturalização dos processos históricos e anular “o aleatório da luta”. Ao expor o significado marxista de revolução, o autor o revela como “possibilidade determinada” que, na sua contradição, é impossibilidade. Assim, “a hora final da propriedade capitalista”, sugerida em *O Capital* como negação do próprio sistema, anuncia “o que deve e pode ser, não o que será”. Bensaid enfatiza o presente como “uma categoria central de uma história aberta” e, portanto, “tomar partido do oprimido” num dado momento histórico não revela uma visão teleológica (BENSAID, 2007, p. 244).

A violência da luta de classes, tal como Marx a coloca, como “parteira da velha sociedade” que “está grávida de uma nova”, é por si mesma uma potência econômica, pois é exatamente posta pelas classes *em luta*. O próprio termo “está grávida de uma nova” a coloca como uma necessidade que pode historicamente se resolver (BENOIT, 1996, p. 38).

Segundo Bensaid, “não existe entre possibilidade e necessidade senão uma diferença aparente”. Para explicar a dialética entre necessidade e contingência, Bensaid recorre à tese de Marx sobre Demócrito e Epicuro, na qual ele maneja muito bem a dialética entre possibilidade real e possibilidade abstrata. Enquanto a primeira “busca mostrar a necessidade e a realidade do objeto”, a segunda possibilidade (abstrata) preocupa-se com o sujeito pensante, “sem limite, sem obstáculo” para o qual pouco importa se a possibilidade é real. Dessa possibilidade real é deduzida a necessidade, mas enquanto necessidade relativa porque contingente. “A necessidade desenha o horizonte da luta. Sua contingência conjura os decretos do destino” (BENSAID, 2007, p. 244-6).

³⁴ Cf. BENSAID, 2007.

Assim, para Bensaïd (2007, p. 244) a revolução socialista é posta como necessidade, como “horizonte da luta” e não como inevitabilidade histórica. Se as revoluções contra o capitalismo foram “prematuras”, elas ocorrem na “inconforme conformidade da época” e, portanto, constituem “um poder e uma virtualidade do presente”. Ainda segundo Bensaïd, elas não obedecem, para Marx, a esquemas preestabelecidos supratemporais. Perceber a dimensão lógico-teórica da negação da negação – a violência da luta de classes como princípio pressuposto na gênese do capital e no seu findar, como novo princípio pressuposto – significa acrescer às contradições lógicas seu movimento real e histórico. Ao permanecer na dimensão de um entendimento puramente lógico da negação da negação, como superação dialética da contradição capital-trabalho, fatalmente estas interpretações levam à inevitabilidade. A hora esperada (a revolução socialista) deixa de ser uma necessidade contingente e transfigura-se em previsibilidade, em fim da história. Deve-se avançar para um entendimento da negação da negação como possibilidade real, porque é superação dialética da contradição, expropriados-expropriadores e, portanto, necessidade histórica relativa, enquanto possibilidade: “à igualdade ‘logicamente impossível’ das classes, Marx opõe sua abolição ‘historicamente necessária’” (BENSAÏD, 2007, p. 244, grifo do autor).

Para reafirmar as intenções de Marx sobre a negação da negação, nada melhor do que remontar às colocações do velho Engels, primeiro crítico da interpretação vulgarizada que se fez da negação da negação, transformada, segundo ele, em um novo *deus ex machina*. Engels lança luzes brilhantes sobre esta discussão. A necessidade histórica em Marx não propõe a “hora esperada” ou predição histórica. Segundo Engels, na sua análise sobre o desenvolvimento das relações capitalistas, Marx não faz da dialética mera demonstração da inevitabilidade do socialismo. Para Engels, Marx nos solicita apenas que “*confiemos na negação da negação* para convencer-nos de que a propriedade comum da terra e do capital é uma necessidade”; uma necessidade não para ser utilizada como teleologia histórica. O convencimento de Marx alude a uma *necessária submersão* – o fim da propriedade capitalista. Ainda acompanhando os apontamentos de Engels sobre a negação da negação, esta é considerada por ele como uma lei extraordinariamente geral que nada diz sobre o “processo especial de desenvolvimento” através do qual passam os homens, por isso é preciso submetê-la (a lei geral) às intempéries da história, à realidade concreta dos homens. Nenhuma formulação geral lógica pode substituir a análise concreta da realidade, desapropriar a práxis humana (ENGELS, 1969 apud BENSAÏD, 2007, p. 247, grifo do autor).

2.4. MARX DESFETICHIZA O CAPITAL: MODO DE VIDA TRANSITÓRIO

As distorções no pensamento de Marx já são de longa data e, portanto, nas próximas linhas, a tentativa será reconduzi-lo (ao menos em parte) mais próximo dele mesmo, naquilo que o pensador se propôs a desvelar lançando mão da dialética: a *finitude* do modo de produção capitalista. As deformidades já eram preocupações do seu inseparável colaborador, Engels, que por várias vezes, principalmente depois do seu perecimento (de Marx), esforçava-se por combater as falsificações do seu pensamento.

Nas primeiras décadas do século XX, os desvios já eram lugar-comum nos marxismos vulgarizados; a dialética começa a ser trocada por análises “econômicas”, “dinâmicas” e outras categorias lineares de tipo evolucionista e cientificista, as quais permeavam os ares políticos europeus nos primórdios do século. A propagação das ideias positivistas de Augusto Comte (século XIX) influenciava boa parte das ciências humanas. Os vestígios dessas ideias impregnaram plenamente as interpretações posteriores da obra de Marx e Engels, tributadas muitas vezes (indevidamente) aos próprios autores. Sob influência do positivismo, as ciências humanas conferiam objetividade, neutralidade e cientificidade aos seus objetos de estudo. Tal procedimento alastra-se nos demais campos das ciências e vai deixando rastros nas práticas sociais.

Na Alemanha, por exemplo, no Partido Social Democrata de tendência inicialmente socialista, os seus influentes ativistas políticos Bernstein, Otto Bauer e Kaustsky vinculavam as análises marxistas ao positivismo³⁵ e ao determinismo histórico. Eles foram veementemente criticados por outra ativista, Rosa de Luxemburgo³⁶, e por ela acusados de revisar a obra de Marx.

³⁵ Para tanto, consultar o Artigo: Sobre a crítica (dialética) de O capital. Cf. BENOIT (1996, p. 15). E consultar também o Artigo: Da dialética da natureza à derradeira estratégia política de Engels. Cf. BENOIT (2000, p. 101). In BOITO JR.; RANIERI; TRÓPRIA (2000).

³⁶ Não podemos deixar de mencionar que os princípios socialistas foram logo abandonados pelo Partido Social Democrata Alemão. Ao assumir o poder na Alemanha em fins de 1918, seus partidários eliminam os opositores à maneira dos fascismos posteriores: Rosa de Luxemburgo e seu companheiro Karl Leibnitz, membros da Liga *Spartacus*, foram brutalmente assassinados em 15 de janeiro de 1919. Sobre isso, consultar LOUREIRO, 2005, p. 13-22.

A visão fatalista da história atribuída de maneira imprópria a Marx também está ligada à “euforia determinista” moldada pela vitória da Revolução Russa e de seus precursores Lênin e Trotsky. Logo em seguida, o stalinismo apropria-se dos escritos marxistas, fetichiza-os e os corrompe para exercer uma atroz dominação política e ideológica sobre o Leste Europeu, fazendo da predição história seu elo perverso com o passado.

Na contramão desta história sobressai-se a Escola de Frankfurt³⁷ e seus membros formulam uma teoria crítica diante da Razão Instrumental que envolvia quase todas as Ciências Sociais. A teoria crítica dos frankfurtianos, tendo como referencial analítico os dizeres de Marx, tecerá profunda crítica aos vários marxismos impregnados de racionalidade e objetividade, os quais davam trunfos não só aos incipientes fascismos como também ao ludibrioso *stalinismo*. Walter Benjamin, nas suas *Teses sobre o conceito da história*,³⁸ põe-à-baixo a crença historicista de um passado duradouro e intacto – a ideia de um progresso na história humana e a inevitabilidade do socialismo. Ele não aponta estas armas para Marx, mas para os seus reais propositores: aos cientistas sociais da supremacia da razão e aos ativistas políticos de sua contemporaneidade. Na verdade, Benjamin critica a postura dos homens políticos³⁹, da vertente historiográfica da Social Democracia Alemã e do Partido Comunista Francês que acreditavam no progresso da história.

Para os contraventores do pensamento marxista, o nazismo seria a última etapa de um capitalismo desenvolvido e imperialista que, por si só, ruiria. As massas deveriam aguardar uma nova etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Como bem observara Benjamin (2000, p. 06) na Tese XI: "não há nada que tenha tanto corrompido o operariado alemão quanto a crença que ele nadava com a correnteza". Os operários alemães e os políticos adversários do fascismo acabaram por manter-se conformados com a ordem nazista, esperando que ela fosse superada pelo *etapismo* inevitável do pensamento "progressista", cuja

³⁷ A Escola de Frankfurt originou-se nas primeiras décadas do século XX na Alemanha e seus membros foram obrigados a deixar o país por conta da proximidade do Nazismo. Entre eles destacam-se Walter Benjamin, Theodor Adorno, Max Horkheimer e colaboradores como Herbert Marcuse.

³⁸ A propósito da tradução das *Teses sobre o conceito da História*, consultar os cadernos fornecidos no Curso de Filosofia da PUC-SP. Cf. BENJAMIN, 2000.

³⁹ A autora Olgária Matos nos mostra que os homens políticos a que se refere Walter Benjamin na Tese X são os sociais democratas e os comunistas do PCF. Benjamin, exilado em Paris (1934-1936) convive com o discurso dos comunistas franceses e já convivera com a Social Democracia Alemã: "Quando a direção do PCF chamou à capitulação e justificou sua tática do ponto de vista 'teórico', explicando que o fascismo era um estágio histórico necessário a ser ultrapassado, tratava-se de uma 'traição que confirmava sua derrota'". A propósito, ver *In* MATOS, 1993, p. 125.

ação prática redundou no servilismo da social-democracia alemã e no posterior avanço das ideias e práticas nazistas. Tais procedimentos políticos e teóricos não têm vínculo algum com o ativismo proposto por Marx, muito menos com suas considerações sobre o mundo capitalista.

Para Marx, as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo expõem com insistência o contraste cada vez mais generalizado entre a enorme riqueza social e a carência de bens materiais e espirituais para parcelas consideráveis da humanidade. A maneira devastadora e repressiva com que se empenha em distribuir esta riqueza, *o vampirismo* do modo de produção capitalista coloca a necessidade de intervenção nas relações de produção. “Esta exigência brota da situação de sua análise em todas as dimensões” (ADORNO, 1999, p. 183). Marx, ao contrário de propor o servilismo, a inevitabilidade da história, desvela a *finitude* dos modos de vida engendrados pelos homens nas suas práticas sensíveis cotidianas e divulga a necessidade de transformação que brota destas constelações históricas. Quem diz é o próprio Marx:

São igualmente essas condições de vida, que as diversas gerações encontram prontas, que determinam *se* a comoção revolucionária, produzida periodicamente na história, será suficientemente forte para derrubar as bases de tudo o que existe (MARX; ENGELS, 2001, p. 37, grifo nosso).

Segundo Marx, a divisão social do trabalho (a separação do trabalho intelectual e do manual) orienta indivíduos a separarem o homem de sua consciência, ou ainda, a autonomizar a consciência pura. Os produtos da consciência não podem ser resolvidos por meio da crítica espiritual, mas pela *derrubada efetiva* das relações sociais existentes. Não se pode abolir a propriedade privada e a divisão do trabalho “extirpando do cérebro” essa representação. A possibilidade pode ocorrer quando os indivíduos subjugarem de novo essas forças materiais e reconstituírem seu modo de vida, eliminando a divisão social do trabalho.

2.4.1 A DIALÉTICA E O SEU “ESCÂNDALO”

Em *O Capital*, lançando mão da dialética, Marx faz uma análise demorada das relações produtivas vigentes no modo de produção capitalista e seus desenlaces e, ao fazê-lo, expõe a transitoriedade do sistema. No Posfácio da segunda edição de *O Capital*, Marx adverte que para a razão burguesa:

[...] a dialética é um escândalo e um horror porque ela, na positiva compreensão do existente, contém ao mesmo tempo (*zugleich*), a compreensão da sua negação, da sua necessária submersão (MARX, 1962, p. 27-8 apud BENOIT, 1996, p. 14).

Para o crítico da economia política burguesa, pode-se considerar que o modo dialético de lidar com as relações sociais guarda-em-si *a positiva* e *a negativa* compreensão do existente. Cada formação social, o capitalismo e os seus fetiches, por exemplo, “no fluxo do seu movimento”, delinea-se provisório e por isso a dialética “horroriza” a burguesia. Segundo Theodor Adorno (1999, p. 119), ao se referir à dialética marxista, ela não tem pretensão de verdade como nos tempos do idealismo hegeliano; “ela não possui um cânone a regulá-la”. Ao analisar as relações de produção, tendo como ponto de partida a vida material dos homens, Marx flerta com a dialética:

[...] na medida em que o princípio da troca, em virtude de sua dinâmica imanente, se estende ao trabalho vivo, transforma-se obrigatoriamente em desigualdade objetiva, a das classes. A contradição se expressa de modo marcante: na troca, tudo sucede de modo correto e de modo não correto. A crítica lógica e enfático-prática, de que a sociedade precisa ser transformada, são momentos do mesmo movimento do conceito (ADORNO, 1999, p. 139).

Para Adorno, expor a contradição presente nas relações de troca do capitalismo, exposição que desnuda a própria submersão como precisão (necessária), significa apropriar-se de um modo de olhar o mundo, o modo dialético, o qual comporta ao mesmo tempo *a positiva* e *a negativa* compreensão do mundo – momentos indissolúveis do método dialético.

Os frankfurtianos foram os primeiros a apontar acertadamente os equívocos do “culto à razão” das teorias sociais da modernidade. A Razão Instrumental protetora da objetividade

produziu uma ciência “lógica e infalível” capaz de promover a própria destruição da humanidade⁴⁰. Em Adorno (1999, p. 127) “contudo, a racionalidade objetiva da sociedade, a da troca, pela dinâmica própria afasta-se cada vez mais do modelo da razão lógica”. Na verdade, a configuração dialética estampa mais nitidamente a estrutura do objeto porque não faz desaparecer os antagonismos da realidade como o faz, por exemplo, o lógico dedutivo, classificando-os, harmonizando-os e reduzindo a um mesmo conceito proposições irreduzíveis e contraditórias. ”A contradição dialética exprime os antagonismos reais que não ficam visíveis no interior do sistema lógico-dedutivo” (ADORNO, 1999, p. 140).

Marx, ao extrair da filosofia hegeliana seu núcleo racional – a dialética, subverte-a. Ele desfaz as mistificações especulativas e a “cosmovisão” idealista do “Espírito Absoluto” e converte a dialética numa maneira de pensar o real como totalidade inacabada, de processos e relações provisórias, temporais e históricas. Ao analisar a economia política burguesa, o mundo material das mercadorias, o processo de troca, o “segredo” da produção, as relações sociais pertinentes a este modo de vida, a singularidade do Estado burguês (amalgama de uma pseudouniversalidade), Marx pretende fazer da análise das contradições do capitalismo uma “arma da crítica”. Em momento algum estas considerações pretendem predizer o futuro. Ao contrário disso, compreender a luta de classes como contraviolência da apropriação (violenta) do trabalho alheio, e torná-la inseparável do desenvolvimento histórico do capitalismo, em nada compromete a propositura marxista, acusada indevidamente de profética, determinista ou teleológica. Sobre isto, problematiza Adorno:

[...] não seria possível, por exemplo, decretar abstratamente que todos os homens precisariam ter o que comer, enquanto as forças produtivas não fossem suficientes para a satisfação das necessidades primitivas de todos. Contudo, quando, numa sociedade em que a fome seria inevitável, aqui e agora, em face da abundância de bens existentes e evidentemente possível, da mesma maneira existe a fome, então isto exige a abolição da fome pela intervenção nas relações de produção. Esta exigência *brotava da situação*, de sua análise em todas as dimensões, sem que para tanto se precisasse da universalidade e da necessidade de uma representação de valor. (ADORNO, 1999, p. 183, grifo nosso).

⁴⁰ A destruição da humanidade a que se referem os frankfurtianos diz respeito principalmente ao período nazista e às guerras mundiais, acontecimentos por eles presenciados. O texto de Adorno que está sendo tomado como referência foi escrito em 1974.

O próprio paradoxo da sociedade burguesa – abundância/carência – manifesta a necessidade de intervenção nas relações de produção que emerge da própria situação concreta do modo de vida capitalista. “Nenhum sentido preestabelecido da história, nenhuma predestinação justificam a resignação à opressão. Inatuais, intempestivas, descontemporâneas, as revoluções não se integram aos [...] ‘pálidos modelos supratemporais’” (BENSAID, 2007, p. 244, grifo do autor). Marx apropria-se da concretude das relações sociais e produtivas em *O Capital* e põe à mostra as contradições do modo de produção capaz de desvencilhar a humanidade das amarras daquele que a aprisiona, mas dialeticamente, pode libertar potencialidades subversivas, pois a *terrenalidade* alarma o provisório.

2.5 A HISTÓRIA, O DEVIR E A GÊNESE EM MARX.

O tema sobre *A história no pensamento de Marx*⁴¹ é polêmico e será aqui descrito brevemente para explicitar o significado do *locus* de inserção da luta de classes – a história; lugar privilegiado da práxis humana e das manifestações das categorias lógicas de Marx, sem a qual elas ficaram presas a uma análise puramente estrutural e dogmática. Na exposição feita até aqui sobre a luta de classes, reafirmou-se não haver disjunção desta categoria de sua dimensão histórica. Faz-se urgente, portanto, elucidar o sentido atribuído à história por Marx.

Nas reflexões de Fausto e Benoit, referidos ao longo deste trabalho, a par das suas divergências no modo de exposição da luta de classes em *O Capital*, em ambos, as classes são postas em luta na processualidade dos acontecimentos históricos. Ainda que em Fausto a luta de classes se põe em movimento quando Marx faz análise da história concreta das classes *em luta*, e em Benoit, a luta de classes não pode ser pensada fora do movimento dialético, para ambos a luta de classes não pode se situar por fora das relações sociais.

A primeira referência para esta discussão advém das proposições de Chauí⁴² para a qual não há qualquer teoria ou filosofia da história em Marx, “mas considerações em torno da

⁴¹ Nome do artigo de Chauí que será aqui mencionado, pois traça um perfil da discussão, considerando principalmente as proposições de Ruy Fausto, do qual a autora menciona aproximação. Cf. CHAUI, 2007.

⁴² A autora deixa claro no início do capítulo A apresentação da história que está respaldada pelas proposições de Ruy Fausto, no livro *Lógica e política III*. A propósito, Cf. CHAUI, 2007, p. 158. In BORON; AMADEU; GONZÁLEZ, 2007.

história”. Para ela, o que há de anteriormente lógico e central neste pensador é a crítica da economia política. Sendo assim, Marx faz “uma apresentação sobre a história como um esquema para organizar a dispersão dos modos de produção” (CHAUÍ, 2007, p. 158). Percebe-se que ao longo da obra marxista existem duas “camadas” (dois modos) para apresentar a história: uma como “sucessão dos modos de produção” e outra como “distinção entre pré-história e história”, o que leva Marx a distinguir *desenvolvimento* e *devir*. No caso da primeira, o desenvolvimento é puramente lógico, ainda que transcorra no tempo, enquanto o *devir* comporta um início e um término, um aparecimento-desaparecimento. Assim explica Chauí que a formulação a negação da negação é exposta numa dimensão lógica, perpassada no tempo e diz respeito ao desenvolvimento e não ao devir: “O desenvolvimento é a lógica da negação da negação: movimento pelo qual aquilo que era inessencial numa forma anterior se torna pressuposto da forma seguinte e ao ser posto por ele torna-se essencial a ela” (CHAUÍ, 2007, p. 158-9).

Neste caso, o desenvolvimento afirma uma *descontinuidade temporal*, porque o inessencial (pressuposto) na forma precedente, ao se tornar essencial (posto) na forma seguinte, estabelece a diferença intrínseca deste último com a forma anterior – a descontinuidade se apresenta como diferença.

Outro conceito importante para se aprimorar da noção de história em Marx é a definição de *gênese*. Para ele, a gênese comporta a conservação de determinações anteriores no novo formato sem interferência externa alguma. A gênese “atualiza algo que já está nela em potência” (CHAUÍ, 2007, p. 159). O que veio antes não é destruído, mas incorporado, redeterminado. No devir não há conservação e sim, desaparecimento, perecimento de uma forma e nascimento de outra, com possibilidade de interferências externas. Marx inova o discurso histórico sobre o capital porque o faz como *devir* e como *gênese*; neste discurso entrecruzam-se, ao mesmo tempo, a conservação-atualização, o perecimento-nascimento. Afirma a autora:

[...] A originalidade de Marx é lidar simultaneamente com a gênese e o devir dando um aspecto contraditório ao discurso histórico. Essa contradição, porém, é dialética, pois a força do discurso histórico de Marx está justamente em tornar a reflexão de uma forma histórica tanto como devir quanto como gênese (CHAUÍ, 2007, p. 159).

Nas análises de Chauí, tanto nos *Grundrisse* como nos textos históricos de *O Capital*, existem dois sentidos para o conceito de pressuposto: quando se reporta à gênese, sobrepõe-se no discurso histórico a ideia da permanência de restos, havendo, assim, continuidade temporal; quando alude ao devir, a noção marcante é de ruptura (descontinuidade), pois uma nova forma substitui a precedente. “O entrecruzamento entre devir e gênese permite dizer, ao mesmo tempo, que uma forma nasce no interior da outra quando esta outra já está destruída e que, ao nascer, a nova forma destrói completamente a anterior” (CHAUÍ, 2007, p. 159).

A partir dessas análises pode-se reconstituir a noção de socialismo em Marx: a insurgência do socialismo se dará no interior do capitalismo já destruído e, como nova forma de sociabilidade, ao mesmo tempo, destruirá completamente os restos ou ruínas do capitalismo. O socialismo, como gênese, “não coincide com o término de uma história anterior”; ele incorpora e atualiza elementos da formação precedente (o capitalismo), internaliza-os e do mesmo modo desprende-se completamente desses elementos, externaliza-os; “devir e gênese, operam simultânea e contraditoriamente, nenhum deles é inteiramente interno nem externo”. A reflexão de Marx sobre uma nova forma histórica é contraditória e dialética: absorve e renega, atualiza e promove desaparecimento, assimila e refuta o seu próprio nascimento, a sua própria interioridade. (CHAUÍ, 2007, p. 159).

O marxismo vulgar transformou as “considerações de Marx em torno da história” numa suposta teoria da história, totalizando uma diversidade dispersa, unificando as diferentes formas de sociabilidade. Ao fazê-lo, além de unificar a dispersão das formas, considerou que a determinação econômica está presente no começo e no fim da história. Para criticar a vulgarização do pensamento marxista, Chauí apropria-se das distinções que o próprio Marx faz das sociedades pré-capitalistas e do modo de produção capitalista. Nas primeiras, “a produção tem como finalidade produzir valor de uso, mas no capitalismo sua finalidade é de valorização do valor” (CHAUÍ, 2007, p. 160).

A linguagem de Marx nos *Grundrisse* sobre o mundo antigo e medieval indica que a relação entre superestrutura e estrutura econômica não é universalizável. Nas sociedades pré-capitalistas o econômico é determinado pelo político (antiguidade), pelo religioso (período medieval) ou pelo parentesco (comunidades primitivas); não há separação entre o mundo real e o ideológico. No capitalismo, “a condição de cidadão e a de proprietário estão separadas e a

economia determina a política”. A separação da economia com relação à superestrutura é o diferencial no capitalismo; “as superestruturas são pré-condições externas à economia” (CHAUÍ, 2007, p. 160)⁴³.

Nas formas antigas, há o emprego da técnica, mas de forma reduzida, aleatória e a produção não impõe a criação de novas técnicas. No modo de produção capitalista, a forma (o capital) impõe-se sobre a matéria e “apossa-se de todas as manifestações da base material”, impondo-lhe uma incessante e permanente transformação das suas forças produtivas, da ciência e da técnica, as quais estão sempre subordinadas à valorização do capital.

Ao tratar das diferenças entre as sociedades pré-capitalistas e o modo de produção capitalista, Marx apropria-se da noção de crise e da relação entre *finito* e *infinito* para expor as diferenças nos dois casos supracitados. Marx elabora a noção de *limite* como aquilo que “na própria coisa configura o ser que ela tem, é seu interior ou sua configuração interna”. A *barreira* diz respeito a algo que vindo de fora pode chegar-se ao limite, a ponto de tornar-se o limite, ou seja, a barreira pode reconfigurar o interior da coisa (CHAUÍ, 2007, p. 162).

Nas formas antigas, o limite torna-se uma barreira que protege o sistema, o qual pode ser destruído se transpô-la. O capitalismo se define como infinito; no início não possui barreira externa alguma, só limites internos e quando o capital começa a se acumular, derruba todas as barreiras interiorizando-as como limites internos. As barreiras transformam-se em limites. “Porém, como é infinito, o capital é a negação de qualquer limite, de maneira que a interiorização da barreira transformada em limite significa que não há mais barreiras nem limites” (CHAUÍ, 2007, p. 161).

Na forma capitalista, as barreiras são interiores e podem ser ultrapassadas porque são absorvidas pelo limite e em cada ultrapassagem, novas barreiras surgem que serão novamente absorvidas. Assim, a morte do sistema não vem da ultrapassagem das barreiras; o sistema “não pode ultrapassá-las sem produzir outras. O capital é o mau infinito”. Na forma pré-capitalista, sua existência é ameaçada por uma barreira externa. A perda do limite interno leva a uma crise de identidade naquela formação histórica. No capitalismo, como as barreiras

⁴³ Em Marx não é a economia, mas o mundo material (a atividade prática humana) a fonte reveladora do ser, do mundo espiritual. Não significa dizer que a economia determina a superestrutura (determinismo econômico); formulação que o próprio Ruy Fausto questiona em *Castoriadis*.

externas são absorvidas, “ele é a absorção de toda exterioridade”, nada de exterior pode representar ameaça ao sistema. O pressuposto “incessante reposto” da forma capitalista é a separação: “separação de todos os momentos do processo de trabalho, separação entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e superestrutura”. Portanto, uma forma histórica em que permanece a impossibilidade de identidade. Se nas formas pré-capitalistas a perda da identidade pode significar sua desaparecimento, no capitalismo, marcado pela contradição e pela separação, a possibilidade de ganhar identidade pode significar seu perecimento (CHAUÍ, 2007, p. 162-3). Sobre isso, salienta a autora:

[...] Esse modo de produção é *o modo da não-identidade* no qual ‘tudo que é sólido se desmancha no ar’. As formas pré-capitalistas terminam quando perdem a identidade; a forma capitalista terminará quando uma identidade aparecer, quando a contradição for levada ao extremo e o processo de negação da negação, a revolução, concluir a contradição e puser a identidade (CHAUÍ, 2007, p. 163, grifo do autor).

As considerações sobre a história em Marx aludem às formações pré-capitalistas como representações de posições finitas e ao modo de produção capitalista como negação da finitude – o mau infinito. Como nenhuma barreira externa pode ultrapassá-lo, já que são todas absorvidas no interior do próprio sistema, como “não há mais barreiras nem limites” para o mau infinito do capitalismo, a sua negação é a contradição levada ao extremo (a revolução), única capaz de pôr a identidade no modo da *não-identidade*. A negação do mau infinito capitalista é o bom infinito – o comunismo.

Nas proposições de Chauí há diferenças nas diversas obras marxistas no lidar com a história. Por exemplo, em *A ideologia alemã* e no *Manifesto comunista* a história apresenta-se de forma não dialética. Se na primeira obra o núcleo central é a divisão social do trabalho, na última é a mera sucessão dos tempos históricos, movidos pela luta de classes, sem *dialeiticidade*. Nessas duas obras, a revolução é o motor de mudança, determinada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e pela passagem da consciência em si do proletariado para uma classe dotada de consciência para si, “passagem que é o núcleo da historicidade em ambas as obras”. Para a autora, as duas obras de Marx consideram o esgotamento do sistema quando as forças produtivas do desenvolvimento capitalista se tornarem destrutivas e aniquilarem o sistema (CHAUÍ, 2007, p. 163).

As outras duas obras referidas no texto, *O Capital* e os *Grundrisse*, apresentam a história de forma dialética, com discursos contraditórios: uma apresentação da história com um discurso posto e outro, pressuposto. Na antiguidade, as demandas da humanidade de liberdade, igualdade, riqueza e propriedade são finitas ou limitadas. Elas são negadas no capitalismo pela sua *má finitude* e “postas na sua concreticidade pelo comunismo”. Nessas obras, o capitalismo é apresentado como um processo histórico totalizante; ele se totaliza no espaço (globaliza-se) e no tempo quando expressa a transitoriedade da pré-história para a história (o comunismo). Segundo Chauí (2007, p. 165), isso não quer dizer que Marx totalize toda a história da humanidade. O capitalismo se totaliza e “ao se totalizar torna compreensível o restante da história (a estrutura do homem explica a do macaco)”. Nesse sentido, sobre o comunismo em Marx, conclui a autora:

[...] O fim do capitalismo deixa como pressuposto para o comunismo o máximo de desenvolvimento das forças produtivas na fase pós-industrial, graças à ciência e à tecnologia, pois é esse pressuposto a condição para que na sociedade comunista não haja trabalho nem divisão social do trabalho, mas liberdade, criatividade e igualdade (CHAUÍ, 2007, p. 165).

Com efeito, vislumbra-se em Marx uma descontinuidade na apresentação da história: toda passagem de uma forma produtiva para outra é descontínua porque a forma precedente só fornece os pressupostos e “mais nada” para a sua sucessora. O comunismo se apresenta para ele como uma necessária materialidade em que esta nova sociabilidade (pressuposta) possibilitará a insurgência do tempo livre e de uma atividade prática desvinculada da divisão social do trabalho (posta) em tempos do capitalismo.

CAPÍTULO III

CAPÍTULO III

MARX E A ATIVIDADE PRÁTICA SENSÍVEL

“Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”

(Karl Marx)

A base reflexiva de Marx enraíza-se nas relações materiais de vida que são norteadas pela atividade prática sensível, pressuposto inerente dos homens ativos. A compreensão do trabalho em seu duplo caráter – valorativo e formativo – foi uma preocupação constante do itinerário de Marx e que será exposta com brevidade no capítulo. Em seguida, instaura-se o debate sobre a centralidade do trabalho na atualidade, a partir das proposições de Kurz e dos lineamentos de Marx.

PARTE I

3.1 O TRABALHO: CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA HUMANA

Com os olhos voltados para *O Capital*, resgatou-se anteriormente a contradição fundamental para Marx nas relações sociais capitalistas: a apropriação de trabalho próprio que se *inverte* em apropriação de trabalho alheio, sem troca. Nos preceitos do autor, a expropriação do trabalho alheio é a *pulsão vital* da sociabilidade capitalista e essa “revelação” contém, nela mesma, a sua negação – a luta de classes. Assim, neste modo de ser dos homens, o trabalho subordina-se à lógica da produção de mercadorias e como evidencia Marx (1985, p.154), “a partir do momento em que ele (o trabalhador) entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista”. O coração do capitalismo caracteriza-se exatamente por esta sujeição da atividade criadora do homem ao capital. No entanto, para Marx o trabalho tem um papel primordial na constituição do ser social e considerá-lo numa dimensão ontológica significa perceber a atividade prática humana como o elo entre o homem e a natureza.

Em linhas anteriores salientou-se que para Marx, o modo de ser do capital não abdica da sua própria existência – a expropriação de trabalho alheio –, o que torna próprio do seu metabolismo social a contradição capital-trabalho. A configuração “desapropriada” do trabalho nas relações sociais capitalistas engendra no expropriado um “perder-se-de-si” de tal forma que o produto do seu trabalho “humaniza-se”, ganhando autonomia própria, enquanto ele (o produtor) aliena-se do objeto produzido que não lhe pertence mais; o agente da produção “coisifica-se” diante de uma atividade que não é livre. Como reitera Marx (1985, p. 154), no capitalismo “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem”, que adquire um caráter estranhado, desumanizador.

Em Marx, o trabalho como valorização do capital, “o *abstractum* dinheiro, cujo conteúdo é o *abstractum* trabalho”, é a expressão de um modo histórico determinado, o modo capitalista, o qual submete a atividade criadora do homem à produção e reprodução de

mercadorias. Nesse aspecto, torna-se pertinente nesta dissertação recuperar no seu pensamento a dimensão ontológica do trabalho e o seu significado na forma-mercadoria. Ao fazer esse percurso pretende-se, em seguida, instalar a polêmica com o autor de *O colapso da modernização* (Kurz) quanto à perda de centralidade do paradigma do trabalho no mundo contemporâneo e da própria luta de classes.

3.1.1 A FONTE REVELADORA DO SER

Para se compreender a relevância do trabalho na obra de Marx e na própria constituição do ser social é preciso percorrer as considerações de Gyorgy Lukács, pensador que, no campo da investigação teórica, ofereceu ao trabalho “um enfoque particular na ontologia do ser social” (SEMEGHINI, 2000, p. 12). Lukács debruça-se sobre a obra de Marx para depurar o lugar privilegiado que nela ocupa a categoria trabalho, sendo aí abordado não apenas como força produtiva, mas principalmente como *atividade essencialmente humana*; momento predominante da produção e reprodução do mundo dos homens. Para Marx, o modo como os homens se apropriam dos seus meios de subsistência para produção de si mesmos e do mundo revela em muito o que os homens são, sua sociabilidade e, portanto, seus laços culturais. Cabe aqui recuperar a clássica passagem de Marx em *A ideologia alemã*, enfática em afirmar a primazia da atividade prática sobre o modo de ser dos homens:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas *eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir os seus meios de vida*, passo que é condicionado por sua organização corporal [...]. O modo pelo qual os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos [...]. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com *o que* produzem como também *o modo como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX, 2007, p. 87, grifo nosso).

A ênfase do trabalho na obra de Marx que o levará a desvendar as “raízes sociais com que o capitalismo se nutre” e suas complexas configurações societárias tem um vínculo indissolúvel, segundo Lukács, com a própria concepção de homem elaborada por Marx: o ser social se constitui na ação, no trabalho e as atividades que ele realiza com os outros, ao longo

da história, interferem diretamente na sua existência sensível. O homem para Marx, ao se envolver com a natureza, pela atividade prática sensível, transforma a própria natureza e a si mesmo porque exterioriza sua subjetividade na ação (no trabalho) e se autoconstrói nessa interatividade com os elementos naturais e com os outros homens.

[...] Essa constatação nos envia à teoria geral de Marx, segundo a qual o desenvolvimento essencial do homem é determinado pela maneira como ele produz. Mesmo o modo de produção mais bárbaro ou mais alienado plasma os homens de determinado modo, um modo que desempenha nas inter-relações entre grupos humanos – ainda que essas possam aparecer imediatamente como “extra-econômicas” – o *papel decisivo* em última instância. (LUKÁCS, 1979, p. 73, grifo nosso).

Esse processo de produção e reprodução da vida em que o trabalho exerce um papel decisivo, exatamente porque o ato laborativo provoca transformações no homem e na natureza, coloca novas objetividades e promove mutações na subjetividade humana. A partir da atividade humana sensível, Marx propõe uma relação de interligação entre subjetividade e objetividade. Nesse aspecto, dirá Lukács, nas reflexões marxistas o pensamento terá uma relevância na práxis humana. Ou seja, em Marx, a consciência não será considerada apenas epifenômeno, mas resultado de ações concretas dos homens.

[...] Um mérito histórico da teoria de Marx é o de ter trazido à tona a prioridade da práxis, sua função de guia e de controle em relação à consciência [...] disso resulta que toda práxis, mesmo a mais imediata e a mais cotidiana, contém em si essa referência ao ato de julgar, à consciência, etc., visto que é sempre um ato ideológico, no qual a posição da finalidade precede, objetiva e cronologicamente, a realização (LUKÁCS, 1979, p. 52).

O autor de *Ontologia do ser social* reitera em vários momentos do seu texto que o papel significativo conferido por Marx ao trabalho enquanto atividade humana sensível não o absolutiza enquanto única forma de constituição do ser e sim, atribui-lhe “prioridade ontológica” afastando a hierarquização de valores, contidos muitas vezes nos *determinismos* e *economicismos* (legados do marxismo vulgar), equivocadamente infligidos a Marx. Observa Lukács:

[...] o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento das suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo [...] interessa-nos apenas a *prioridade ontológica*, a qual – como sempre repetiremos – nada

tem a ver com hierarquia de valor qualquer. Interessa-nos exclusivamente afirmar que tudo aquilo que no trabalho e através do trabalho surge de expressamente humano constitui, precisamente, aquela esfera do humano sobre a qual – direta ou indiretamente – baseiam-se todos os valores (LUKÁCS, 1979, p. 87, grifo nosso).

A concepção de trabalho em Marx, “problemática que armou para sempre o centro propulsor de toda atividade reflexiva (do) autor” (CHASIN, 1995, p. 385) permitiu-lhe resgatar o salto ontológico da humanidade. Através do trabalho o indivíduo *destaca-se* da natureza e ao mesmo tempo, o trabalho é *o seu elo* indissolúvel à natureza. Com base nos princípios da ontologia de Marx, o homem não nasce homem, mas faz-se homem através do seu trabalho, o que equivale afirmar que o ser “socializou-se”, emancipando-se das formas pré-humanas a partir da atividade prática sensível. Nas considerações de Lukács, o trabalho em Marx marca a passagem do homem biológico para o homem social, comportando-se como o elemento de mediação dos homens consigo mesmo, com os outros homens e com a própria natureza; “elemento mediador que põe a sociabilidade, transformando meros seres naturais em seres sociais” (SEMEGHINI, 2000, p. 47). Assim prescreve o autor em *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*:

[...] estamos diante de tendências importantes, decisivas, da transformação tanto externa quanto interna do ser social, através das quais este último chega à forma que lhe é própria; ou seja, o homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade (LUKÁCS, 2007, p. 238-9).

Nos pressupostos de Marx, o trabalho enquanto valor de uso é um produto do trabalho útil, condição de existência humana em qualquer tipo de sociedade. As outras categorias como a linguagem, a filosofia, a moral e a arte já estão postas socialmente. O trabalho por sua vez, é a única categoria que promove a passagem do homem natural para o ser social. A mudança qualitativa e estrutural do ser é dada pelo trabalho; ele é a essência do salto ontológico. Dessa maneira, “Marx rompe com a concepção excludente entre natureza e sociedade, pondo em primeiro plano o metabolismo humano-societário que as relaciona” (CHASIN, 1995, p. 381).

3.1.2 O TRABALHO CONTÉM UMA POSIÇÃO TELEOLÓGICA

Na ontologia de Marx, na qual o ser social é reconhecido pela atividade prática sensível, ainda se faz necessário concentrar esforços em duas definições partícipes da constituição dessa prática: causalidade e teleologia. Nas escrituras de Marx, o trabalho contém uma dimensão corpórea (causal) e uma dimensão consciente (teleológica). Na esfera consciente, o indivíduo idealiza os seus objetivos e põe o seu *telos* (objeto meramente pensado) para, em seguida, esforçar-se por descobrir as relações existentes (de causalidade) e realizar seu projeto (causalidade posta). Se a causalidade “representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram a sua expressão geral, a teleologia é um modo de pôr – uma posição sempre realizada por uma consciência” (LUKÁCS, 2007, p. 230).

A finalidade posta pelo ser consciente desencadeia a necessidade de reconhecer os nexos causais da realidade. Assim, diante das respostas que precisam ser dadas, o indivíduo busca alternativas na realidade efetivamente existente. Nisso constitui-se a práxis social para Marx: tomada de decisões entre alternativas. O conhecimento coloca-se como possibilidade no momento em que o indivíduo investiga meios para concretizar os fins propostos. “O trabalho é um ato de pôr consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de finalidades e meios determinados”. Assim, a ação será tanto mais eficaz quanto melhor se conhecer as possibilidades existentes (LUKÁCS, 2007, p. 233).

Nos pressupostos de Marx, o fato de o homem buscar um sentido, uma finalidade para sua ação laboral significa apenas que há posição teleológica na práxis humana e não na Natureza ou na História. O essencial no trabalho “é que nele não apenas todos os movimentos, mas também os homens que o realizam devem ser dirigidos por finalidades determinadas previamente” (LUKÁCS, 2007, p. 232). Para elucidar essa reflexão fundamental de Marx, nada melhor do que reabilitá-lo na sua clássica passagem de *O Capital*:

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no

início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente (MARX, 1985, p. 149-150).

Ao construir antecipadamente na sua cabeça o objeto ideado, o indivíduo percebe que a natureza tem uma legalidade independente de sua vontade e, nesse momento, ele reconhece a existência do mundo. O vínculo simultâneo aí estabelecido entre teleologia e causalidade é criado pela atividade prática sensível. Marx reconhece, portanto, que o trabalho possibilita “a síntese entre teleologia e causalidade como partes de uma mesma realidade” (SEMEGHINI, 2000, p. 37).

Na análise de Lukács sobre a ontologia do ser social em Marx, não é possível pensar uma prática efetiva sem uma subjetividade – tudo que o homem transforma pela atividade prática sensível passa pela sua subjetividade. Nesse aspecto, afirma Lukács:

Com justa razão se pode definir o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como resposta que busca selecionar o carecimento que a provoca. [...] Desse modo não apenas a resposta, mas também a pergunta (é) um produto imediato da consciência que guia a atividade. Mas isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico (LUKÁCS, 2007, p. 229).

Na atividade laborativa o homem produz de forma consciente e isso não significa dizer que ele conhece todas as variáveis existentes. Ao buscar respostas diante dos fins propostos, o indivíduo não tem condições de controlar todos os fatores em presença. Existe sempre um espaço desconhecido. De qualquer maneira, para Lukács, Marx renova o pensamento filosófico quando atribui à consciência uma *concretude*: ao projetar sua atividade na “cabeça”, o indivíduo o faz a partir de necessidades sociais objetivas e ao buscar alternativas no “corpus causal” depara-se com o existente (o concreto) para, em seguida, promover a realização do objeto pensado (causalidade posta).

[...] todo processo teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que põe um fim [...] Contudo, o fato de a teleologia ser necessariamente posta pela consciência não a reduz a mera e simples pulsão da subjetividade. Sem subjetividade não há teleologia – mas a consciência, assim como a teleologia, apenas existe no interior do ser social e, portanto, em relação com a sua materialidade (LESSA, 2002, p. 71).

O processo de trabalho coloca, para o mundo dos homens, demandas concretas e os indivíduos procuram satisfazê-las a partir das possibilidades existentes na esfera da linguagem ou do pensamento conceitual. Isso demonstra que essas esferas têm uma “indissolúvel e incessante interação” com a atividade laborativa. Quando elas atingem um alto grau de desenvolvimento e adquirem autonomia em relação à sua base originária (o trabalho), Lukács nomeia-as *posições teleológicas secundárias*. No entanto, a linguagem e a ciência continuam interagindo com o trabalho por mais complexa que seja a sociabilidade em que elas se insiram; posições teleológicas primárias (próximas ao trabalho) e secundárias (distantes do trabalho) influenciam-se mutuamente. Nesse caso, instala-se o paradoxo: vinculação e autonomia. Da mesma forma, postula Ricardo Antunes:

[...] As formas mais avançadas da práxis social encontram no ato laborativo sua base originária. Por mais complexas, diferenciadas e distanciadas, elas se constituem em prolongamento e avanço, e não em uma esfera inteiramente autônoma e desvinculada das posições teleológicas primárias (ANTUNES, 1999, p. 141).

Assim, a arte, a política, o direito, a religião e a filosofia, exemplos de posições teleológicas secundárias, para Lukács pertencem à esfera de relações sociais de “prolongamento complexificado” em relação ao trabalho, mas que continuam vinculadas ao necessário intercâmbio entre o homem e a natureza. “Menos que *descontinuidade e ruptura* em relação às atividades laborativas”, as posições teleológicas secundárias encontram “seu fundamento *ontológico-genético* a partir da esfera do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 142, grifo do autor).

Na mesma linha de argumentação, posiciona-se Lessa sobre “a gênese dos valores em Lukács”, à luz da ontologia marxista, expressa nos seguintes termos:

Complexos sociais como a estética, a moral, o direito e a ética – para ficar apenas com alguns exemplos – requerem, com absoluta necessidade, tanto o momento de fundação dado pelo trabalho como o momento de sua concreção particularizadora pela totalidade das mediações que operam no ser social a cada momento histórico, em suma, pela complexa processualidade da reprodução social. Os valores são portadores de determinações sociais que estão para muito além do trabalho; todavia, tal como todas essas determinações e todas as categorias sociais, também os valores apenas poderiam existir tendo por fundamento ontológico último o trabalho (LESSA, 2002, p. 159).

3.1.3 O TRABALHO REINVENTA AS CIRCUNSTÂNCIAS

A atividade prática sensível pressupõe a interligação de dois momentos: teleologia e causalidade. Ao conceber seus fins, a consciência humana escolhe entre possibilidades encontradas no mundo terreno⁴⁴. A legalidade do mundo dos homens pressupõe uma forma determinada de sociabilidade a partir da qual as alternativas são capturadas e escolhidas. “As decisões alternativas, antes de ser a representação de desejos individuais, serão a expressão da instância maior da forma de sociabilidade” (SEMEGHINI, 2000, p. 76). Para Lukács, as necessidades particulares e as grupais que comportam a totalidade social se mesclam e conduzem muitas vezes os homens a atuar contra sua própria vontade. A clássica passagem de Marx em *A ideologia alemã* é ilustrativa desse propósito:

[...] a cada estágio (da história da humanidade) são dados um resultado material, uma soma de forças produtivas, uma relação com a natureza e entre os indivíduos, criados historicamente e transmitidos a cada geração por aquela que a precede, uma massa de forças produtivas, de capitais e de circunstâncias, que, por um lado, são bastante modificados pela nova geração, mas que, por outro lado, ditam a ela suas próprias condições de existência e lhe imprimem um determinado desenvolvimento, um caráter específico; por conseguinte as circunstâncias fazem os homens tanto quanto os homens fazem as circunstâncias (MARX, 1998, p. 36).

O trabalho, de um lado, garante muitas vezes a continuidade através das “condições de existência transmitidas a cada geração”. Mas, de outro lado, ele (o trabalho) possibilita a ruptura, na medida em que o pôr teleológico permite escolha entre alternativas. Essa dimensão do trabalho torna a práxis social menos “determinada” e muito mais “em construção”. A atividade prática permite fluidez e mobilidade nas ações humanas passíveis de transformação, o que leva Marx a admitir nos homens a “reinvenção das circunstâncias”. “A essência da práxis é a possibilidade”. Nesse sentido, toda práxis social “é uma decisão entre alternativas, já que todo indivíduo singular, sempre que faz algo, deve decidir se faz ou não. Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (LUKÁCS, 2007, p. 231).

⁴⁴ Segundo Chasin, a “arquitetônica marxiana” compõe-se de três críticas fundamentais ao seu tempo histórico: a crítica da economia política, a crítica da positividade da política e a crítica da filosofia especulativa. Ele assim observa para se contrapor às três fontes originárias de Marx. Esta última crítica, para enfatizá-la na esfera da filosofia alemã, Chasin utiliza um termo importante para diferenciar o pensamento de Marx do idealismo hegeliano, do neo-hegelianismo e mesmo de materialismo feuerbachiano; Marx propõe a “terrenalidade” como elemento primordial para chegar-se à “anatomia da sociedade civil”. Nesse sentido é que o termo será aqui utilizado.

Ao considerar o trabalho como modelo da práxis social, Lukács torna relevante seu caráter contraditório: ao mesmo tempo em que os homens estão submetidos às condições causais impostas pelo efetivamente existente (pela natureza ou pela própria sociabilidade), o trabalho também lhes possibilita criar novos momentos da vida social, capazes de conduzi-los “para formas de ser cada vez mais emancipadas e autônomas” (SEMEGHINI, 2000, p. 78). A partir dessa análise de Lukács sobre os dois aspectos contraditórios do trabalho, pode-se admitir em Marx: o trabalho é condição para a liberdade.

Para o estudioso da ontologia do ser em Marx, quanto mais adequado é o conhecimento que se tem da realidade, mais próximo se estará daquele resultado esperado. A cada nova objetividade posta pelo ato laborativo, os seus agentes vão deixando marcas dos “seus anseios, seus afetos” e, inclusive, das “suas mais altas aspirações”, liberando “novos sentidos” para a vida humana. Segundo Antunes, ao observar atentamente a *ontogênese* de Marx, Lukács infere daí que uma vida cheia de sentido “encontra no trabalho seu *locus primeiro* de realização” (ANTUNES, 1999, p. 143, grifo do autor).

A atividade prática sensível por sua dimensão teleológica pode proporcionar ao homem sua autoconstrução individual e coletiva. Essa é uma possibilidade “genuinamente humana”. Isso não significa dizer que uma vida plena de sentido só se efetivará exclusivamente no espaço do trabalho. No entanto, quando no mundo dos homens essa atividade perde seu sentido não se pode considerar humanizadas as outras esferas da sociedade; a arte, a filosofia, a música, a literatura e a poesia ganham sentido como práxis social na medida em que o trabalho se apropria de *uma outra* significação; aquela voltada “para a humanização do homem em seu sentido amplo” (ANTUNES, 1999, p.142). Prossegue o autor:

[...] uma vida cheia de sentido *fora* do trabalho supõe uma vida dotada de sentido *dentro* do trabalho. Não é possível compatibilizar *trabalho assalariado, fetichizado e estranhado* com *tempo (verdadeiramente) livre*. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é *incompatível* com uma vida cheia de sentido fora do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 175, grifo do autor).

3.1.4 O TRABALHO E A INTERATIVIDADE

No *constructo* marxista, o trabalho é a *protoforma* de autorrealização humana – a fonte originária da constituição do ser social. Já foi alvo de menção no texto a idéia de que o trabalho perfaz uma esfera consciente e uma esfera corpórea que se inter-relacionam na ação humana para objetivar o *telos* inicialmente idealizado na consciência do homem. A consciência autônoma do sujeito esbarra no existente, na legalidade própria daquele tempo histórico. O ser existente para Marx está envolto em um contexto fundamentalmente marcado pelo *modo de produzir* dos homens. Modo este indicador do *modo de ser* desses homens; modo revelador dos seus vícios, afetos, defeitos, carências, enfim de seus dilemas espirituais. Marx vincula indissolúvelmente esse modo de ser à atividade dos indivíduos na história. A trama social do mundo dos homens pode ser desvelada, conhecida a partir das atividades praticadas por eles.

A essência humana para Marx, portanto, está inerentemente aprisionada à atividade prática sensível, interlocutora das razões subjetivas e objetivas presentes no mundo dos homens. Para Marx o homem exterioriza sua subjetividade *no e através* do trabalho. O ser vai se autoconstruindo na interatividade humana, não apenas *com* os homens, mas *nas* relações sociais de produção. O homem “exterioriza sua subjetividade através da sua prática e se faz a si mesmo, se autoconstrói na interatividade humana, através da atividade sensível efetivada e inserida nas relações sociais” (SARTÓRIO, 2005, p. 16). Assim, para o crítico da economia política, a essência humana não é em si mesmo “gênero” por *integrar* uma comunidade humana, mas por *interagir* nas relações sociais, transformando e sendo transformada. Em Marx, a cada descoberta humana, no ato de transformar a natureza, o ser não é mais o mesmo; ele vai modificando sua existência e a sua forma de relação com os outros homens.

Antes de tudo o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, p. 149).

A subjetividade do ser, a sua afetividade se modifica pelo trabalho, transformando todas as relações a sua volta, as relações de produção existentes. Para Marx, *a fonte reveladora do ser* é a atividade prática humana. O fato de o autor de *O Capital* conceber o ser existente *no e com o mundo* a partir do trabalho e das relações sociais daí advindas torna o ser existente fundamentalmente histórico. Pode-se considerar que na trajetória trilhada por Marx, uma de suas preocupações primordiais foi esboçar o modo de ser dos homens e sua existência histórica.

Nas reflexões de Marx, não há qualquer possibilidade de o homem aprimorar sua subjetividade na medida em que não consegue desenvolver livremente sua atividade produtiva. Na esfera burguesa a atividade produtiva é determinada por aqueles que controlam os meios de produção e o trabalhador se autoaliena diante dela. “Reconhecer e desejar a sociedade humana ou a humanidade socializada pressupõe a existência de homens livres que se autodeterminem, que ajam e decidam sobre sua própria vida sem intermediação de qualquer força estranha ou dominadora” (SARTÓRIO, 2005, p. 18).

Na sociabilidade capitalista, os produtos objetivados não pertencem ao trabalhador, e ele não tem controle sobre a atividade produtiva – o indivíduo se aliena do objeto produzido – “com a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)” (MARX, 2004, p. 80). O produtor se defronta com um *ser estranho*: o objeto produzido por ele mesmo. Com efeito, o trabalhador desumaniza-se diante de uma consciência “aprisionada” pela prepotência das “coisas”. Quem diz é o próprio Marx: “[...] a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos de trabalho [...] não é mais nada que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1985, p. 71).

A forma mercadoria, ou ainda, a forma da economia burguesa, ao invés de revelar, vela o caráter social dos trabalhos privados e constitui formas de pensamento “socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção historicamente determinado” (MARX, 1985, p. 73). Um modo de produção que impõe seus próprios “sentidos” para o trabalho, transformando valores úteis em valores de troca para a formação social do capital; trabalho concreto que se traduz em seu contrário – trabalho humano abstrato.

No metabolismo social da vida burguesa, o trabalho manifesta-se para o trabalhador como atividade que não lhe pertence, “uma atividade voltada contra ele mesmo”, “a força como impotência” – o estranhamento-de-si (*Selbstentfremdung*). Do mesmo modo, o produto da atividade humana não pertence ao trabalhador, aparece-lhe como um “objeto estranho e poderoso sobre ele” e esta relação exteriorizada do trabalhador com o produto Marx nomeará estranhamento-da-coisa. Nesse modo de sociabilidade onde o trabalho é hostil ao homem, apenas fora do trabalho ele se sentirá “junto a si” e na realização do seu trabalho, o indivíduo sente-se “fora de si” (MARX, 2004, p. 83).

O processo de estranhamento (*Entfremdung*) do trabalhador “com” o seu objeto, representado pela perda do objeto e o processo de alienação (*Entausserung*) “em” seu objeto, representado pela servidão ao objeto, traduz em muito a perda de sentido no modo de produção capitalista da atividade laboral. Tanto mais se desenvolve esse modo de produção, mais se “coisifica” a relação entre os homens e escapa-lhes cada vez mais o pertencimento ao trabalho, agigantando-se a perda de si mesmo. “Conseqüentemente, quando arranca (*entreisst*) do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe sua vida genérica, sua efetiva objetividade genérica” (MARX, 2004, p. 85). Marx prossegue, em seus manuscritos:

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2004, p. 82).

Na sociabilidade burguesa o trabalho assume a forma “necessariamente assalariada, abstrata, fetichizada e estranhada” (ANTUNES, 1999, p. 167) para a valorização constante do capital que para sobreviver precisa *interverter* trabalho próprio (desapropriado) em trabalho alheio (apropriado). Marx na sua crítica da economia política explicita a diferenciação entre trabalho como criador de valores de uso (trabalho concreto), atividade vital, ação que pode tornar-se ato de liberdade, daquela atividade laboral criadora de valores de troca, atividade peculiar da valorização do valor: o trabalho humano abstrato. Na apreensão dos significados do trabalho em Marx, observa Wolfgang Leo Maar:

Em Marx, o trabalho tem um duplo caráter: simultaneamente um significado econômico e emancipatório. Constitui atividade criadora de valor, e como tal seria condição de constituição da sociedade em geral. Mas o trabalho não se caracteriza apenas como desempenho produtivo; é também acontecimento formativo (MAAR, 1994, p. 94).

Ao separar o produtor de seu produto, o trabalho é reificado e nessas circunstâncias o capital apropria-se “conceitualmente do trabalho”, universalizando a forma social produtiva como única possível, “travando-se a sua apreensão [do trabalho] como processo formador”. Não se pode perder de perspectiva, portanto, o cerne da novidade do pensamento de Marx: “a apreensão do caráter duplo do trabalho – enquanto produção de valor pelo intercâmbio com a natureza e enquanto momento privilegiado de autorrealização humana” (MAAR, 1994, p. 78-9).

Ignorar esse processo simultâneo do trabalho – produtivo e formativo – significa deixar-se conduzir por uma análise reificada do trabalho, concebê-lo apenas como produtor de valor. Admitindo-se uma crise geral na sociedade do trabalho, ele perde relevância se visto apenas como trabalho abstrato que incorpora valores. Nos próximos parágrafos utilizar-se-á das conjecturas do trabalho em Marx, na sua dupla dimensão, para reabilitar a vigência do trabalho nas atuais formas de sociabilidade.

PARTE II

3.2 KURZ E A CONTROVÉRSIA COM MARX: O TRABALHO E A SUA DUPLA DIMENSÃO

A apresentação do pensamento de Kurz em linhas anteriores indicou o fim da centralidade do trabalho, pois na forma total de reprodução social – moldura atual do capitalismo – o capital objetivado cientificizado necessita cada vez menos do trabalho vivo, prescindindo do seu agente funcional, o proletariado (em vias de desaparecimento), dando por concluída a tarefa da luta de classes. Nesse aspecto, para Kurz, o “velho marxismo” comete um erro imperdoável ao propor a “emancipação do ponto de vista ontológico do trabalho”, em tempos de colapso da modernização em que se rompe a cadeia lógica da valorização do valor e o trabalho deixa de ser a substância do valor (KURZ, 1998, p. 332).

O primeiro aspecto a ser examinado nas *glosas* de Kurz diz respeito ao seu modo de conduzir a categoria trabalho. Por mais que ele mencione em seu texto a desaparecimento do trabalho abstrato, ele não diferencia a atividade criadora de valores, própria do capitalismo (o trabalho abstrato), daquela compreendida por Marx como *ethos* da humanidade. Nesse sentido, Kurz afasta-se sobremaneira da concepção marxista ontológica do ser social e acaba por recusar a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo.

[...] Na verdade, confundir o trabalho, enquanto este é uma dimensão fundante daquilo que é o homem, ou seja, em sua dimensão ontológica, com uma forma histórica específica e transitória assumida por tal atividade, significa perder de vista aquilo que de fundamental marcou a contribuição crítica de Marx à sociabilidade na modernidade (AMARAL, 1999, p. 5).

Em exposição anterior, salientou-se que o trabalho em Marx assume dimensões ontogenéticas na formação do ser social. O salto ontológico do ser natural para o ser social foi possibilitado pelo trabalho, atividade essencialmente humana. Quando Marx revela na *Crítica da economia política* as “raízes sociais das quais se alimenta o capitalismo”, o faz por considerar primordial compreender exatamente o modo como os homens se apropriam dos

seus meios de subsistência através da atividade prática sensível, e a partir daí desvendar todos os enlaces espirituais que envolvem aquela específica materialidade social.

A contribuição decisiva de Marx para a contemporaneidade, segundo Kurz, é a exibição radical do mecanismo de reprodução do capital, além da crítica do fetichismo da mercadoria. Com efeito, ele não percebeu que para fazê-lo, Marx percorre um caminho (dialético) até chegar aos liames da valorização do valor. Alerta o autor de *O Capital* que a mercadoria, na sua aparente *quietude*, não vai sozinha às prateleiras do mercado. Para compreender o seu verdadeiro sentido, a *inquiétude* contida na mercadoria, Marx aprimora suas descobertas e decifra o seu segredo: a forma-mercadoria “nada mais é que uma relação social” e os valores contidos nela são manifestações da atividade prática sensível, do trabalho precursor da sociabilidade (MARX, 1985, p. 71).

A produção e a reprodução da vida humana, segundo Marx, só podem ser reconhecidas a partir da relação que os homens estabelecem com a natureza e consigo mesmos, o que é possível prioritariamente a partir do trabalho. Na singularidade do sistema produtor de mercadorias essa relação assume, pretensamente, uma relação entre “coisas”. “O produto do trabalho é trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*)”. Essa *objetivação* (efetivação) do trabalho aparece na forma-mercadoria como *desefetivação* do trabalhador e os objetos passam a pertencer a um ser, estranho à produção, ao capitalista que necessita constantemente valorizar seu dinheiro (MARX, 2004, p.80).

Em contraposição a esse modo de se apropriar do “ser” do homem, “fora de si” no trabalho estranhado (desefetivado), Marx analisa a atividade prática sensível como *atividade vital consciente* que distingue o homem do animal e “só por isso, ele é um ser genérico”. O trabalho por seu componente teleológico pode transformar a vida humana numa vida plena de sentido, em que a efetivação (*Verwirklichung*) da atividade laboral contenha o objeto útil e, portanto, o indivíduo possa realizar-se em outras esferas da sociabilidade: na arte, na música, na literatura, na dança e na pintura, entre outras. Realmente em Marx, o “escândalo não é o trabalho”, mas sua conformação histórica no capitalismo, porque aí ele se transforma em substância de valores de troca. Por não resgatar essa dualidade contida na categoria trabalho, Kurz afasta-se dos propósitos de Marx (1985, p. 45) para o qual a sociabilidade regida pelo capital transforma o trabalho em trabalho abstrato. Afirmar Marx:

[...] Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, o trabalho humano abstrato (MARX, 1985, p.47).

A distinção que Marx expõe em *O Capital* do trabalho útil (concreto) transfigurado em trabalho abstrato para recompor constantemente o valor da mercadoria, objetiva revelar todo o caráter de espoliação desse sistema, a “transfiguração de almas” que nele se manifesta, fazendo da “existência *abstrata* do homem como um puro *homem que trabalha* e que, por isso, pode precipitar-se diariamente de seu pleno nada no nada absoluto e, portanto, na sua efetiva (*wirkliche*) não-existência” (MARX, 2004, p. 93, grifo do autor). Sobre o duplo caráter do trabalho em Marx, observa Amaral:

[...] O que torna possível, em Marx, a crítica da economia política é exatamente a distinção radical entre a categoria trabalho – como dimensão ontológica do existir humano – e a forma histórica concreta do trabalho no âmbito da produção capitalista, o trabalho abstrato (AMARAL, 1999, p. 5).

A recomposição da trajetória da mercadoria em *O Capital* importou para Marx desvelar o local secreto da riqueza capitalista: a produção, potencialmente “embalada” pelo trabalho que ao circular atribui mais-valor ao capital. Desmistificar uma ética positiva no trabalho sob os enlaces do capital é algo imprescindível e talvez seja este um dos méritos da exposição de Kurz sobre o trabalho abstrato. No entanto, propor uma *razão prática sensível* para além da esfera do trabalho representa uma incompreensão dos vínculos que se estabelecem entre atividade prática sensível e sociabilidade. Significa ignorar outra dimensão do trabalho, não estranhado, autoconstrutor da individualidade, da autonomia e da liberdade humanas; possibilidade inesgotável porque o trabalho, numa concepção marxista, é o *ethos* da vida concreta dos homens nas suas relações de produção construídas socialmente.

Nos delineamentos de Marx, a ação laboral é o elo fundamental de interação do ser com o mundo dos homens. Desconsiderar essa dimensão da práxis humana recoloca análises prematuras do desaparecimento do trabalho, ao mesmo tempo em que corrobora por afastar Marx dele mesmo: ao reconstituir a anatomia da sociedade civil, Marx volta-se para a economia política burguesa e o faz a partir de uma exposição dialética que “escandaliza” por conter a submersão da sociedade de classes. Ele não faz apenas uma exposição (teórica) da

dinâmica burguesa; ele produz uma crítica social permanentemente prisioneira das ações daqueles que padecem da asfíxiante apropriação de trabalho alheio. Grespan alude à dialética de Marx:

[...] Se no primeiro sentido a ‘crítica’ é um requisito da forma dialética da exposição, é para depois aparecer como consequência desta forma mesma, isto é, do movimento em que os conceitos da Economia Política se desenvolvem ‘até o ponto’ em que exigem sua própria transformação. A ‘dialética’ surge neste movimento interno da ciência e não da mera ‘aplicação de um sistema de lógica’ [...] (GRESPLAN, 2000, p. 232, grifo do autor).

Por considerar o trabalho como práxis, como ação humana, em Marx, o ser atua (é agente) no processo de *objetivação* do trabalho. O pôr teleológico possibilita ao indivíduo escolher (agir) sobre determinadas alternativas contidas na *terrenalidade* existente e embora na forma-mercadoria a objetivação seja *desefetivação* (estranhamento), a escolha pode significar uma ação de ruptura; a decisão tomada pode conduzir os homens à recusa, à negação das causalidades existentes. Nesse aspecto, o trabalho é um ato de liberdade. A transformação está pressuposta na análise ontológica de Marx. A atividade prática sensível é o *locus da possibilidade*, é o *ethos* da revelação sensorial e concreta do homem, é o lugar primordial da *interação* (ação-com-outros). Entretanto, considerar o trabalho como parte integrante do sistema fetichista da mercadoria significa menosprezar sua dimensão libertadora.

[...] Ora, é precisamente na medida em que a liberdade – constituída mediante o trabalho, enquanto trabalho concreto, útil – é negada, que é possível pensar a recusa desta negação como construção da liberdade, ou seja, é porquê os homens não cessam de reafirmar contraditória e cotidianamente a sua liberdade junto à sua não-liberdade que é possível pensar uma superação do domínio das relações mercantis (AMARAL, 1999, p. 7).

Para Kurz, o trabalho não encontra qualquer fundamento na realidade “madura” do capitalismo. Para ele, o fim do trabalho abstrato é ocasionado pela dinâmica própria da lógica mercantil que tende a inutilizar o trabalho vivo, levando o sistema ao seu limite (não há mais como valorizar o valor). A perspectiva de Kurz sobre o colapso do sistema é polêmica e requer argumentos para enfrentá-la, os quais serão expostos mais adiante. Com efeito, considerar Marx “o crítico radical do fetichismo e da forma-valor” e alegar ser algo do “velho

e obstinado radicalismo da esquerda”, o apego à transcendência do sistema a partir do universo do trabalho, é evidenciar um desapego ao que há de mais emergente em Marx: a superação da sociedade de classes, não como posição abstrata, mas como exigência que *brot* da situação. Neste sentido, assegura Amaral:

[...] Marx ao pensar a sociabilidade humana em sua história e em particular sob o capitalismo, vê na dualidade essencial expressa no trabalho – historicamente tanto fonte de riqueza como da miséria da maioria da humanidade – a possibilidade mesma da sua superação (AMARAL, 1999, p. 6).

A emancipação tem seu ponto de partida na esfera da atividade prática sensível, apesar de todas as mutações que o proletariado vem sofrendo na atualidade. A “emancipação humana geral” é o *telos* permanente em Marx que não se “esgota em qualquer instância conclusiva ou momento final, pois, cada ponto de chegada é também um novo ponto de partida”. Emancipação que deve necessariamente atravessar a esfera do trabalho porque aí seus agentes configuram-se numa categoria social de “cadeias radicais” e por isso podem propor a dissolução da forma-mercadoria pela “universalidade de seus sofrimentos [...] que, em suma, ‘já não pode reclamar um título histórico, mas simplesmente o título humano’” (CHASIN, 1995, p. 366, grifo do autor).

3.2.1 A OPOSIÇÃO ENTRE OS SUJEITOS DE CLASSE: KURZ E MARX

Para reconhecer os limites históricos do capitalismo na atualidade e propor a teoria do colapso da modernização, Kurz orienta-se pelo itinerário marxista no que diz respeito à dinâmica de funcionamento do sistema produtor de mercadorias. No entanto, ao considerar o movimento das relações mercantis marcado pela onipresença da lógica imanente (o *vampirismo* da acumulação), Kurz não julga necessário aventar a primazia do processo histórico que se constitui (reconstitui) na interação dos sujeitos sociais. Os desdobramentos lógicos analisados por Marx em *O Capital* desvelam o “rasto histórico” pressuposto e que na ação-reação dos seus atores se explicita (se põe) na própria realidade, como momento histórico concreto.

O autor de *O colapso da modernização* privilegia um tempo histórico em que os sujeitos da produção assumem uma *funcionalidade* na maturação do sistema: promover o desenvolvimento das forças produtivas permitindo a ambos (trabalhadores e capitalistas) usufruir da conjuntura favorável do Estado do Bem Estar. Na fase de esgotamento da forma-valor, a luta de interesses dilui-se com a desapareição do trabalho vivo, colocando em crise “o sistema referencial comum a capital e trabalho”. Assim, longe de possibilitar a ruptura das relações mercantis, esses conflitos liberaram as forças produtivas do capital no momento de sua plena realização. Numa perspectiva divergente, Marx reitera a oposição entre as classes nas configurações societárias em que haja apropriação indevida de trabalho alheio, sem troca. Apesar das mudanças no espaço da produção hoje, o trabalho vivo continua sendo alvo do *vampirismo* do capital. A violação do contrato desigual permanece na moldura do *One World* e a luta de classes, alardeada como contraviolência desse contrato, pode acarretar uma ruptura na resoluta expropriação do capital.

Kurz volta-se para a modernização considerando o desenvolvimento das leis estruturais pertinentes à forma-mercadoria, indissociável da lógica da valorização do valor. Mas em Marx as categorias estabelecem elos simbióticos nas suas dimensões lógica, conceitual e histórica. “Apreender adequadamente o dinamismo histórico das categorias estruturalmente interligadas” significa envolver os sujeitos históricos que ativam essa dinâmica. Para Marx, o capitalismo é “entendido como uma construção histórico-social determinada, inteira e exclusivamente dependente de atos sociais humano-concretos” (AMARAL, 1999, p.6).

Embora Kurz situe as categorias chaves do colapso da modernização (a concorrência, a força-produtiva-ciência) na medida em que avançam as forças produtivas, as categorias ganham uma autonomia da dimensão social, como entes abstratos condutores da lógica cega da valorização do valor. Mesmo quando Kurz insere os sujeitos de classe nas configurações societárias do mundo burguês, não é a oposição entre eles que empurra o capital para o limite de suas fronteiras.

No ideário marxista, a oposição entre as classes corresponde à vitalidade das relações sociais – ela fecunda o *contínuo-descontínuo* processo histórico do capital, sob o domínio da contradição capital-trabalho. Para Marx, a vivência do operário de espoliação e opressão é que

possibilita o embate entre as classes. A existência do *conflito em si* indica uma historicidade composta de ações humanas concretas, de *classes em luta* diante das contradições postas pela perturbável *interversão* de trabalho próprio em alheio (sem troca). Numa perspectiva diversa, Kurz transforma o *conflito em si* em luta de interesses que fortalecem o desenvolvimento das relações mercantis e o capital (corporificado na forma-valor totalizada) executa e organiza sua infinita finalidade indiferente aos atores dessa sociabilidade.

A forma do capital, a apropriação privada da produção social, segundo Marx, não abdica da sua existência; reapropria-se *ad infinitum* do mais-valor, e nesse sentido expõe os interesses díspares (apropriação privada-expropriação de trabalho alheio) da contradição capital-trabalho. Dizer que essa contradição foi elemento de expansão do capital significa negar a possibilidade de ruptura a partir da luta de classes e debilitar a perspectiva revolucionária, “núcleo propulsor das inquietações teóricas e práticas de Marx” (CHASIN, 1995, p. 366).

3.2.2 A CULTURA DA RECUSA: UM COMBATE À FRASEOLOGIA DESTE MUNDO

Ao propor um novo princípio de emancipação que incorpore a *cultura da recusa* (material e emocional), Kurz não contempla em suas análises a possibilidade da superação do capitalismo a partir da ontologia do trabalho. O autor afasta-se da perspectiva classista. Em suas reflexões sobre as lutas de interesses, mantêm-nas presas ao universo do trabalho, no momento mesmo da modernização. Isso significa considerar, ontem, as lutas sociais propícias ao desenvolvimento das relações mercantis e hoje, em tempos de esgotamento do trabalho abstrato, um “beco sem saída” em que os atores sociais não são mais sujeitos de classe.

Trata-se de colocar em questão os dois aspectos levantados por Kurz sobre a luta de classes no momento de *maturação* do sistema. Para o autor, as lutas sociais postas em prática pelo movimento clássico dos trabalhadores foram incapazes de abalar os alicerces do capital. Num primeiro momento o *Welfare State* possibilitou uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores quando ainda a lógica da produção mercantil regozijava-se com o trabalho vivo. Nos dias de hoje esse Estado em demolição reserva para a maioria das pessoas “qualquer trabalho” numa economia submersa.

Não há como negar que o Estado do Bem Estar foi fruto das lutas sociais das primeiras décadas do século XX, e que a adesão dos trabalhadores à sua política reformista possibilitou temporariamente a “pacificação do conflito de classes”⁴⁵. Com efeito, uma parte dessas lutas tentou implodir o domínio do trabalho abstrato. Os conflitos não se limitaram às críticas no interior da forma-mercadoria. Em muitos lugares, os trabalhadores propunham superar a apropriação privada da produção social. Nas suas formulações socialistas e anarquistas, por exemplo, os rebeldes sugeriam o fim da “submissão de toda atividade humana à lógica da produção de mercadorias”. Antunes (1999, p. 38) afirma que o sistema de “compromisso” e “regulação” assumido pelo capital e pelo trabalho, em tempos de Estado do Bem Estar, foi também uma resposta às inquietações dos trabalhadores diante do acirramento da luta de classes. Quem diz é o próprio autor:

Na verdade, esse ‘compromisso’ era resultado de vários elementos imediatamente posteriores à crise de 30 e da gestação da política keynesiana que sucedeu. Resultado, por um lado, da ‘própria lógica’ do desenvolvimento anterior do capitalismo e, por outro, do equilíbrio relativo na relação de força entre burguesia e proletariado, que se instaurou ao fim de decênios de lutas (ANTUNES, 1999, p. 38, grifo do autor).

Nos países de capitalismo avançado, o movimento operário inicialmente abdica do seu projeto de emancipação para usufruir dos programas sociais vigentes no Estado Social e os próprios organismos sindicais e políticos canalizam a *conflitualidade* do proletariado para que o “compromisso” frente ao capital e trabalho seja validado. Procurando elucidar a “eficiência esmagadora” da Tecnologia nos países centrais, Marcuse (1967, p. 28) observa que, nesses locais, os operários são cooptados pela ideologia da sociedade industrial, voltada irresistivelmente “para a produção e o consumo do desperdício” em que as próprias relações afetivas são “invadidas e devastadas pela realidade tecnológica [e] os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta”. Sob esse aspecto, o autor é enfático: “a mais eficaz e resistente forma de guerra contra a libertação é a implantação das necessidades materiais e intelectuais que perpetuam formas obsoletas da luta pela existência (MARCUSE, 1967, p. 26-31).

⁴⁵ Ver esta reflexão histórica sobre o compromisso do Estado Social e suas políticas de correção *In* HABERMAS, 1988. Não é sem propósito lembrar que para Habermas os êxitos desse Estado estão vinculados à estabilidade do processo de acumulação.

O itinerário de Kurz, um tanto diverso de Marcuse, reconhece a luta de interesses na modernização capitalista enquanto o trabalho tinha “dignidade” para reivindicar melhorias nas condições de vida dos indivíduos. Há uma adequação da classe portadora funcional do trabalho diante dessas promissoras benfeitorias. No entanto, a concreção da luta de classes no transcorrer do século XX foi algo mais do que conformação. É preciso estar mais atento à “complexidade da realidade das lutas sociais em nosso século”, as quais, por vezes, transbordam os limites da lógica mercantil. O *Welfare State* revela-se (inclusive) como saída do capital diante do acirramento da luta de classes, ainda que se tenha presenciado a derrota “das iniciativas do movimento operário de transcendência do universo das relações mercantis” (AMARAL, 1999, p. 9).

O Estado do Bem Estar respondeu ao acirramento dos conflitos sociais das primeiras décadas do século XX. Num primeiro momento possibilitou o avanço das forças produtivas do capital e propiciou ganhos materiais e seguridade social para os trabalhadores. No entanto, em fins dos anos 1960 e início de 1970, o ressurgimento dos embates sociais na Europa revela o esgotamento do modelo taylorista/fordista, suplantado em seguida por uma nova conformação produtiva: o toyotismo. Antunes esclarece sobre o reaparecimento da luta de classes:

[...] Se o operário-massa foi a base social para a expansão do ‘compromisso’ social-democrático anterior, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação, da qual foram forte expressão os movimentos pelo controle social da produção ocorridos no final dos anos 60 (BIHR, 1991, p. 39-0, apud ANTUNES, 1999, p. 41).

As lutas sociais são retomadas com vigor em fins da década de 1960, novamente recolocando utopias para além das *benesses* do desenfreado consumismo capitalista. O movimento social explosivo conhecido como *Maió de 68* teve como epicentro a França, mas espalhou-se para outros lugares do mundo e suas barricadas não eram apenas “redefinições morais simpáticas” pertencentes à estrutura fundamental do sistema. Elas tinham como perspectiva pôr fim à ordem vigente. Para Negri e Hardt (2006, p. 259), “a acumulação dessas lutas foi o motor da crise, e elas determinaram os termos e a natureza da reestruturação produtiva”. A rebeldia da década de 1960 não assumiu o “ponto de vista do trabalho” e sim tentava ruir os alicerces do poder em toda sua extensão. Nos contornos juvenis do “é proibido

proibir” a idéia de liberdade resplandecia para além do regime disciplinar totalizante. Sobre isso, esclarecem Negri e Hardt:

[...] Particularmente nos países capitalistas dominantes, onde a margem de liberdade proporcionada e obtida pelos trabalhadores era maior, a recusa do regime disciplinar da fábrica social foi acompanhada de uma reavaliação do valor social de todo o conjunto de atividades produtivas [...] A perspectiva de conseguir um emprego que garanta um trabalho regular e estável por oito horas diárias, cinquenta semanas por ano, a vida inteira, a perspectiva de entrar no regime regulado da fábrica social, que fora um sonho para muitos países, agora parecia uma espécie de morte. A recusa em massa do regime disciplinar, que assumiu uma variedade de formas, foi não só uma expressão negativa mas também um momento de criação, o que Nietzsche chama de transvaliação de valores (HARDT; NEGRI, 2006, p. 294)⁴⁶.

Segundo Antunes (1999, p. 42, grifo do autor), mesmo os trabalhadores da “segunda geração” dos operários fordistas já não estavam dispostos “a trocar o trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples crescimento do seu ‘poder de compra’, privando-se de *ser* por um excedente de *ter*”. A ação dos operários nos finais dos anos 1960 impôs-se para pôr fim ao trabalho sob a esfera do binômio *taylorismo-fordismo*. Eles ocupavam as fábricas para assumirem o controle social dos meios de produção e, embora suas expectativas tivessem se esvaído, não se pode dizer que seus protestos permaneceram aprisionados na aura ideológica da sociedade do trabalho.

[...] Os trabalhadores não se limitaram a reivindicar o fim da propriedade privada. Mostraram na prática que eram capazes de levar o processo revolucionário até um nível muito mais fundamental, que é o da alteração das próprias relações sociais de trabalho e de produção (BERNARDO, 1996, p. 19-20 apud ANTUNES, 1999, p. 43).

As ideias de um mundo para além da opressão da forma-mercadoria⁴⁷ espalham-se com vigor nos anos 1960, por vários cantos do continente, e América Latina não ficou fora desse processo. O encantamento que despertou nos homens e mulheres “periféricos” foi tão

⁴⁶ O termo correspondente em português ao conceito nietzschiano é transvaloração.

⁴⁷ Kurz considera que os movimentos latinoamericanos, os de libertação nacional, assim como o movimento operário ocidental não foram anticapitalistas; corroboram com esta opinião os autores do *Manifesto contra o trabalho*. Para ambos, são movimentos que partem da história da implementação do capital. Kurz os classifica de “marxismo da modernização” porque se limitam ao invólucro burguês. Cf. KURZ, 1998, p. 22-3. Como os estudos sobre as ditaduras militares na América são recentes (alguns arquivos foram abertos recentemente e mesmo assim, “sob a tutela do Estado”) ainda há muito que ser contado na história recente do desmantelamento brutal da esquerda nos países latinoamericanos. Isso justifica talvez as colocações insuficientes dos teóricos europeus sobre a história das lutas na América Latina.

vigoroso que a violência que se abateu sobre os americanos rebeldes por parte das ditaduras militares espelha, por um lado, o “deleite” das ideias socialistas na América e, por outro, a profundidade do confronto capital-trabalho. Não é sem propósito observar o pronunciamento de um histórico marxista sobre a violência do opressor nos anos 1960 no Brasil:

O golpe direitista de 1964 arrancou os véus que disfarçavam a violência do Estado burguês no Brasil. O poder militarizado fez questão de torná-la demonstrada. O combate sem trégua e sem regra às organizações de esquerda foi um dos aspectos – não o único – dessa violência ampliada e exibicionista (GORENDER, 1990, p. 226).

A exploração de mais-trabalho generaliza-se pelo continente americano e o contorno da luta de classes é revelado pelo grau de atrocidades acometido sobre aqueles que negaram a asfixiante espoliação dos trabalhadores. Os simpatizantes do socialismo e os grupos guerrilheiros espalhados pelo Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Equador e Bolívia, entre outros, foram perseguidos indiscriminadamente e eliminados sumariamente sob tortura. A política policialesca e de terror assessorada pelos Estados Unidos na América Latina, na década de 1970, com a conivência dos governos locais (Operação Condor) no âmbito da Guerra Fria, expõe o percurso histórico das lutas sociais na periferia do sistema, que, longe de permanecerem sob a égide do domínio do trabalho abstrato, propunham a transcendência da sociabilidade mercantilizada. A possibilidade da generalização das lutas na América acionou os mecanismos de controle e terror dos Estados Unidos em conluio com os governos locais, latinoamericanos. Sobre o assunto, observa Jacob Gorender:

[...] a repressão policial se aperfeiçoou também com o *know-how* dos Estados Unidos e de outros países. Em particular, no emprego de equipamentos eletrônicos para operações de investigação e nos suplícios em que se combina a dor física à pressão psicológica. Introduzida no DOI/CODI da rua Barão de Mesquita, a *geladeira* é uma invenção inglesa. Militares e policiais brasileiros fizeram estágios em escolas norte-americanas, onde aprenderam a tirar proveito da informática, a sofisticar a análise de interrogatórios, a matar sem deixar vestígios (GORENDER, 1990, p. 228, grifo do autor).

As lutas sociais no século XX, em verdade, não proporcionaram o fim da sociedade de classes. Entretanto, espelharam a negação das formas sociais regulada pela mercadoria. Apesar das derrotas do movimento social, não se pode analisar o percurso histórico-concreto

desse movimento a partir dos seus resultados. Ao se voltar para a história, fixando a derrota⁴⁸ das lutas sociais, corre-se o risco de manuseá-la de forma simplificada.

Hoje presenciam-se as ruínas do *Welfare State* e as políticas da “Sociedade Neoliberal do Apartheid”, as quais empurram para a margem o “incômodo lixo humano” dos excluídos. Desse lugar, da derrota dos trabalhadores, Kurz posiciona-se diante da história para incluir as lutas sociais nos limites da forma-mercadoria. Com efeito, numa perspectiva marxista, a contradição capital-trabalho ao “abrir a torneira” da luta de classes mostrou que sua trajetória ao longo do século XX não foi somente “funcional” ao desenvolvimento das relações mercantis, mas antes, ela propiciou (e propicia) a construção e reconstrução das relações sociais, alterando-lhes o percurso, muitas vezes de acordo com os caminhos traçados pelo conflito entre as classes.

A reestruturação produtiva promovida pelo capital a partir da crise dos anos 1970 foi desencadeada pela recusa dos proletários ao regime disciplinar totalizante do capital. As transformações profundas no espaço da produção respondem à reação dos proletários diante dos desmandos do capital, dentro e fora do espaço fabril; respondem às lutas de caráter “explosivo e irreprimível”, de feição anticapitalista, das populações subalternas do Terceiro Mundo (HARDT; NEGRI, 2006, p. 271). Reconhecer as transformações nas relações sociais de produção implica considerá-las a partir dos sujeitos históricos e de suas lutas. Isso significa compreender a história dos homens na sua própria *terrenalidade*. Na mesma linha argumentativa, Amaral ressalta:

[...] Trata-se, antes de mais nada, de reconhecer, por um lado, que as relações mercantis foram postas sim em questão, e não apenas uma vez neste século. Por outro, trata-se também de reconhecer que é exatamente esta derrota que funda a permanência das relações mercantis e a sua configuração atual (AMARAL, 1999, p.9).

⁴⁸ Não é incomum tal interpretação na historiografia que remonta um longo período de registro histórico quando os “vencedores” se apropriavam dos relatos e, portanto, dos significados do mundo dos homens. Nesse aspecto vale lembrar as contribuições do historiador Walter Benjamin quando analisa a “história dos vencidos” e as derrotas do movimento operário: os “pequenos” acontecimentos, aqueles recalcados, silenciados pela história é que devem ser o foco privilegiado do historiador materialista. Para Benjamin, o sujeito histórico do conhecimento é a classe oprimida que vingará seus antecessores derrotados. Se o historicismo (vertente historiográfica anterior) eliminava dos oprimidos a memória dos seus antepassados e imortalizava os heróis e as “verdades” que bem lhe aprouvesse, a história materialista deve “salvar o passado”, recolhendo os escombros dos oprimidos ainda que “a tempestade” seja forte demais para fazê-lo. Cf. BENJAMIN, 2000, Tese VII, p. 4.

Os conflitos sociais não deixam de expressar, por seus resultados (conformação da classe, reestruturação produtiva), rejeição à desigualdade imposta pela apropriação de mais-valor. Nem sempre a oposição entre as classes se coloca no sentido de negar a existência da outra. Por vezes, os enfrentamentos se põem nos marcos do sistema. A luta sindical, por exemplo, normalmente aflora para responder necessidades urgentes do proletariado. Entretanto, tais lutas não deixam de significar sinais de resistência; “são uma manifestação de vida que irrompe no âmbito da não-vida” (AMARAL, 1999, p. 8).

Muitos movimentos de caráter reivindicatório tornam-se lutas políticas contra o *status-quo* dominante. As greves operárias do ABC Paulista, por exemplo, no final da década de 1970, inicialmente são formuladas contra o arrocho salarial vigente e ampliam-se numa luta histórica contra a repressão política do estado ditatorial brasileiro. Em relação ao “confronto operário no ABC paulista” em fins dos anos 1970, declara Antunes:

[...] De maneira ainda mais acentuada do que nas greves de Maio do ano anterior, vivenciou-se em 1979 uma situação *declarada* de confronto entre o operariado metalúrgico, de um lado, e o capital e o seu Estado bonapartista, de outro (ANTUNES, 1988, p. 55, grifo do autor).

Como observado, para Marx, a luta de classes esteve presente na origem do capitalismo, no seu processo de desenvolvimento histórico, possivelmente no seu findar e no novo princípio de outra formação social. Portanto, não há impropriedade alguma postular a “plasticidade necessária” da luta de classes enquanto existir o modo de vida burguês, contrariando a afirmação de Kurz para o qual a luta de classes teve sua “tarefa concluída” na modernização do sistema. Pode-se inferir do ideário marxista que o *locus* da crítica teórica é no universo das lutas sociais existentes, as quais, embora possam ser absorvidas pela formamercadoria, constituem o *ponto de partida* da crítica prática para uma negação da sociedade produtora de mercadorias. Nesse aspecto, Ilana Amaral reitera:

[...] as experiências de luta na contemporaneidade, de resistência espontânea ao domínio do mercado e do Estado são o campo mais fértil para a crítica prática do trabalho e são, nessa medida o lugar possível no qual está em jogo o destino da humanidade diante da crise da sociedade do trabalho abstrato (AMARAL, 1999, p. 10).

Nos objetos investigados por Kurz (1993, p. 48) as classes se mostram como categorias sociais “integrantes do sistema fetichista da mercadoria”. Assim, para o autor, as forças sociais negadoras da sociedade mercantil devem alojar-se para além da sociedade do trabalho. Pode-se inferir daí que elas são abstraídas das determinações históricas concretas. Quando Kurz comunica a desapareição do antagonismo entre capital-trabalho e que o lugar privilegiado da crítica prática não é mais a forma histórica do trabalho abstrato, o proponente parece indicar um caminho de emancipação idealista. Sua tese central da desapareição do trabalho requer “uma crítica radical do capitalismo pressupondo a ruptura categorial com o trabalho”. Com efeito, ao fazê-lo, Kurz sugere render-se mesmo ao domínio da abstração principalmente quando distingue a consciência (crítica teórica) da concretude do mundo (universo do trabalho). Em relação às lutas sociais, adverte Amaral:

[...] É preciso compreender que as lutas sociais, ainda quando limitadas ao horizonte da troca, são momentos de resistência, de explosão da vida que recusa à capturação total pelas teias das relações mercantis, que elas são assim, o único ponto de partida no qual se manifesta já, presentemente, o potencial de crítica do trabalho abstrato como crítica de totalidade (AMARAL, 1999, p. 11).

O próprio Kurz (1998, p. 341) não deixa de tecer considerações sobre as “medidas de ruptura parciais” (redução da jornada de trabalho, por exemplo), as quais podem potencializar a “recusa” do mercado e do Estado. Tais medidas circunscrevem-se precisamente na concreção do trabalho produtor de valor. Ao propor a formação de um sistema “coligado de iniciativas sociais”, poderão elas constituir-se fora do universo do trabalho abstrato? É factível certa dubiedade nas proposições de Kurz. Se, de um lado, as iniciativas sociais devem ter como referências rupturas parciais (entende-se na forma-mercadoria), de outro, o campo de atuação do movimento social da *cultura da recusa* não pode colocar-se num “sistema referencial comum a capital e trabalho” porque a sociedade está em colapso e o trabalho em desapareição.

O terreno da luta social não pode ser estabelecido *a priori*, mas as lutas sociais (limitadas ou não à lógica mercantil) só podem ocorrer no universo do trabalho, entre os *sujeitos de classe*, quando a oposição entre as classes faz sua inserção na temporalidade histórica da sociedade do trabalho. A luta de classes é o *chão fértil* da crítica prática, da luta anticapitalista e ela não se dissocia da forma social modelada pelo trabalho abstrato.

Ressalta-se por fim outra ambiguidade no pensamento de Kurz. De um lado, a dimensão lógica assume uma autonomia para se tornar o motor da *derrocada* capitalista quando a ciência e a técnica constituem uma força capaz de suplantar o trabalho vivo. De outro, os descaminhos do colapso (do capital) precisam ser traçados a partir de outros atores sociais (não mais os *sujeitos de classe*) que se apropriem da *cultura da recusa*. No entanto, na sua crítica radical da recusa explicita-se um realce da consciência teórica como elemento mobilizador da crítica prática. Assim Kurz incorre num erro, afastando-se sobremaneira de Marx: “o de apartar teoria e prática, tomando uma ou outra referência a partir da qual deve se dar a transformação do mundo” (AMARAL, 1999, p. 10).

Ainda que possa considerar a *razão prática sensível* uma contraposição à razão universal abstrata dos caudatários do universo iluminista-burguês, Kurz não se emancipa do *terreno da abstração* ao propor um movimento de “supressão como força social, e isso é apenas possível por meio da consciência” (KURZ, 1993, p. 233). Mesmo correndo os riscos de uma temporalidade histórica diversa da atual, pode-se parafrasear Marx, em *A ideologia alemã*; ao propor “trocar a consciência atual pela consciência da recusa”, ignoram seus interlocutores (outrora, os jovens hegelianos) que “*não lutam de maneira alguma contra o mundo que existe realmente ao combaterem unicamente a fraseologia desse mundo*” (MARX, 2001, p. 9).

Em Marx, a consciência tem vínculos indissolúveis com o trabalho. Como observa Lukács, o agir teleológico possibilita ao indivíduo escolhas na materialidade existente e, embora na forma mercantil, a objetivação seja desefetivação (estranhamento), somente a partir do trabalho a práxis pode permear a ruptura. Em Kurz, a consciência assume fisionomia abstrata: a *cultura da recusa* será apropriada fora do universo do trabalho (em extinção). Não seria o caso de combater o mundo existente com a fraseologia deste mundo?

CAPÍTULO IV

CAPÍTULO IV

A PULSÃO VITAL DO CAPITALISMO

“O capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista”

(Karl Marx)

A análise da luta de classes, revisitada em linhas anteriores, manteve os olhos mirados em *O Capital* para resgatar o dinamismo histórico das categorias estruturalmente interligadas, sobretudo das classes *em luta*. O significado próprio da gênese e da necessidade do modo de produção capitalista diz respeito, fundamentalmente, à espoliação de trabalho alheio e este “segredo exposto”, segundo Marx, é o prenúncio da hora final da propriedade capitalista. Assim, a igualdade logicamente impossível das classes pode-se transmutar em expropriação de expropriadores.

A contradição central para Marx, na forma social do capital, é regulada pela *interversão* das relações de apropriação. A contradição capital-trabalho acusa a existência da *oposição entre as classes* que ao longo de seu desenvolvimento histórico manifesta-se nas lutas sociais da temporalidade capitalista. Ao rejeitar a desigualdade do contrato (de trabalho), a luta de classes revela-se como contraviolência desse contrato que se apropria violentamente de trabalho alheio.

Marx, ao dissecar a anatomia da sociedade civil, traduz a mística da economia política burguesa: “sugar” trabalho alheio. Para a valorização do valor, o capital necessita de *mais-trabalho*. Partindo dessa necessidade existencial, Marx examina o histórico movimento do

valor, revelando sua gênese predominantemente brutal – a violência da luta de classes. Assim, nas próximas linhas da dissertação, a atenção se voltará para certos aspectos da arquitetura atual do “histórico movimento” em acoplar mais valor àquele já existente.

O tempo histórico da forma-valor analisado em seu duplo sentido, continuidade-descontinuidade, permanência-ruptura, permite a Marx anunciar a contraditória historicidade dessa formação social, fazendo submergir a luta de classes como elo indissolúvel ao modo de produção capitalista. Não é sem propósito contornar os nexos atuais das relações mercantis e evidenciar de forma provisória (portanto inconclusa) alguns de seus elementos constitutivos. Trata-se de ressaltar a relação capital-trabalho na sociabilidade contemporânea, ainda merecedora do invólucro de espoliadora de trabalho alheio, mas que adquire conteúdos distintos na fase científico-técnica do capital globalizado.

PARTE I

4.1 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A PERSISTÊNCIA DO *VAMPIRISMO*

Não há intenção no texto em recuperar a ampla discussão sobre a reestruturação produtiva e o debate rigoroso, porém necessário, em torno das mudanças na sociedade do trabalho com o advento de novas tecnologias. Outros textos⁴⁹ o fizeram com sutileza e precisão resgatando, desse modo, as raízes e os desdobramentos provenientes do uso irrestrito da tecnologia no paradigma produtivo. O que se pretende é sinalizar para alguns contornos da produção atual prementes no debate da perda de relevância da categoria luta de classes no painel destrutivo em vigor, no capitalismo transnacional e globalizante. O primeiro dilema cuida da tendência ao desaparecimento do trabalho vivo na demanda produtiva da sociedade contemporânea, marcadamente regulada pelo movimento de “automação e cientificização da produção sob condições capitalistas”. Dilema profícuo e que requer uma exposição das tendências atuais da sociabilidade do capital, atravessada por “alterações significativas no processo produtivo” da terceira fase da revolução industrial (MAAR, 1994, p. 80).

4.1.1 TRAÇADO PROVISÓRIO DA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA

Uma conformação diferenciada começa a se apresentar no espaço fabril ao início dos anos 1970 para responder, de um lado, aos levantes dos proletários em alguns lugares da Europa, tendo como epicentro a França; aos reclamos dos jovens contra a apologia do consumo capitalista, e com a mesma importância, à “irrupção da maciça dissidência popular na Polônia, na Hungria, na antiga Tcheco-Eslováquia” contra o *stalinismo*. De outro, visava responder à reorganização necessária para contornar a crise que se avizinhava, proveniente da expansão irrestrita do modelo fordista/taylorista em vias de esgotamento (MÉSZÁROS, 2009, p. 56).

⁴⁹ A autora da dissertação percorreu uma literatura brasileira sobre o assunto, entre livros e artigos, os quais estão elencados na referência bibliográfica. Os autores brasileiros visitados estabelecem diálogo prioritariamente com Claus Offe, André Gorz, Jurgen Habermas e Lojkine, entre outros.

No mesmo sentido, analisam Negri e Hardt (2006, p. 294) os movimentos sociais em fins dos anos 1960. Eles foram contestadores da governabilidade disciplinar, presente em todos os poros da vida social, em particular nos países capitalistas centrais, “onde a margem de liberdade proporcionada e obtida pelos trabalhadores era maior, a recusa ao regime disciplinar da fábrica social foi acompanhada de uma reavaliação do valor social de todo o conjunto de atividades produtivas”. A essa consideração, os autores acrescentam: “em outras palavras, a crise capitalista não é simplesmente uma função da própria dinâmica do capital, mas é causada diretamente por conflito proletário” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 282).

Assim, uma nova forma de organização da produção emerge sob dois aspectos: de uma maneira para tentar recuperar o ciclo reprodutivo do capital e ao mesmo tempo, para subsidiar e recompor o controle social, indispensável à vigência da forma-mercadoria e da apropriação de trabalho alheio. A concorrência intercapitalista dos países dominantes abastece o processo produtivo com novas tecnologias deflagrando o que se convencionou chamar de *toyotismo* (ou modelo japonês), presente inicialmente na esfera da produção fabril daqueles países. Em seguida, expande-se para além dos mercados centrais e de modo tentacular para outras dimensões da sociabilidade. Assim, a nova “fase científico-técnica do capitalismo avançado [impõe] sua presença perturbadora em praticamente todos os planos da vida em sociedade, das relações dos homens com a natureza e entre si” (MAAR, 1994, p. 78).

Os traços constitutivos desse padrão produtivo englobam os seguintes aspectos: uma *acumulação flexível*, recorrendo frequentemente ao que Antunes (1999) convencionou chamar de uma produção mais *vinculada à demanda*⁵⁰, variada e heterogênea, voltada para o mercado realmente existente, com estoques mínimos (sistema *kanban*); a *desconcentração produtiva*, de estrutura horizontalizada (diferenciando-se da verticalizada fordista) com plantas produtivas de fácil mobilidade, desmontáveis em casos de entraves fiscais, mudanças de governos ou alterações no consumo de mercadorias e o *trabalho organizado por equipe* exigindo “maior qualificação do trabalhador – agora tecnicamente participe do planejamento e controle da produção (ao menos parcialmente) [...]” (MAAR, 1994, p. 80).

⁵⁰ Esta variação da produção *vinculada à demanda* não pode ser transposta para o mercado chinês, por exemplo. Segundo Francisco de Oliveira, esse mercado sustenta o déficit americano e apresenta-se como novidade para o mundo capitalista. Nos últimos trinta anos uma massa de proletários agiganta-se na China produzindo mercadorias a baixo custo devido à intensa exploração do trabalho, as quais circulam em vários países. A sua vez, os salários não acompanham o consumo desses produtos. Conforme afirma Oliveira, elemento fundamental da crise atual que atravessa o mercado chinês. Palestra proferida no Seminário Internacional: a crise vista pelos marxismos do século XXI, 2009.

A introdução de novas tecnologias – microeletrônica, robótica e telecomunicações – nos anos 1970 e 1980, “evocando para a vida todos os poderes da ciência e da natureza”, revigora a dinâmica produtiva, alterando significativamente a quantidade de trabalhadores no espaço fabril. Poucos trabalhadores operam simultaneamente várias máquinas. Há uma exigência polivalente do operário⁵¹ para um melhor aproveitamento do tempo de trabalho, sob a máxima do *just in time*, diferenciando-se sobremaneira da especialização fordista/taylorista. Outro aspecto, não menos importante da reestruturação, é a transferência de setores produtivos para empresas terceirizadas, subcontratadas. “Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais” (ANTUNES, 1999, p. 54).

Ao mencionar os traços mais prementes da “via japonesa de consolidação do capitalismo industrial”, prossegue Antunes:

[...] Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, ‘gerência participativa’, sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo (ANTUNES, 1999, p. 55, grifo do autor).

O vastíssimo processo de reestruturação nos diversos espaços produtivos não significou uma ruptura total com as formas anteriores e sim uma hibridização daquelas formas; aos novos locais de produção mesclaram-se traços de continuidade e descontinuidade com o padrão produtivo fordista/taylorista. Em alguns países, apenas parte do receituário toyotista interessou às empresas ocidentais. O chamado emprego vitalício, por exemplo, que vigorou no Japão teve restrições dos setores empresariais em vários países europeus, como o Reino Unido, a Espanha e a França. Em outros polos produtivos houve uma inadequação da alta tecnologia com a experiência local da força de trabalho⁵².

⁵¹ Para José Flávio Bertero é intrínseco ao desenvolvimento das forças produtivas do capital, ao adotar nova tecnologia, substituir o especialista pelo trabalhador universal (chamado polivalente). Sobre isso comenta: “E esta [nova tecnologia é quem] subverte o processo de trabalho de modo a extirpar as especializações porventura ainda existentes e ampliar a sua universalização”. Cf. BERTERO, 2009, p 156.

⁵² Antunes enumera as experiências da *GM* em várias partes do mundo e da *Toyota* para apontar o processo diferenciado e as adaptações feitas pelas empresas automotivas nos diversos parques industriais. O projeto

No Brasil, a introdução da forma organizacional inspirada no toyotismo (tardia) também apresenta suas especificidades. Leonardo Mello e Silva (2007, p. 74) em suas considerações⁵³ sobre a reestruturação produtiva e o sistema de organização celular da produção em indústrias de confecções no Brasil a partir dos anos 1990, assim alude à flexibilidade produtiva: “na célula, vários artigos diferentes são confeccionados no mesmo dia, enquanto na linha de produção uma jornada de trabalho produzia uma ou duas séries de artigos”. Um diferencial para Silva da linha de montagem (taylorista) e da manufatura celular (toyotista) é a produção não-diversificada *versus* produção diversificada. A qualificação da mão-de-obra é um elemento relevante para dimensionar a ruptura entre a “célula” e a “linha”, mas é preciso explicitar sua especificidade local.

Ao voltar-se para o interior da célula e examinar os depoimentos das operárias, Silva (2007, p. 79) observa uma expectativa difundida entre elas de que a qualificação lhes permitirá circular por várias máquinas diferentes quando, em verdade, a polivalência está limitada “pela necessidade de suprir as operadoras ausentes, assim como de mitigar os problemas de lesões [causadas] por esforço repetitivo”. Em outras palavras, o posto de trabalho (tayloriano) permanece na manufatura celular e está associado a uma qualificação própria. Assim, adverte Silva (2007, p. 73): “nas empresas pesquisadas, o que se observou foi, antes, a convivência entre elementos desses dois modelos” – o toyotista e o taylorista-fordista.

O registro das confecções, no caso brasileiro, e as experiências automotivas nos países centrais indicadas por Antunes (1999, p. 57-9), revelam que a forma toyotista de organização produtiva expandiu-se para além das fronteiras do Japão e em alguns lugares, sua penetração não modificou de forma absoluta os padrões produtivos vigentes. Em outros, ela tem promovido um processo de hibridização das formas anteriores com as novas exigências na produção. Com efeito, não há indicativo histórico da hegemonização da esfera produtiva aos

GM/Saturno evidencia, por exemplo, os problemas com a formação da mão-de-obra. Para maiores detalhes, Cf. ANTUNES, 1999, pp. 57-59.

⁵³ O autor esclarece que os resultados da sua pesquisa podem ser encontrados numa “primeira elaboração” em Leonardo Mello e Silva, Sandra Rufino Santos e Ana Maria Sanches, Nas trilhas de uma sociabilidade privada: experiências de células de produção em São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos do Trabalho*, v. 1, n. 3, 2003, p. 29-59. Ainda segundo Silva, a partir dos anos 1980, parte considerável da literatura existente admitia haver uma tendência de a célula (toyotista) substituir a linha (taylorista). Nas empresas pesquisadas pela equipe, “o que se observou foi, antes, a convivência entre elementos desses dois modelos” e boa parte delas eram empresas no ramo de confecção, prioritariamente com mão-de-obra feminina. Conferir o artigo de Leonardo Mello e Silva, Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe. Ver In OLIVEIRA; RIZEK, 2007, p. 73.

moldes do toyotismo. No entanto, o fato de aquele provocar mutações expressivas na sociedade capitalista avançada franqueou vários estudiosos a abdicarem da centralidade do trabalho⁵⁴ propondo, inclusive, sua substituição pelo capital objetivado cientificizado, ou ainda, pelo trabalho imaterial autônomo, cooperativo e de virtualidades não mais alienadas.

Explicitar em linhas gerais se os enlaces dessas alterações na produção promovem a permanência (ou esgotamento) da extração de mais-trabalho é uma das reflexões propostas a seguir.

4.1.2 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NAS RELAÇÕES PRODUTIVAS

Uma parte considerável das análises sobre o impacto das inovações tecnológicas na esfera produtiva do capital não deixa dúvidas quanto às mudanças relevantes e perturbadoras provocadas por elas em “todos os planos da vida em sociedade” (MAAR, 1994, p. 78). Numa perspectiva eurocêntrica do trabalho, pode-se afirmar que a industrialização avançada indica uma primeira tendência em diminuir o trabalho vivo fabril (produtivo) e uma segunda, a de aumentar as taxas de exploração do chamado setor de serviços (improdutivo), além de desregulamentar todas as atividades que se encontram fora do ambiente fabril ou de serviços automatizados (finanças, por exemplo).

A introdução de novas tecnologias na produção, preferencialmente nas economias centrais, indica uma redução significativa do proletariado fabril, tradicional, estável ou ainda, para usar uma expressão de Sérgio Lessa (2007), há uma diminuição considerável do trabalhador que produz mais-valia, no intercâmbio orgânico com a natureza. A reorganização da produção também tende a intensificar a extração de mais-trabalho no setor de serviços, principalmente com expansão das formas de contratação precarizadas: “são os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (ANTUNES, 2005, p. 77).

⁵⁴ Alude-se, no parágrafo, às posições das vertentes enfocadas na dissertação: Kurz e Negri em parceria com Hardt, respectivamente.

Na mesma linha argumentativa, Lessa admite que o desenvolvimento das forças produtivas na contemporaneidade “significa imediatamente que a produção de mais-valia fora do intercâmbio orgânico com a natureza, principalmente através dos serviços, se ampliou enormemente”. Entretanto, as novas tecnologias para o autor não alteraram, em essencial, a substância do valor, mas a partir delas – das inovações técnico-científicas – instalou-se uma expressiva elevação nos “patamares de extração de mais-valia”, substrato do modo de produção capitalista (LESSA, 2007, p. 315) porque houve o aumento da precarização e desregulamentação do trabalho.

Para Antunes, outro fator diferencial da reorganização produtiva é o ingresso cada vez maior dos assalariados médios – seção de engenharia, administração e recursos humanos – para o setor de serviços. Com a desestruturação do *Welfare State* nos países do Norte, o novo padrão emergente do desemprego e o avanço das políticas neoliberais, a migração daqueles assalariados para o setor de serviços obriga-os a exercer atividades disponíveis nas áreas de comunicação, saúde, educação, finanças e em ONGs, entre outras. No entanto, o número de postos de trabalho criado no setor de serviços tem sido inferior ao número extinto no setor fabril, o que mantém a empregabilidade em patamares menores.

O Grupo *Krisis* (1996, p. 3) salienta ser alarmante o número de trabalhadores fora da atividade fabril, compondo o chamado “setor de serviços desqualificados”. São os trabalhadores “ultra baratos e escravos democratas na sociedade de prestação de serviços”. Esses trabalhadores exercem funções variadas, principalmente nas áreas de vigilância e de limpeza sob condições insustentáveis. No Brasil, “onde o trabalho escravo era até ontem a forma social dominante de geração de riquezas”, a situação para esses homens e mulheres é asfíxiante. A desenfreada estrutura social de inimagináveis relações de dominação e exploração, perpassada pela violência do paradigma escravista, promove aqui, nas suas relações de trabalho, uma constante redução dos direitos sociais que “em tempos de desregulamentação” empurra esses trabalhadores à beira da marginalização (MAAR, 2006, p. 28).

Os mais jovens, sem perspectiva de emprego, submetem-se ao trabalho precário e instável (McDonald’s, telemarketing e motoboys) na “luta pelos últimos lugares” da “sociedade neoliberal de Apartheid” (KRISIS, 1996, p. 2), compondo um setor significativo

de trabalhadores improdutivos⁵⁵, em termos marxianos. Somam-se a este amplo leque de atividades desregulamentadas “outras formas assemelhadas de informalização do trabalho”, composto por trabalhadores sem nenhum vínculo empregatício, equilibrando-se entre as fronteiras da legalidade e ilegalidade. Segundo Maar, “os homens e as mulheres na sociedade vigente são sempre, de modo crescente, trabalhadores sem trabalho; permanecem como ‘sujeitos laborais assalariados’, ainda que desprovidos de trabalho” (MAAR, 2006, p. 27, grifo do autor).

O setor de serviços também vem sofrendo mudanças com o advento das tecnologias. Submisso à lógica da produção mercantil, o setor tem intensificado a automação e dispensado trabalho vivo. “Como exemplos, poderíamos lembrar a enorme redução do contingente de trabalhadores bancários no Brasil dos anos 1990 em função da reestruturação do setor”. O usuário do banco passa a ser o operador da máquina, em caixas eletrônicos, serviço outrora executado pelo trabalhador. Outra forma de incorporação do trabalho e que se expande com a expulsão da mão-de-obra do espaço fabril tecnologicado é o chamado Terceiro Setor e o trabalho em domicílio, possibilitado pela descentralização do processo produtivo e pela expansão de pequenas e médias empresas, as quais utilizam o “trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino” (ANTUNES, 2005, p. 78-80).

A *feminização* do trabalho é outro componente das alterações nas relações produtivas da atualidade. Com a expansão do setor de serviços, a desregulamentação do trabalho, a terceirização das atividades fabris, a mão-de-obra feminina vem sendo usada para suprir a demanda de funções que não exigem qualificação e podem submeter-se à baixa remuneração diante da divisão sexual do trabalho. Mais de 40% da força de trabalho em diversos países é composta pela mão-de-obra feminina, contratada “preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado”. A *feminização* do trabalho portanto, corrobora com as reflexões sobre a intensificação da exploração do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 61).

⁵⁵ Antunes incorpora a sugestão de Ursula Huws e os denomina de *cybertariat*, “o novo proletariado da era da cibernética, que vivencia as condições de um trabalho virtual em um mundo real”. Cf. ANTUNES, 2005, p. 17. Como sua categorização de “novo proletariado” é polêmica, fica aqui apenas a ressalva.

Das mudanças observadas⁵⁶ nas relações produtivas do capital globalizado, é passível sustentar que houve reorganização e por vezes, elevação das taxas de extração de mais-trabalho. O deslocamento dos assalariados médios fabris para o setor de serviços em desregulamentação, a ampliação dos trabalhadores ultrabaratados para exercerem atividades desqualificadas nas áreas de vigilância e de limpeza, a precarização da mão-de-obra juvenil, o aumento da informalização, a própria tecnologização do setor de serviços dispensando trabalho vivo e a *feminização* do trabalho, indicam não o desaparecimento do trabalho, mas o restabelecimento da extração da *surplus-value* para recompor o capital.

4.1.3 O TRABALHO MORTO NÃO PODE ELIMINAR O TRABALHO VIVO

O painel provisório exposto e a presença perturbadora da técnica nos processos produtivos parecem indicar um rearranjo na imprescindível revitalização do capital – a valorização do valor. A par das divergências dos autores sobre a composição atual do proletariado, eles indicam a intensificação da exploração de força de trabalho, ou ainda, os elevados patamares de extração de mais-valia *em tempos* de capitalismo tecnologizado e totalizante.

⁵⁶ Ainda sobre as alterações nas relações de produção, destaca-se uma discussão não menos importante sobre as classes sociais e o sujeito da emancipação nas formações sociais da contemporaneidade. Embora não seja objeto de estudo deste trabalho, é importante deixar alguns delineamentos dos autores tomados como referência na dissertação. Lessa (2007, p. 80-125) elabora várias linhas para se diferenciar de Antunes, em particular, sobre o conceito de classe. Para Lessa (fazendo várias alusões a Marx), o proletariado permanece o sujeito da emancipação apesar das modificações na produção, porque apenas ele “*produz e valoriza o capital*”. O proletariado “continua nada tendo a perder senão os seus grilhões com a superação da propriedade privada e, por isso, apenas [ele] pode cumprir a função histórica de ser o sujeito revolucionário na superação da ordem do capital” (LESSA, p. 312-3).

Antunes e Maar, por sua vez, aproximam-se quando analisam as classes sociais. Para ambos há uma necessidade de ampliar o conceito de classes sociais, em vista das alterações nas relações de produção. Antunes (2005, p. 60) cria o termo *classe-que-vive-do-trabalho* para responder aos desafios da “nova morfologia do trabalho”. Esclarece ainda o autor: “Isso nos obriga a desenvolver uma noção ampliada e moderna da classe trabalhadora [...] que inclui a totalidade daqueles homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário”. O “amplo leque de assalariados” que atua como classe com os trabalhadores produtivos podem se constituir num “segmento social de maior potencialidade anticapitalista” (ANTUNES, p. 93). Para Maar (1994, p. 96-101) também é necessário não restringir a temática das classes, ao contrário disso, é preciso considerá-la “em termos de mecanismos de formação de sujeitos históricos, de unidade de potencialidades críticas e emancipatórias em um espectro amplo”. Embora admita a necessidade de “uma racionalidade alternativa” em que as condições do “novo trabalho” e de suas novas vertentes devam ser levadas em conta (os chamados novos movimentos civis), segundo Maar, esses novos sujeitos precisam, entretanto, se vincular “ao potencial emancipatório da produção” sem o qual “haveria poucas esperanças dos novos movimentos para concretização de suas utopias”. O autor ainda chama atenção para a necessidade de um trabalho social político com caráter formativo. Trata-se, portanto, de uma discussão fundamental e polêmica que não poderá ser aprofundada na dissertação, pois seus propósitos são outros.

Segundo Lessa (2007, p. 374), as novas tecnologias não alteraram radicalmente a essência do capitalismo (expropriação de trabalho alheio), mas ele alerta para uma mudança significativa; “o caráter ‘destrutivo’ (de produtos, de energia, de recursos naturais, de força de trabalho – de humanidade, enfim) do modo de produção capitalista”. Sobre o avanço das forças produtivas, prossegue o autor: “na produção industrial, a alteração mais significativa foi que novas condições tornaram possível a adoção de um padrão tecnológico e gerencial que elevou a taxa de extração de mais valia”. As grandes empresas fordistas deram lugar a processos produtivos flexíveis que lhes permitem responder rapidamente às alterações de mercado e do consumo. Em atuação com pequenas e médias empresas, aquelas podem contratar serviços terceirizados, além do trabalho doméstico e semiartesanal com uma intensidade de exploração maior que nas empresas tradicionais. Assim, o capital continua prescindindo do trabalho para se autovalorizar e a adoção de novas tecnologias redefine os diversos trabalhos concretos – responsáveis pela criação das diversas mercadorias – os quais continuam reduzidos à forma social do trabalho abstrato (LESSA, 2007, p. 318).

Permanece discutível a tese de Kurz sobre o desaparecimento do trabalho (abstrato) em que “os mortos seguem carregando os vivos”. O trabalho vivo, longe de se extinguir com o aprimoramento das forças produtivas, continua “carregando os mortos”, principalmente em lugares produtivos e, mesmo, em outros improdutivos, distantes das empresas centrais automatizadas. O que os trabalhadores têm vivenciado *em tempos* de capitalismo avançado é uma asfíxiante intensificação do trabalho, desregulamentação da atividade fabril, precariedade laboral em serviços desqualificados, jornadas insustentáveis de trabalho (aos moldes da primeira fase da Revolução Industrial) e o desemprego estrutural. Fatores que contribuem sobremaneira para o incremento do valor e da produção de riqueza para os portadores do capital. Em *Sentidos do trabalho* (ANTUNES, 1999) reitera-se a impossibilidade concreta de o trabalho morto suplantar o trabalho vivo, ainda que sob o novo padrão produtivo exista uma insuspeita *fagocitose* da tecnologia sobre o trabalho humano. O que se percebe é uma conversão da inteligência humana para a máquina, como destaca Antunes:

[...] as máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual operário que, ao interagir com a máquina informatizada, acaba também por transferir parte dos seus atributos intelectuais à nova máquina que resulta desse processo (ANTUNES, 2005, p. 35).

Na reestruturação produtiva do capital, considerar uma definitiva substituição do trabalho abstrato pelo trabalho cientificizado (morto) parece pouco provável principalmente quando se considera a totalidade do trabalho, “a capacidade do trabalho socialmente combinada” revelando-se muito mais oportuna “a potência presente no trabalho vivo”. As alterações no modelo fabril propõem um inter-relacionamento entre o trabalho mais intelectualizado e a maquinaria moderna, “transferência do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria moderna” (ANTUNES, 2005, p. 35).

Trata-se de dar o significado proposto por Marx acerca do avanço das forças produtivas como elemento indissociável da própria lógica da valorização do valor. Ao fazê-lo, o capital depara-se com sua contradição fundamental: eliminar trabalho vivo compromete sua própria acumulação, sem propósito de uso. Na formação social do capital, nos dizeres de Maar, “o nexos com o trabalho é contraditório, [e] a melhor formulação disso ainda é de Marx”:

O capital é ele próprio, a contradição em processo (porque) procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo em que, de outro lado, dispõe o tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza (...) Por um lado conclama à vida todos os poderes da ciência e da natureza, bem como da combinação social e do intercâmbio social para tornar a criação de riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho neles aplicado. De outro pretende medir as enormes forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho, e aprisioná-las nos limites exigidos para conservar como valor o valor já criado (MARX, 1983, p. 706 apud MAAR, 2006, p. 27).

Ao mesmo tempo em que o capital procura minimizar a dependência do tempo de trabalho e “conclama à vida todos os poderes da ciência e da natureza”, continua dispondo (necessariamente) do tempo de trabalho como “única medida e fonte de riqueza”. “A sociedade capitalista é incapaz de se reproduzir ou conservar – gerar riquezas – sem a mediação do trabalho”. O trabalho vivo é central em relações sociais sob a vigência da lei do valor. Ainda que haja uma tendência declinante do trabalho (vivo) em relação aos “poderes da ciência”, a dinâmica da acumulação capitalista não pode prescindir desse trabalho (MAAR, 2006, p. 27).

O equívoco de Kurz na análise de *O colapso da modernização* foi entender que pela “formulação magistral” de Marx, a contradição se resolve por seu próprio desenvolvimento

lógico e estrutural – a concorrência e o advento da força-produtiva-ciência – permitindo ao trabalho vivo ser *fagocitado* pelos poderes da “ciência e da natureza”. Não se deve ignorar que “as enormes forças sociais assim criadas” pelo avanço técnico-científico são aprisionadas novamente pela lógica do valor. A possibilidade de resolução dessa contradição, segundo Marx, vincula-se *incontestemente* à determinada temporalidade histórica e às *forças sociais criadas*, as quais, embora permaneçam aprisionadas pela dominação social nos “termos da racionalidade instrumental do processo de acumulação”, o trabalho que realizam, por seu duplo caráter (formativo e produtivo) permite-lhes intercambiar com a natureza, consigo mesmo e com os outros homens (práxis social) e, variavelmente, colocar em movimento a luta de classes (MAAR, 2006, p. 27).

Em Marx, há uma lógica interna ao próprio desenvolvimento do capital: diminuir o tempo de trabalho para produção de mercadorias e, para fazê-lo, o capital aciona “os poderes da ciência e da natureza”, colocando “em processo sua contradição” porque o trabalho continua-lhe como medida de riqueza. Existe, portanto, segundo Maar (2006, p. 27) “uma relação necessária entre formação social, capital e trabalho”. O trabalho vivo carregará *ad infinitum* o trabalho morto. O fato de haver uma expansão da atividade intelectual nos trabalhos realizados na indústria automatizada apenas indica a permanência do trabalho abstrato (dotado de maior dimensão intelectual) e a sua trivial sujeição à lógica do capital. “A força de trabalho intelectual produzida dentro e fora da produção é absorvida como mercadoria pelo capital que lhe incorpora para dar novas qualidades ao trabalho morto” (VINCENT, 1993, p. 121 apud ANTUNES, 2005, p. 36).

Nos ramos produtivos de tecnologia avançada, em que se exige uma força de trabalho mais complexa, intelectualizada e multifuncional, as capacidades humanas são transferidas para a maquinaria informatizada, e embora “acentue a transformação do trabalho vivo em morto”, o capital não pode prescindir do trabalho que produz o conteúdo material da riqueza. “Ainda que passando por uma monumental reestruturação produtiva, o capital, mesmo sob o enorme impacto das profundas mutações tecnológicas, não pode eliminar cabalmente o trabalho vivo do processo de mercadorias” (ANTUNES, 2005, p. 14). Ao incrementar tecnologia no processo de produção, o portador do capital⁵⁷ aumenta a produtividade e intensifica a exploração sobre o portador do trabalho. No caso da indústria toyotista, por

⁵⁷ Expressão utilizada por Kurz (1993) em texto referido na dissertação para indicar os donos do capital.

exemplo, tal fato compreenderia: operação simultânea de várias máquinas, aumento do ritmo do trabalho através da sinalização de luzes (sistema *kanban*), cotas produtivas em células sob controle dos próprios operários, entre outras. Nos lugares de maior incremento tecnológico, o trabalho vivo tem sido intensamente explorado.

Para Lessa (2007, p. 315) “o desenvolvimento das forças produtivas, por si só, significa uma menor necessidade de trabalho para converter a natureza nos bens materiais indispensáveis à reprodução da sociedade – e isto é um fenômeno conhecido de todas as formações sociais e não apenas no capitalismo”. Para Antunes, o diferencial em tempos atuais de capitalismo avançado é que “em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há ainda uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 86).

Não há como negar a redução “relativa e absoluta” do número de trabalhadores que produzem riqueza material (meios de produção e subsistência). Todavia o trabalho material é imprescindível para a permanência das relações sociais, sobretudo na moldura capitalista. Não há possibilidade do seu desaparecimento em proveito do trabalho imaterial (informacional) porque significaria o *pericimento* do capital. Como argumenta Lessa, não há como considerar que o trabalho imaterial e as respectivas mercadorias (informações, serviços) possam produzir “qualquer *quantum* de nova riqueza material”. Afirma o autor, com certa razão: “o sistema do capital, em sua totalidade, continua tão dependente do trabalho produtor do ‘conteúdo material da riqueza’ no intercâmbio orgânico com a natureza quanto no século XIX”. Uma tendência observada na forma contemporânea do trabalho é a de torná-lo cada vez mais precário, temporário, terceirizado, com alguns polos de estabilidade para recompor os patamares de rentabilidade do capital (LESSA, 2007, p. 315, grifo do autor).

Ainda na perspectiva do trabalho material, Antunes ressalva que as novas formas de organização do trabalho e as atividades daí decorrentes, longe de substituírem o trabalho manual, produtivo, material, mediador do intercâmbio com a natureza, *interpenetram-se*⁵⁸

⁵⁸ Há outro diferencial entre Antunes e Lessa. O fato de o mesmo trabalhador executar tarefas produtivas e improdutivas (vigilância, supervisão, inspeção), feitas outrora pelo próprio dono da empresa ou por outros trabalhadores improdutivos, não significa que uma incorpore a outra. “Significa apenas que o trabalhador está sendo mais intensamente explorado”. No espaço industrial, o serviço de vigilância não foi incorporado ao trabalho produtivo. Nas células produtivas reorganizadas, segundo Lessa, o capitalista paga um único salário ao operário e ele vigia a si próprio (e aos demais), ao mesmo tempo em que produz mercadorias. Cf. LESSA, 2007, p. 80-3.

para permanecerem “centralmente subordinadas à lógica da produção de mercadorias e de capital”. Dessa forma, o trabalho intelectual abstrato, improdutivo e imaterial numa interação crescente com as demais modalidades de trabalho fabril, torna-se partícipe da lógica da valorização do valor (ANTUNES, 2005, p. 36).

A sociedade sob o domínio do trabalho abstrato vem sofrendo mutações, reorganizando o sistema produtivo e diminuindo a capacidade de incluir valores. A terceira fase da Revolução Industrial – da microeletrônica, da robótica e das telecomunicações – compreendida pelos processos históricos da contemporaneidade, empurra a lógica da valorização do valor para o alcance de suas fronteiras. São pertinentes as alusões de Oliveira (2009) sobre o assunto: “o capitalismo não vai ruir por uma crise fatal e sim, ao modo de Marx, pela intervenção dos sujeitos históricos”⁵⁹. Embora a crise dilacere a unidade dos trabalhadores, não são os processos estruturais da crise do sistema que podem pôr fim à lógica do capital. As possíveis rupturas só podem ser vislumbradas a partir da práxis humana.

Assim, a modernização capitalista, longe de “secar” o *vampirismo* do capital, *redireciona e intensifica* a exploração do trabalho, “sugando maciçamente energia humana” ao desregulamentar, subproletarizar, terceirizar e feminizar a força de trabalho dos lançados para fora do espaço fabril e, ao tornar *descartáveis e supérfluas* não apenas as mercadorias, mas parcelas infindáveis da humanidade, em desarmonia com a lógica da acumulação capitalista. Para Oliveira (2009), vivencia-se hoje uma espécie de “esfinge que engole a todos”.

As mudanças observadas nas relações produtivas vigentes deslocam parcelas consideráveis de trabalhadores para o setor de serviços e incorporam na esfera produtiva o trabalho feminino “*de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho*” (ANTUNES, 1999, p. 109, grifo do autor). Mais de 40% dessa mão-de-obra⁶⁰ vem sendo utilizada preferencialmente em trabalhos manuais e repetitivos, desqualificados. Os prestadores de serviços – limpeza e vigilância, principalmente – nos países periféricos e os

⁵⁹ Informação recolhida em palestra. Cf. OLIVEIRA, 2009.

⁶⁰ Os autores do *Manifesto contra o trabalho* também denunciam as esferas do trabalho em que as mulheres são submetidas a “posições mal pagas e subalternas”. Uma minoria delas vivenciam ganhos melhores e esta perspectiva “torna-se uma posição pérfida de ganhador no *apartheid* social, na medida em que se pode delegar o trabalho doméstico e a criação dos filhos a empregadas mal pagas (e “obviamente” femininas)”. Cf. KRISIS, 1993, p. 9.

imigrantes nos países centrais vivenciam situações de total precariedade e exploração aos moldes da Primeira Revolução Industrial: jornadas extenuantes, insegurança no trabalho, ausência de benefícios mínimos de educação e de saúde, entre outras condições desumanas. Longe de presenciar o fim do trabalho abstrato, acentua-se o deslocamento e o reordenamento dos postos de trabalho, intensificando a exploração do trabalho. “Isto porque o capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais de trabalho *part-time*, terceirizado, que se encontra em enorme crescimento no mundo produtivo industrial e de serviços” (ANTUNES, 2005, p. 42, grifo do autor).

Há uma dualidade atual na fase globalizante do capital a ser elucidada: de um lado, “o trabalho ainda central para a criação do valor” acentuando o sentido de *perenidade* da atividade produtiva, de outro, a proeminente *superfluidade* do trabalho que assume dimensões alarmantes quando parcelas inteiras da humanidade estão expostas à desmedida do capital: a flexibilização, a precarização, a desregulamentação da atividade produtiva e ao “neoapartheid social”, engrossando “o enorme exército de desempregados e desempregadas que se esparramam pelo mundo” (ANTUNES, 2005, p. 17).

O novo imperativo do sistema capitalista é a reprodução ampliada do capital a partir de um “mecanismo produtivo gerador do descartável e do supérfluo” associado a formas aparentemente novas de extração de mais-trabalho. A estrutura produtiva reorganiza-se para recompor *ad infinitum* valor ao “valor já criado” e o faz salientando a essencialidade do trabalho vivo porque o capital – a contradição em processo – continua dispondo do “tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza” (MARX, 1983, p. 706 apud MAAR, 2006, p. 27). A substância espoliadora do capital que lhe é inerente – *interverter* trabalho próprio em alheio – compõe sua dimensão estrutural, lógica e contingencial. Assim, o trabalho vivo segue dando vitalidade ao capital, ainda que assuma conotações próprias na sociabilidade contemporânea.

A vitalidade própria do capital em tempos de monopolização do mercado acentua dois aspectos estruturais do seu metabolismo social: o *destrutivo* e o *incontrolável*. Trata-se agora de considerá-los na crise estrutural e sistêmica das formações sociais da atualidade em que “o poder do capital, em suas várias formas de manifestação, embora longe de ter se esgotado, não mais consegue se expandir” (MÉSZÁROS, 2009, p. 57). Nas formas atuais de reprodução

capitalista, presenciam-se a destruição da natureza, da força humana que trabalha, além da redução da vida útil das mercadorias, mecanismos úteis para imprimir maior agilidade ao ciclo reprodutivo do capital, os quais tendem ao esgotamento dos recursos naturais e indicam os limites para a sobrevivência da humanidade. A exposição seguinte não tem pretensão de percorrer a magnitude do tema, mas tão somente contornar as dimensões – destrutiva e incontrolável – do capital numa moldura totalizante.

4.2 O CAPITAL AUTOPROCLAMA VIDA LONGA E A CRISE ESTRUTURAL INDICA A BREVIDADE DA VIDA

As considerações sobre o percurso do capitalismo nas últimas décadas estão fundamentadas em Mészáros que “desde o final dos anos 1960 vem descortinando *a crise* que então começava a assolar o sistema global do capital”⁶¹. A crise indica a vigência da lei do valor que, por seu lado, prova a existência do próprio capital: valor que se autovaloriza constantemente. “Quando [o capital] não consegue fazê-lo, tende a entrar em crise, que não significa necessariamente o seu fim” (BERTERO, 2009, p. 157).

As rebeliões de 1968 e a reestruturação produtiva nos primórdios dos anos 1970 marcam o início de um longo ciclo *depressivo* do capital e que mais recentemente, no segundo semestre de 2008, expôs a dimensão profunda da sua crise estrutural, “no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”. Outro componente do ciclo é a falência dos “mais arrojados sistemas estatais de controle” representado pelo *Welfare State* na Europa e pelo “tipo soviético” no Leste Europeu, este último *fagocitado* pelo próprio capital. Segundo Mészáros, a crise estrutural em curso tem amplitude global e “após vivenciar a era dos ciclos assume um caráter estrutural e sistêmico”. Em verdade, o comportamento cíclico das crises agora se subordina à crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Marx advertiu que a expansão capitalista é a sua própria sobrevida e ao fazê-lo esbarra em limites: não se estabiliza o novo valor criado com a quantidade de salários para o

⁶¹ Para a exposição do tema foram consultados Mészáros: *Para além do Capital* e *A crise estrutural do Capital*. Cf. MÉSZÁROS (2002; 2009). Trecho citado por Antunes na Introdução do livro de Mészáros (2009, p. 10).

consumo. As fronteiras ampliadas esgotam-se e a superprodução instala-se. Do mesmo modo, Mézáros, ao se debruçar sobre o século XX, observa que a forma social do capital, na desmedida para recompor seu valor, extrapola fronteiras nacionais, revigora mercados, apropria-se indiscriminadamente dos recursos naturais esgotáveis, de força humana de trabalho, até deparar-se novamente com seus limites – os entraves da lei do valor – pois a produção e a circulação retraem-se com abundância de mercadorias, sem escoamento. Cada ciclo reprodutivo do capital “acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*” (MÉSZÁROS, 2009, p. 11). Os processos produtivos atuais, incontroláveis, provocam uma disjunção crescente entre a *utilidade* da mercadoria para a revalorização do capital – a *antinecessidade* – e as autênticas necessidades da humanidade, provocando destruição da natureza, da força humana de trabalho, entre outros.

No início dos anos 1980, o capital sinalizou para uma recuperação da taxa de lucro. Com o neoliberalismo implantado em boa parte dos países ocidentais (a solapar as conquistas dos trabalhadores) e o colapso do Leste Europeu, reincorporando suas “ruínas” sob a égide mercantil, o sistema sociometabólico do capital revigorou-se, não o suficiente para recuperar os valores de acumulação aos patamares das décadas de 1950 e 1960. Em meados dos anos 1990, o mercado chinês e o asiático integraram-se ao processo global de produção e à circulação de mercadorias que para Oliveira (2009) representou uma “verdadeira revolução na escala de mais-valia”. Cerca de 500 milhões de novos operários do continente asiático (oriundos do campo), principalmente na China e na Índia, nos últimos 30 anos, foram subutilizados para atender aos interesses do capital mundializado. Isso possibilitou a expansão da produção asiática pelo mercado mundial em 30%, exatamente porque houve o rebaixamento do custo da produção de força de trabalho. No entanto, “não houve uma sincronia entre este vigoroso movimento de bens materiais e a expansão dos salários reais” (OLIVEIRA, 2009).

Para Oliveira (2009) a crise atual não é uma crise financeira e sim, uma crise do capital produtivo e de longa duração. Instalou-se na atualidade uma crise da realização do valor: os salários reais nos países desenvolvidos não crescem com a mesma proporção em que são produzidos os bens dos países anteriormente periféricos. Os salários não conseguem comprar a riqueza líquida acumulada. E, sob as condições do capitalismo avançado, a exigência é a “alocação de uma porção cada vez maior da riqueza social para a produção do *desperdício institucionalizado*”. Os endinheirados, em virtude “de sua posição privilegiada na

estrutura de comando do capital”, se apropriam de forma extravagante de porção importante do produto social, sem contribuírem em nada para a sua formação. A *utilidade* das mercadorias corresponde à *antinecessidade* ao invés de satisfação da necessidade humana (MÉSZÁROS, 2002, p. 617, grifo do autor).

O problema da *financeirização* do capital mundial agrava a crise nos ramos da economia produtiva, uma vez que o capital fictício, preferencialmente a partir dos anos 1980, passa a compor o elemento central das negociações na estrutura global da lógica mercantil, obstaculizando o investimento nos ramos produtivos.

A imensa expansão especulativa do aventureirismo financeiro – sobretudo nas últimas três ou quatro décadas – é naturalmente inseparável do *aprofundamento da crise dos ramos produtivos da indústria*, assim como das resultantes perturbações que surgem com a absolutamente letárgica acumulação de capital (na verdade, acumulação fracassada) no campo produtivo da atividade econômica. Agora, inevitavelmente, também no domínio da produção industrial a crise está ficando pior (MÉSZÁROS, 2009, p. 25, grifo do autor).

A estrutura atual do capital não consegue recuperar o vigor de décadas anteriores e o comportamento cíclico das crises subordina-se a uma crise mais “longeva e duradoura, sistêmica e estrutural”⁶² (MÉSZÁROS, 2009, p. 10). Com intervalos cada vez menores entre o ciclo “expansão-recessão”, a crise encontra-se na própria realização do valor, pois para fazê-lo (realizar-se) o capital recorre ao decréscimo da taxa de utilização do valor de uso (em detrimento do valor de troca), reduzindo o tempo de vida útil das mercadorias, condição necessária do seu ciclo reprodutivo atual, revelando um modo de vida cada vez mais marcado pela *superfluidade e desperdício*. Sobre isso, observa Mézáros:

Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é que ele não pode separar “avanço” de *destruição*, nem progresso de *desperdício* – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quando mais o sistema destrava os poderes da produtividade, mais libera os poderes da destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfixiante (MÉSZÁROS, 2009, p. 73, grifo do autor).

⁶² O trecho é citado por Antunes na Introdução do livro de Mézáros (2009, p. 10).

Em todas as outras formas de sociabilidade, a produtividade esteve, indissoluvelmente, ligada à utilidade das práticas dominantes daquela sociedade. Na forma-mercadoria o expansionismo do capital determina o critério de utilidade ao qual tudo deve se conformar. Sob a égide global da valorização do valor, a utilidade das mercadorias tem tempo determinado, assim como o seu tempo de vida; “o modo de produção capitalista converte-se em inimigo da durabilidade dos produtos”. A “taxa de utilização decrescente do valor de uso” dos produtos penetra em todo o tecido social e a *descartabilidade* dos objetos (indústria de computadores, por exemplo) transmuta-se nas relações humanas de modo mais amplo; as próprias relações sociais (afetivas inclusive) tornam-se passageiras, descartáveis e supérfluas (ANTUNES, 1999, p. 51).

A tendência das formas produtivas atuais de diminuir a vida útil das mercadorias, para tornar ágil o ciclo reprodutivo do capital, pressupõe uma constante artificialização da utilidade dos produtos e os próprios sujeitos da produção tornam-se consumidores manipulados e tanto mais “cinicamente manipulados – como fictícios ‘consumidores soberanos’ – quanto maior a pressão da taxa decrescente de utilização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611). Acerca dos propósitos centrados primordialmente nos valores-de-troca, acrescenta o autor:

[...] O propósito global e a força motivadora do sistema capitalista não pode conceber a produção de valores de uso orientada-para-a-necessidade, mas apenas a bem-sucedida *valorização/revalorização* e a constante *expansão* da massa de riqueza material acumulada (MÉSZÁROS, 2002, p. 625, grifo do autor).

A tendência do capital em reduzir a vida útil dos produtos para responder ao seu impulso autoexpansivo (e o faz de forma incontrolável), coloca em alerta a própria sobrevivência do planeta. As forças naturais necessárias para o intercâmbio do homem com a natureza são esgotáveis e a extensão com que o capital se apropria das forças produtivas vem promovendo uma destruição ambiental sem precedentes na história da humanidade, além da destruição da força humana produtiva, empurrando milhões de pessoas para engrossar as fileiras dos despossuídos, em benefício da reprodução ampliada do capital.

Sob as condições de crise estrutural do capital, seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total, numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para o sistema reprodutivo social, em si, como para a humanidade em geral (MÉSZÁROS, 2002, p. 100 apud ANTUNES, 2005, p. 119).

Para Mészáros, a situação do desemprego, envolvendo também um grande número de trabalhadores altamente qualificados, não pode ser tratada como “subproduto normal” do desenvolvimento das forças produtivas, nem tão pouco problema periférico dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas expressão de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista (estrutural) em muito já dimensionada por Marx:

É uma lei do capital criar *trabalho excedente, tempo disponível*; e só pode fazê-lo se acionar o *trabalho necessário* – ou seja, se entrar em intercâmbio com o trabalhador. É sua tendência, portanto, criar tanto trabalho quanto possível; do mesmo modo, é igualmente sua tendência reduzir o trabalho necessário ao mínimo. Portanto, igualmente é uma tendência do capital *aumentar* a população trabalhadora, assim como constantemente colocar uma parte dela como *população excedente* – população que é *carente de uso* até a época em que *o capital possa utilizá-la* (MARX, 1973, p. 399-401 apud MÉSZÁROS, 2002, p. 620-1, grifo do autor).

Em outros momentos de expansão das forças produtivas, a população “carente de uso”, nos moldes do *controle social*, normalmente era responsabilizada por sua “própria inutilidade” e a miséria decorrente do seu “desuso” podia ser justificada “em nome de um brilhante futuro de consumo para todos”. Hoje, entretanto, com a crise em curso e os seus novos níveis de desemprego, não há como negar profundas fissuras na sociabilidade contemporânea, quando não apenas “parte da força de trabalho” mas sua totalidade anseia por empregos disponíveis (MÉSZÁROS, 2009, p. 68).

A tendência de um novo padrão emergente de desemprego proveniente da *tecnificação* dos processos produtivos e da *desmedida* do capital é “um indicador do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo atual”. Para Mészáros, não se trata de determinismo histórico (ou lógico), mas de compreender que a dimensão da crise estrutural contemporânea atinge não apenas “a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas ‘desprivilegiadas’, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade de força de trabalho da sociedade” (MÉSZÁROS, 2009, p. 69, grifo do autor).

Mészáros (2009, p. 69) observa que muito embora exista ainda um vasto “estoque de contramedidas manipuladoras”, o confronto entre a força de trabalho total e o capital

monopolista pode enveredar-se para um acirramento (em longo prazo) do antagonismo social entre capital e trabalho. Vale lembrar (ao modo de Marx) que as condições históricas e as relações sociais postas pela atuação dos sujeitos é que podem indicar os caminhos da *oposição entre as classes*. Mészáros coloca uma indagação a respeito dessa contradição intrínseca ao modo de produção capitalista e à sua processualidade: a viabilidade do conflito social básico (capital-trabalho) da forma-mercadoria *mundializada* pode ser indefinidamente contida? Merece referência a alusão de Mészáros às palavras de Marx. Diz o primeiro:

Quando Marx demonstrou que a força bruta do determinismo econômico, desencadeada pelas desumanizadoras necessidades de produção do capital, impera sobre todos os aspectos da vida humana, demonstrando ao mesmo tempo o caráter inerentemente *histórico* – ou seja, necessariamente *transitório* – do modo de reprodução predominante, ele tocou a ferida da ideologia burguesa: o vazio de sua crença metafísica na ‘lei natural’ da permanência das relações de produção vigentes (MÉSZÁROS, 2009, p. 73, grifo do autor).

Em conclusão, pode-se aferir que o modo de produção e reprodução social da atualidade aponta para a dupla dimensão prescrita pelo capital: *expansão e destruição*. O capital precisa expandir-se e o faz confrontando os produtores com suas próprias demandas, subjugando-os à necessidade de acumulação do capital – a *antinecessidade* humana. A sobreposição do valor-de-troca em detrimento do valor-de-uso, confere ao capitalismo contemporâneo condições produtivas em que a vida útil das mercadorias é reduzida para rapidamente restaurar o ciclo da acumulação – a *descartabilidade*. O processo de reprodução exige também a incessante ampliação da produtividade, ocasionando a degradação da natureza, do trabalho e da própria humanidade. Longe de minimizar a exploração do trabalho e dispensar trabalho vivo, a forma social do capitalismo avançado coloca uma parte considerável dos sujeitos produtivos subjugados às exigências brutalizantes do processo de trabalho. Possibilita à outra parte incorporar-se à despótica exigência do capital de colocar constantemente parcela da população trabalhadora como população excedente. Nos desenlaces atuais, a destruição de força humana produtiva é um dos imperativos da autorrealização ampliada do capital.

Entretanto, segundo Marx, o capital *ad infinitum* revitaliza-se na esfera da produção – o lugar secreto da sua pulsão vital – o que coloca para o capital a necessidade de preservar trabalho. A contradição do capital prevista por Marx, destruição-preservação de trabalho,

permanece nas relações sociais contemporâneas, recompondo os mecanismos de extração de mais-trabalho e, apesar de o contexto da valorização “imperar sobre todos os aspectos da vida humana”, não se pode desprezar o que Marx anunciou em *O Capital*: o modo de produção capitalista tem temporalidade histórica – o que lhe confere transitoriedade.

PARTE II

4.3 O ESVAZIAMENTO DA LUTA DE CLASSES NO IMPÉRIO

O capítulo versará sobre as reflexões de Negri e Hardt a respeito da multidão, categoria criada pelos autores para expressar a força social capaz de se contrapor ao poder imperial. A categoria luta de classes dilui-se na fase imperialista para dar passagem à multidão, o contrapoder no Império. A polêmica dos autores com a analítica marxista sobre o trabalho e a luta de classes é exposta no capítulo, sempre vinculada aos conceitos de subjetividade (autônoma e cooperativa) e multidão.

4.3.1 A MULTIDÃO DESFAZ-SE EM INCERTEZAS

No primeiro capítulo desta dissertação foi possível traçar um perfil da multidão, conceito chave desenvolvido por Negri e Hardt para localizar o contrapoder no Império, uma nova forma global de economia caracterizada pela ausência de fronteiras, pela produção de informação e pela emergência do trabalho imaterial. Uma forma de *biopoder* que se dissemina por todos os poros da vida social e que, segundo seus autores, alcança a própria natureza humana.

Ao considerar uma transformação tecnológica profunda nos processos produtivos da constituição imperial, desencadeada pelos movimentos radicais em fins dos anos 1960, Negri e Hardt admitem mudanças significativas na atividade produtiva dos homens, tornando-a cada vez mais *autônoma, criativa e cooperativa*. Tais virtualidades possibilitam a ação de uma força social que não mais se constitui numa classe social restrita ao universo fabril, mas em potência social ampliada, com o “desejo profético” de se reapropriar do vivido e reinventar novos valores – a multidão.

O primeiro alvo de crítica da análise de Negri e Hardt diz respeito à própria composição da multidão. Os autores explicam o contorno das subjetividades da multidão (paixão, afeto, inteligência), mas não fica suficientemente esclarecido quem são os sujeitos concretos, partícipes dessa força criadora, capaz de subverter a ordem imperial. Por mais que eles apontem a rede comunicacional, o local por excelência do *paradoxismo* controle-subversão, veículo catalisador da *autonomia* de seus usuários, a ênfase permanece nas subjetividades. A rede transformou-se para eles no revendedor universal das mercadorias do mundo pós-moderno, plena de vida *inteligente, interativa e afetiva*, de subjetividades que não assumem elos concretos com o mundo material, a não ser pelo fato de a rede potencializar desejos (de cooperação, de autonomia, de afeto).

Nos dizeres de Boron, o conceito de multidão, embora “extremamente atraente”, esvazia-se porque conforma uma “totalidade de subjetividades” que indicam uma diluição de fronteiras entre exploradores e explorados, entre capital e trabalho. É interessante fazer alusão a uma entrevista de Hardt sobre o termo multidão: “em nosso livro o conceito de multidão funciona mais como conceito poético que factual” (CANGI, 2002, p. 3 apud BORON, 2002, p. 106). Utilizar a linguagem poética para estimular atitudes de cooperação, afetividade e autoconsciência é uma proposição sempre bem-vinda, mas não esclarece as complexas relações sociais pertinentes à sociedade do trabalho (BORON, 2002, p. 106-7).

O conteúdo compósito da multidão, ao se expandir em subjetividades *autônomas, cooperativas e intelectivas* desfaz-se em incertezas, pois como “situar [no] vastíssimo conglomerado social” da atualidade estas singularidades se para Negri e Hardt, na constituição híbrida do Império, as mercadorias (serviços e informações) são cada vez mais comunitariamente produzidas? Para os autores, na sociedade pós-moderna, o conjunto das formações sociais transita para uma sociedade em cooperação. Os portadores do capital, com a propriedade privada propensa a se dissolver no modo pós-moderno de produção social, tenderão a diluir-se na multidão? (BORON, 2002, p. 107)

4.3.2 A MULTIDÃO APROPRIA-SE DA PRODUÇÃO SOCIAL, SEM RUPTURA

Outro aspecto a ser problematizado é o desaparecimento das classes *em luta* no Império. Negri e Hardt consideram a pós-modernidade um momento de transição para uma sociedade comunista, com mudanças no próprio terreno imperial. Quando os autores remontam as lutas radicais, em fins da década de 1960, para que o capital pudesse estabelecer como resposta a reestruturação produtiva, o mérito da análise se expressa justamente por considerar as revoltas sociais imprescindíveis nas transformações em curso. No entanto, quando tomam a reorganização produtiva como parte de um processo de conversão para um novo modo de produção (comunista) corporificado em atividades laborais *autônomas e cooperativas*, Negri e Hardt rejeitam exatamente o que anteriormente (na fase imperialista) valorizaram – as lutas sociais como dimensão importante para uma transformação social.

Na verdade, considerar a subversão da ordem no próprio terreno imperial significa, para os autores, que a pós-modernidade em processo constituiu-se a partir de lutas anteriores (da modernidade), gestando um modo de vida em transformação, no qual a atividade produtiva tornou-se *autônoma, criativa e cooperada*, potencializando subjetividades capazes de transpor o domínio imperial sem precisar ruir seus alicerces, os quais podem ser flexibilizados pelo poder virtual da multidão. Sobre o assunto adverte Boron: “assim, de uma penada, desapareceram da cena as classes sociais e se evaporou a distinção entre exploradores e explorados e entre frágeis e poderosos” (BORON, 2002, p. 106).

Na modernidade, a disciplina fabril expandiu-se por todos os orifícios da sociabilidade até ser contestada nos anos 1960 pelos proletários e pelos jovens que não aceitaram a desmedida do capital. Assim, para Negri e Hardt, na governabilidade disciplinar da era industrial, a luta de classes possibilitou a transição para o Império. Em tempos informacionais, o trabalho permanece essencial, muito embora tenha sofrido mutações importantes, tornando-se uma atividade produtiva diferenciada capaz de potencializar mudanças de baixo para cima.

A posição da classe operária industrial não é mais hegemônica na era do trabalho imaterial. O proletariado foi substituído pela multidão, força social ampliada que se confronta com um domínio sem centro real, nos interstícios do próprio Império. Para Lessa, os autores

Negri e Hardt articulam um novo conceito de revolução: “não mais duas classes sociais (burguesia e proletariado) que se destruiriam no processo revolucionário, mas a transformação cotidiana, interna à ordem do capital, do velho ‘estilo’ de vida capitalista por um outro, o comunista” (LESSA, 2002, p. 116, grifo do autor)

4.3.3 O AFASTAMENTO DA ANALÍTICA DE MARX

Para os autores do Império, a contradição capital-trabalho foi fundamental enquanto perdurou a governabilidade disciplinar. No modo de vida pós-moderno, não apenas a composição do trabalho sofre modificações (autonomia, cooperação), como o capital transfigura-se num biopoder virtual global, sem qualquer centro territorial de poder. A multidão (e não o proletariado) plena de virtualidades, ao alcance da atividade produtiva, pode construir “uma organização política alternativa de fluxos e intercâmbios globais” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 15) no próprio terreno imperial.

Postular que os poderes constituintes da multidão estão em conflito constante com o poder constituído do Império, possibilitando uma transição para uma sociedade pós-mercantil (comunista) sem que as classes portadoras do capital e do trabalho entrem em conflito, significa afastar-se da analítica de Marx que agrega a extinção da contradição capital-trabalho a partir da luta de classes, compondo a gênese de uma nova sociabilidade. Em outras palavras, para Marx a luta de classes é inseparável da forma social que expropria trabalho alheio; no decorrer das diferentes temporalidades, somente ela (a luta de classes) pode promover a expropriação daqueles que lhe roubaram trabalho próprio. Na mesma linha argumentativa, Lessa considera ilusória a proposição de que “o capitalismo poderia se converter em outro modo de produção [...] sem qualquer quebra da sua continuidade pela gênese revolucionária de uma nova essência da reprodução social” (LESSA, 2007, p. 267).

O *corpus* conceitual de Negri e Hardt parece contemplar a ideia de que não é preciso expropriar os expropriadores (a negação da negação). Primeiro porque os expropriados já vêm conquistando um poder virtual com *autonomia, criatividade e intelecto coletivo* nas novas formas produtivas para subverter o Império sem bruscas rupturas. Segundo porque a

propriedade privada está sendo dissolvida no modo pós-moderno de produção dando lugar à *produção social*, demarcada por mercadorias imateriais (serviços e informação) que cada vez mais são comunitariamente produzidas pelas redes e de posse cada vez menos exclusiva. Lessa comenta as posições dos autores da seguinte forma: “o que está por trás desta concepção [...] é a tese de que podemos superar a ordem do capital e viver uma vida ‘comunista’ sem o desaparecimento da propriedade privada ou do próprio capitalismo” (LESSA, 2002, p. 117, grifo do autor).

Novamente trata-se de mostrar o afastamento das posições de Negri e Hardt das heranças de Marx. As revoluções, para o autor de *O Capital*, não obedecem a “esquemas preestabelecidos supratemporais”. A uma “igualdade logicamente impossível” das classes no capitalismo, opõe-se a “abolição [do capital] historicamente necessária”. No entanto, a *necessária submersão* para Marx contém, nela mesma, o fim da propriedade capitalista. Quando Marx expõe lógica e estruturalmente a submersão da sociedade de classes, “nos solicita apenas” que confiemos na “necessidade da propriedade comum dos bens materiais”, no domínio exclusivo dos valores de uso para que a humanidade possa conviver em liberdade (BENSAID, 2007, p. 244-247).

No entendimento de Negri e Hardt, a reestruturação produtiva já possibilitou a *comunalidade* em que os bens imateriais (a informação e os serviços) são produzidos “em comum” pelas redes e, portanto, cada vez mais difundidos e apropriados por seus produtores/consumidores. Dessa forma, a *propriedade privada* cede lugar para a *produção social*⁶³. Para os autores do Império, no modo de produção pós-moderno, “o capital foi obrigado a ‘ceder o comando’ ao ‘trabalhador social’” (LESSA, 2002, p. 119, grifo do autor).

No capítulo anterior muito se revelou das transformações na sociedade do trabalho, com o advento da reestruturação produtiva. O que não é passível de sustentação é propor que tais mudanças levam os donos dos meios de produção a “dar passagem” para uma produção social, sem ruptura com a lógica do valor. Ao longo do trabalho, as análises têm sinalizado para a *permanência* da lógica da acumulação capitalista que em tempos de multiplicação de riqueza *reificada* assume uma dimensão *destrutiva e incontrolável*. O capital não “cede

⁶³ Lessa interpreta em Negri e Hardt o *plano social* da seguinte forma: “como o ‘conjunto das relações sociais’ tornou-se produtivo, não temos mais a distinção entre trabalho e capital, nem entre trabalhadores e operários, todos são agora ‘sociais’”. Cf. Lessa, 2002, p. 121, grifo do autor.

comando” à produção social e sim, “impõe seu comando” para uma apropriação cada vez mais privada do valor (trabalho) com a finalidade de restabelecer sua valorização.

Os estudos de Negri e Hardt sobre a multidão têm o mérito de repor novamente a discussão acerca dos sujeitos e dos caminhos da emancipação, ainda que suas formulações permaneçam em planos subjetivos ou virtuais e dêem ênfase a um novo estilo de vida afetivo. Segundo Atilio Boron, “sua atitude [de Negri e Hardt] foi a mais saudável: abertura, busca, reconstrução”. Apesar de considerar “decepcionante” algumas categorias do livro (*Império*, por exemplo), Boron insiste em afirmar que seus autores conservam um impulso radical, muito embora talvez eles tenham que ser realocados para um cenário mais desprendido do mundo real e muito mais prisioneiro da virtualidade e da linguagem (BORON, 2002, p. 126).

O trabalho não deixa de ser fundamental na pós-modernidade de Negri e Hardt, mas sofreu mutações: tornou-se uma atividade autônoma, criativa e inteligente – o trabalho imaterial. Para os autores, a produção de bens duráveis da era moderna foi suplantada pelos bens imateriais – serviços, produtos culturais, conhecimento, informações – da era imperial. Para Negri e Hardt, o conteúdo do trabalho imaterial é afetivo e de interação humana. O diferencial está em Marx: na forma social do capital, o trabalho assume uma dimensão alienada para o produtor das mercadorias. O que deveria ser sua real exteriorização converte-se na ação de estranhar. Na configuração do capital, o trabalho é exatamente “o ser tenso da propriedade privada”: ao mesmo tempo em que é a essência da riqueza, contraditoriamente está submetido à propriedade privada. Assim, nos termos de Marx, a emancipação do homem requer o fim da propriedade privada e do trabalho alienado (CHASIN, 1995, p. 386).

Na medida em que Negri e Hardt consideram as subjetividades dos produtores cada vez mais autônomas, inseridas num modo de produção que “autovaloriza corpos em trabalho, reapropria-se da inteligência produtiva mediante a cooperação e transforma a existência em liberdade” (HARDT; NEGRI, 2006, p. 432), eles indicam que há um processo “em curso” de superação do trabalho alienado. Assim, o trabalhador não se mortifica mais (ao modo de Marx) quando passou a exercer sua atividade na era informacional que lhe capacita constituí-la de paixão, afeto, inteligência e criatividade. No universo teórico de Marx, o caráter emancipatório do trabalho tem objetivação na luta social e não no interior dos processos produtivos alienantes, sob o domínio do trabalho abstrato. Sobre o assunto, adverte Boron:

[...] o que fica após esta vaporosa operação é uma massa amorfa de singularidades altamente criativas, o que certamente poria em sérios apuros a tese que propõe o caráter alienante do trabalho e da vida cotidiana nas sociedades capitalistas (BORON, 2002, p. 106).

Para Marx (2006, p. 81), na sociabilidade reificada do capital, “a vida que ele [trabalhador] concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha”. A relação do trabalhador com sua atividade produtiva converte-se em estranhamento (perda do objeto) e em alienação (servidão ao objeto). Por mais que Negri e Hardt postulem ser a constituição híbrida do Império trânsito para um novo modo de produção, não haverá *produção social* enquanto houver exploração de mais-trabalho. Nos lineamentos de Marx, o trabalho imaterial, material, produtivo ou improdutivo são formas próprias de trabalho concreto, convertidos em trabalho humano abstrato. Em outras palavras, o trabalho imaterial continua se reproduzindo na forma de exploração de trabalho alheio. Os meios de produção – fabris ou informacionais – não foram apropriados pelo trabalhador mesmo com as alterações nas relações de produção do capital totalizado. A riqueza continua sendo reproduzida a partir da *surplus-value*.

Para Negri e Hardt houve um fundir-se harmônico⁶⁴ entre o homem e a máquina, potencializando o *intelecto coletivo* transfigurado num poder virtual que *transvaloriza* o real. Para Antunes, a perspectiva é outra: embora admita a transferência “do saber intelectual e cognitivo da classe trabalhadora para a maquinaria informatizada [recriando] novas formas e modalidades de trabalho”, para o autor de *Os sentidos do trabalho*, esse processo está longe de ser harmonioso e tornar a subjetividade da classe mais autônoma e cooperativa: “em nosso entendimento, ao contrário, a alienação ou, mais precisamente, o estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho, encontra-se em sua essência, preservado” (ANTUNES, 2005, p. 63-87). E acrescenta:

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas de reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianidade autêntica e autodeterminada (ANTUNES, 2005, p. 87).

⁶⁴ Lessa traz à tona o conceito do homem “cyborg”, presente em outros textos de Negri e Hardt para frisar a proposta dos autores de *simbiose* entre o indivíduo e as máquinas. “Estas, hoje, são ‘uma parte integral do sujeito’ que é ‘tanto humano quanto máquina em seu nódulo fundamental (*core*), em sua natureza”. Acrescenta o autor: “ao contrário do operário alienado do taylorismo teríamos, agora, um ‘sujeito ativo’ [...] que se integra com a máquina de forma harmônica, perfeita: um cyborg !” Cf. LESSA, 2002, p. 122, grifo do autor.

Um trabalho verdadeiramente livre e autônomo, dotado de *sentido* só o será, em pressupostos marxistas, numa sociedade “não mais regulada pelo sistema de metabolismo do capital”. As proposições de Negri e Hardt mostram uma constituição híbrida imperial a caminho de um novo modo de produção, em que a atividade exercida na era informacional compõe-se de autonomia e cooperação. Entretanto, as evidências históricas atuais demonstram uma intensificação da exploração do trabalho, do estranhamento e mesmo da “perda (quase) completa da dimensão da humanidade” nos crescentes contingentes de trabalhadores precarizados e desempregados (ANTUNES, 2005, p. 65).

A forma social pós-moderna de Negri e Hardt, dimensionada pelo trabalho imaterial, de subjetividades cooperativas, não se apresenta como uma “esfera cheia de vida inteligente, interativa, afetiva e criativa”. Ao contrário disso, “na vigência do valor de troca, o vínculo social entre as pessoas transforma-se em uma relação social entre coisas [...] trata-se, portanto, de uma relação reificada entre os seres sociais” (ANTUNES, 2005, p. 73). Ainda que se permaneça no plano da “produção do desejo”, da potencialidade presente na multidão, enfim, numa dimensão virtual (não real), tem pertinência a seguinte indagação: como podem as subjetividades *afetivas*, *interativas* e *cooperativas* assim se constituírem, nos marcos de uma materialidade reificada pela forma-mercadoria, em que “a *valorização* do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*)” (MARX, 2006, p. 80, grifo do autor)?

Em Negri e Hardt, a contradição entre o capital e o trabalho, própria da era moderna, diluiu-se e a luta de classes foi substituída pelo “desejo profético” da multidão em “tecer ações generativas coletivas infindáveis” contra o “desejo de morte” do Império que lhe retira vitalidade o tempo todo. Esta concepção acentua o distanciamento dos autores da analítica de Marx, para a qual o tema da emancipação foi seu *telos* permanente “que não se esgota em qualquer instância conclusiva”. Entretanto, o seu agente passa a ser uma categoria social de cadeias radicais, “universal pela universalidade de seus sofrimentos” que, *em luta*, enraizada nas relações materiais de vida, vislumbra a recuperação total do homem (CHASIN, 1995, p. 366).

Marx deixa patente em suas reflexões que não há uma “nova condição humana” porque as subjetividades assim o desejam. O “poder constituinte e a subjetividade coletiva que o forma são, antes de qualquer coisa, uma realidade social” (LESSA, 2002, p. 123). E esta realidade social continua expropriando trabalho alheio (material ou imaterial), ao mesmo tempo em que subordina “todos os processos produtivos sociais aos parâmetros da valorização” (MAAR, 1994, p. 85) e tais processos não têm produzido virtualidades *interativas, autônomas e cooperativas*. A regência do capital na atualidade não é apenas residual, ao contrário disso,

Vivemos uma quadra histórica em que a ampliação e intensificação da exploração do trabalho tem levado a um assustador renascimento [...] de formas pré-capitalistas como o escravismo. Temos hoje na moderada avaliação de Kevin Balas, três vezes mais escravos do que a totalidade dos seres humanos retirados da África durante *todo o período colonial* [...] O continente subsaariano passa por um processo no qual miséria e Aids se associam de forma explosiva. O planeta Terra enfrenta os primeiros desequilíbrios ecológicos que ameaçam tornar inabitáveis regiões como o sul do Chile e da Austrália (LESSA, 2002, p. 124, grifo do autor).

4.3.4 A AÇÃO POLÍTICA DA MULTIDÃO NO INTERIOR DO IMPÉRIO

Os autores não negam as ações do Império em restringir, criminalizar e reprimir a multidão. O poder da corrupção do domínio imperial retira, com freqüência, vitalidade da multidão. No entanto, para enfrentar o “desejo de morte” do Império, a multidão deve constituir-se numa força política e conquistar *os direitos plenos de cidadania* nos países em que vivem e trabalham, no próprio terreno imperial. A ação da multidão deve combater as investidas do Império a partir de demandas políticas, sem demolição dos alicerces econômicos.

Para Negri e Hardt, *o nomadismo* é uma das exigências da população mundial que deve ser contemplada na ação política da multidão. A mobilidade dos povos é uma demanda definitiva da *cidadania global*. Boron polemiza com os autores sobre as razões da circulação global de pessoas. Segundo aquele, as verdadeiras motivações do *nomadismo* estão ausentes das formulações de Negri e Hardt. Ao invés disso, eles explicam o movimento global das

populações como desejo da multidão em constituir-se numa “espécie universal em circulação”.

A movimentação das populações terceiro-mundistas, o fenômeno das grandes “ondas migratórias” está associado às mazelas da atual fase do capitalismo globalizado. Populações inteiras afetadas pelo desemprego estrutural, outras caudatárias das ruínas do Leste Europeu e os “filhos da guerra” em fuga das invasões norte-americanas no Oriente Médio compõem o triste cenário da real necessidade do “desejo de circulação” a que se referem Negri e Hardt. As motivações “pelas quais grandes massas de nosso tempo têm que emigrar, buscando desesperadamente ser exploradas nos capitalismo metropolitanos” (BORON, 2002, p. 111), não estão mencionadas nas páginas do Império. No entanto, os autores convivem com as ondas de xenofobia e com as ações nazi-fascistas que invadem a Europa desde a década de 1990, e talvez neste contexto, preferem considerar que o “status jurídico da população seja reformado”, mas eles não ignoram a necessidade em defender a cidadania global.

A outra demanda política da multidão, *um salário social e uma renda garantida para todos*, é contestada por Boron (2002, p.112): é uma proposta muito parecida com a política social democrata de várias democracias industrializadas do Norte, o “salário cidadão”. Essa política até agora (com meio século de vigência) não alterou as relações de exploração da sociedade burguesa e muito menos emancipou a multidão. Quanto ao *direito à reapropriação* da linguagem, da comunicação, das máquinas, enfim dos meios de produção, já foi mostrado sua inviabilidade, numa leitura marxista da sociedade de classes. Sobre o assunto, Boron indaga:

[...] devemos supor que os donos e/ou quem controla esses novos, muito complexos e custosos meios de produção irão ceder pacificamente sua propriedade e seu controle sobre os mesmos, jogando fora os próprios fundamentos de sua riqueza e de sua dominação política? (BORON, 2002, p. 118)

Para uma apreciação da analítica marxista sobre a luta de classes, conclui-se que Negri e Hardt indicam um caminho distante dela, principalmente quando consideram a multidão, a nova categoria capaz de constituir-se num contrapoder, alterando a biopolítica do Império, sem remover os domínios econômicos totalizantes do capital. Neste aspecto, há um demasiado afastamento das *glosas* de Marx que tem como principal revelação a finitude do

modo de produção capitalista. Em Marx, os processos históricos em que se desenvolvem a contradição capital-trabalho, pressuposto ineliminável da forma-valor, podem mobilizar os sujeitos produtivos *em luta*, e isto incorrer em rupturas nas configurações sociais do capital. A extração de mais-trabalho é a essência da continuidade do capital, aquilo que lhe dá vitalidade, mas pode também significar o seu desmantelamento. Quando Negri e Hardt sugerem um processo de mudança “em curso” que permite às subjetividades autônomas e cooperativas reapropriarem-se da produção social, não aludem à herança de Marx, a qual, por meio da expropriação dos expropriadores pode possibilitar o livre acesso aos produtores, aos meios sociais de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O dilema inicialmente posto versou sobre a desapareição da luta de classes nas formações sociais contemporâneas, categoria incisiva na analítica de Marx, enquanto o capital provê sua existência. O percurso do texto procurou resgatar o conceito de luta de classes em Marx, voltando-se para *O Capital* que, por seu padrão reflexivo dialético, revela a contradição capital-trabalho como cerne da oposição entre as classes, em uma sociabilidade alicerçada na produção de mais-valia.

A discussão da luta de classes abordou inicialmente as premissas de três autores vinculados às heranças de Marx – Kurz, Negri e Hardt –, atentos às transformações oriundas da nova fase do capitalismo avançado. Em meio aos impactos das mudanças científicas e técnicas nos processos produtivos da modernidade, eles formulam novas proposituras sobre a luta de classes. A busca dos pressupostos de Marx em *O Capital* foi partilhada pelos teóricos Fausto e Benoit, os quais conduzem a investigação da categoria luta de classes, demarcando posições diferenciadas sobre a inércia ou movimento das classes, mas ambos agregando a essa categoria sua contradição inalienável – capital-trabalho – em que a exploração de trabalho alheio lhe é pressuposta.

A análise de Fausto desvenda que, em Marx, a *interversão* da lei de apropriação de trabalho próprio em apropriação de trabalho alheio é a base da luta de classes. Na moldura capitalista, o trabalhador, ao invés de se apropriar do produto de seu trabalho (próprio), depara-se com o processo de *interversão* da apropriação – o capitalista é quem se apropria do seu trabalho, sem troca. Segundo Fausto, o contrato desigual estabelecido na origem da sociedade burguesa – desapropriação de trabalho alheio – é a essência, para Marx, do modo de produção capitalista. Assim, a contradição capital-trabalho (pressuposta) ao perseguir o movimento histórico (posta) viabiliza a oposição entre as classes – a luta de classes instaura-se como negação, como possibilidade necessária de humanização da vida. Fausto acentua uma posição filosófico-científica de Marx: a luta de classes é incontornável enquanto há capital expropriando trabalho.

Com Benoit, apurou-se a reconstrução lógico-histórica do percurso da mercadoria em *O Capital*, ou ainda, como D-M-D' constitui-se em capital *na* circulação e *fora da* circulação – na produção. Marx, ao mostrar a *inquietude* do trabalho contida na mercadoria decifra o seu segredo: o trabalho é a verdadeira alma da produção. O possuidor do dinheiro (D) precisa encontrar a mercadoria (M) força de trabalho disponível no mercado, na esfera da circulação. Marx explica em *Crítica da economia política* que o desenvolvimento histórico precedente disponibilizou o trabalho para o capital: o produtor foi expropriado para que seu trabalho (M) ficasse à disposição do possuidor de dinheiro (D) e atribuísse mais valor a ele (D'). Segundo Marx o processo de valorização do valor (D') que envolveu originalmente a expropriação de produtores ocorreu de forma violenta – a violência da luta de classes – e o será na possível emergência da expropriação dos expropriadores (negação da negação).

Adentrar-se em *O Capital* significou resgatar a luta de classes, inicialmente como contraviolência do contrato desigual – apropriação de trabalho alheio, sem troca – passível de efetivação no movimento histórico das relações de produção, quando as classes se opõem *em luta*. Em seguida, a luta de classes instaurou-se em Marx como possibilidade real de superação do modelo produtivo vigente – a oposição entre as classes como fim posto e princípio pressuposto na origem da uma nova sociabilidade. A aquisição da dialética possibilitou-lhe remontar as raízes históricas do capital e esculpir o escândalo: a vida do capital é transitória.

De posse das análises da luta de classes e da sua contradição essencial na forma-mercadoria, a investigação avançou para a compreensão da textura marxista sobre o conceito de trabalho, pressuposto inextinguível dos homens ativos. Para dar prosseguimento ao dilema da desaparecimento do trabalho em tempos de modernização capitalista, resgatou-se a dupla dimensão do trabalho em Marx: seu significado econômico e emancipatório, simultaneamente. Ao remontar suas heranças, mostrou-se que o trabalho como criador de valor é expressão de um modo histórico determinado – a forma do capital – que submete a atividade criadora do homem à reprodução de valores de troca – o trabalho abstrato. No universo teórico de Marx, o ponto de partida da socialização do homem é a atividade prática sensível que permitiu o salto ontológico do ser em direção ao ser social, rumo a sua humanização. O trabalho, ao apresentar uma posição teleológica consciente, possibilita escolhas entre as alternativas reais (causalidades), as quais conformam continuidades e

descontinuidades. Essa plasticidade do existente torna a objetivação do *telos* uma *ação em liberdade*.

No pensamento original de Marx, a essência da práxis é a *possibilidade*. Entretanto, a sociedade capitalista universaliza ilusoriamente sua forma social produtiva como a única possível e trava a apreensão do trabalho como momento privilegiado de autorrealização humana. A partir dessas aquisições, o texto estabelece um diálogo com as análises de Kurz sobre o fim da sociedade do trabalho, com a modernização em colapso. Ao desconsiderar a atividade prática sensível como essência da humanidade e não vislumbrar no trabalho um processo formativo para autoemancipação do homem, kurz se desfaz da tradição marxista e torna a sua *cultura da recusa* apenas expressão teórica da mudança, uma vez que a existência humana, para ele, não se fundamenta no trabalho. Em Marx, as configurações da consciência enraízam-se nas relações materiais da vida, constituídas por homens *em atividade*.

A analítica de Kurz, centrada apenas no trabalho como criador de valores, esbarra em outro problema. Ao considerar “os mortos carregando os vivos” na crise terminal da formamercadoria, o autor faz considerações precipitadas sobre o desaparecimento do trabalho. O trabalho abstrato é para Marx criador de valor, elemento fundamental para a própria sobrevivência do capital. Esse não pode abdicar da força humana de trabalho para sua revalorização, sem o qual não há possibilidade da sua própria existência. Quando o pensador de *O colapso da modernização* alude aos limites da sociedade do trabalho, transpostos pela dinâmica estrutural do sistema produtor de mercadorias, os acordes de Kurz se afastam em demasia das partituras de Marx, para o qual a ruptura da lógica mercantil potencializa-se na ação de sujeitos produtivos, os únicos capazes de pôr em movimento a luta de classes e a emancipação total dos homens.

Remontar as heranças de Marx significou também não partilhar da noção de luta de classes proposta por Kurz, categoria para ele envolta no fetiche da mercadoria e integrada à funcionalidade do sistema, em tempos de modernização do capital. O texto investigativo evidenciou, no entanto, que o conflito de classes não esteve unicamente conexo ao domínio da lógica mercantil, conforme proferira Kurz. A exposição recuperou a luta dos trabalhadores, principalmente em fins da década de 1960 (as jornadas de Maio de 1968), não apenas “do ponto de vista do trabalho”. Ao contrário disso, mostrou que parcelas significativas das

populações da Europa e da América Latina, *em luta*, procuravam romper com as amarras sociais do trabalho abstrato e reivindicavam a emancipação dessa asfixiante sociedade dos valores de troca.

Por fim, o texto faz um percurso provisório sobre a reestruturação produtiva e suas implicações para o mundo dos homens, na atualidade. As alterações significativas nas relações produtivas foram dimensionadas no texto: a desregulamentação, a precarização, a feminização e a informalização do trabalho são alguns dos elementos presentes nas novas “razões” da produção. O toyotismo, a hibridização das formas produtivas, ampliação do setor de serviços e a diminuição do operariado fabril foram outros dados apontados na exposição que procuram sinalizar para as particularidades da fase avançada do capital totalizante.

As mudanças nas configurações produtivas do capital indicam que houve um redirecionamento e intensificação da exploração do trabalho, corroborando com a proposição de Marx sobre o capitalismo: sua existência necessita “sugar” maciçamente energia humana. O capital continua reorganizando sua estrutura produtiva para recompor *ad infinitum* seu valor e, portanto, continua dispondo do “tempo de trabalho como única medida e fonte de riqueza”. A expropriação desmedida de trabalho alheio assume dimensões ímpares na fase atual da automação da produção: extensas jornadas de trabalho, nos chamados “novos mercados” e também no setor de serviços em países centrais ou periféricos. A desregulamentação e a informalidade do trabalho, e ainda, a situação de semiescravidão e violência em que vivem os trabalhadores imigrantes em várias partes do mundo, são alguns sintomas da elevação dos patamares de exploração de mais-trabalho.

As intervenções de caráter científico, técnico e de gestão introduzidas no espaço fabril e em outros setores, como comunicação, informação e serviços sugerem aquilo que Marx havia exposto “magistralmente” quando analisou as raízes do sistema: o capital é a contradição em processo. De um lado, para desenvolver suas forças produtivas, o capital procura diminuir sua dependência da força humana de trabalho e para tanto, “conclama à vida todos os poderes da ciência e da natureza”. De outro, continua acrescentando valor ao “valor já criado”, expropriando trabalho. Nesse sentido, introduzir tecnologia e diminuir trabalho vivo não constituem novidade na arquitetura do capital. Mas explicitar os desenlaces dessas forças para as relações produtivas atuais pode, sim, realçar aquisições próprias da moldura do

capital ou agregar outras e com isso, ampliar a compreensão das contradições em fase avançada da técnica e da ciência.

Em sua temporalidade histórica, o capital sempre reorganiza as relações produtivas em função da sua existência – a revalorização – e não pode prescindir de sua pulsão vital: sugar trabalho vivo como única fonte de riqueza. No entanto, nos recentes ciclos de valorização do capital, há uma diminuição em sua capacidade de incluir valores. As crises – sinais de interrupção da lei do valor –, com espaços de tempo cada vez menores umas das outras, anunciam novos elementos para os “dínamos” do capital. Os ciclos expansionistas de acumulação evidenciam um recuo no tempo de vida útil das mercadorias, tornando-as cada vez mais descartáveis, principalmente quando a utilidade dessas mercadorias dissocia-se cada vez mais das autênticas necessidades humanas. O modo atual de o capital “valorizar seu valor” reduz o tempo útil dos produtos e aumenta a velocidade com que destrói recursos naturais e força humana de trabalho.

A postura assumida por Negri e Hardt, em análise da pós-modernidade, tem um caminho diverso: ela contempla a mudança *em curso* na constituição híbrida do Império. A força social gestada na esfera produtiva informacional, constituída de subjetividades cooperativas e criativas, tem potência para transpor o sistema por dentro dele mesmo – a multidão tem poder de geração. De um lado, o Império é mencionado pelos autores como precursor do paradigma do controle, do “desejo de morte”. De outro, as redes de comunicação autonomizam as relações produtivas e permitem aos produtores-consumidores a reapropriação dos meios de produção. Numa perspectiva marxista, a reapropriação é uma possibilidade real quando as classes portadoras do capital e do trabalho se opõem, *em luta*, para pôr fim á exploração de trabalho alheio. A lógica da valorização do valor não foi modificada com a reestruturação produtiva. A exploração dos sujeitos produtivos continua ocasionando a existência do capital. Apropriando-se das reflexões de Marx, o trabalho não tem autonomia quando a apropriação é alheia. Entretanto, por seu caráter formativo, o trabalho não pode se autoemancipar, em relações produtivas pautadas pela alienação e estranhamento.

Marx, ao resgatar a *inquiétude* do trabalho contida na mercadoria, deixa evidente a essencialidade do trabalho para a existência do capital. No mundo contemporâneo, com as inovações tecnológicas e os impactos sobre as relações de produção, houve mudanças nas

formas de exploração do trabalho, marcadas inclusive por um rearranjo do capital para reorganizar seu mais-valor. Entretanto, apesar dos deslocamentos de setores produtivos, da hibridização produtiva, da ampliação dos serviços e redefinições na esfera fabril, o trabalho ainda é “medida e fonte de riqueza” para o capital. Há uma conformação mais diversificada e ampla do universo laboral, no entanto, ainda tem vigência a “substância espoliadora” do capital. Ele ainda se alimenta “à base dos vampiros” – sugando trabalho alheio.

A herança de Marx só poderia ser contornada se os alicerces do capital estivessem em desaparecimento. Marx exercitou com desenvoltura a análise da economia política burguesa, e o fez penetrando em suas raízes profundas para descobrir os mecanismos de funcionamento do próprio capital – a lei do valor, por exemplo. O capital segue modificando-se, sempre em função da revalorização. Os distintos tempos históricos guardam em si, ao mesmo tempo, continuidades e rupturas, plasticidade e rigidez, conservação e atualização. Assim, o capital preserva suas raízes intrínsecas e a contradição capital-trabalho é sua condição existencial. Na presença da expropriação de trabalho, a possibilidade da luta de classes “paira” (é pressuposto) nas estruturas do capital e a temporalidade histórica (posta) lhe sentenciará os rumos. A necessária submersão do capitalismo, a luta de classes, ou ainda, a negativa compreensão da realidade, *brotava da situação* de riqueza abundante e carência generalizada.

Para aqueles que propõem o fim da sociedade do trabalho e da luta de classes, trata-se de fazer a seguinte indagação: o paradoxo carência e riqueza findou-se? Ao menos, minimizou-se? Ao longo da exposição mostrou-se o inverso, não por impulso investigativo, mas porque as raízes desse modo de produção estão fincadas num contrato desigual – apropriação de trabalho alheio – que possibilita a *infinitude* do capital. O escândalo é exatamente a contradição capital-trabalho porque ela instaura a necessidade de emancipação da finita materialidade da forma-valor. Para além do desenvolvimento da técnica e da ciência, o capital – a contradição em processo – por seu vampirismo, mostra-se hoje mais do que nunca, destrutivo, exigindo, em face do humano, a recomposição das relações sociais para que os trabalhadores possam usufruir autenticamente das coisas finas e espirituais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. 191 p.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1985. 254 p.

AMARAL, Ilana. Crítica ao “Manifesto contra o trabalho”: acerca do trabalho abstrato e da abstração da crítica. *Proletarizadas*: contra a corrente de todo o mundo, unamo-nos, n. 9, set-nov. 1999. Disponível em: <<http://www.inventati.org/contraacorrente/>>.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do trabalho*: o confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 220 p.

_____. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquiria Domingues L. (org.). *Lukács*: um galileu no século XX. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 97-103, 1996.

_____. *Os Sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 261 p.

_____. *O caracol e sua concha*: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005. 136 p.

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de História. Trad. GAGNEBIN, Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Muller. *Cadernos do curso de Filosofia da PUC*, São Paulo, 2000.

BENOIT, Hector. Sobre a crítica (dialética) de O Capital. *Crítica marxista*. São Paulo: Brasiliense, v. I, n. 3, p. 14-44, 1996.

_____. Da dialética da natureza à derradeira estratégia política de Engels. In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, J. J. ; TRÓPIA, Patrícia V. (org.). *A obra teórica de Marx*: atualidade, problemas e interpretações. São Paulo: Xamã, p. 91-104, 2000.

_____. Marx à luz de Wittgenstein. *Crítica marxista*. São Paulo: Boitempo Editorial, n.12, p. 147-155, maio/2001.

BENSAID, Daniel. Um olhar sobre a história e sobre a luta de classes. In: BORON, A.A.; MADEO, J.; GONZÁLES, S. (org.). *A teoria marxista hoje – problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, p. 243-244, 2007.

BERTERO, José F. Sobre o trabalho heterogêneo: notas acerca da tese de Offe. *Lutas Sociais*. São Paulo: Neils, n. 21/22, p. 146-165, 2009.

BORON, Atilio A. *Império & imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antônio Negri*. Trad. Lilian Koifman. Buenos Aires: CLACSO, 2002. 168 p.

CHASIN, J. Da Teoria das abstrações à crítica de Lukács. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx: Uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995. p. 433-506.

CHAUÍ, Marilena. A história no pensamento de Marx. In: BORON, A.A.; AMADEO, J.; GONZÁLES, S. (org.). *A teoria marxista hoje – problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO/Expressão Popular, p. 143-166, 2007.

FONTES, Virgínia. Introdução a Marx, o incontornável. De mortes e vidas. In: NÓVOA, Jorge (Org.). *O Incontornável Marx*. São Paulo: Edufba/Unesp, p. 11-14, 2007.

FAUSTO, Ruy. *Marx: lógica & política – Tomo II*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 331 p.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 333 p.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990. 271 p.

GRESPLAN, Jorge. A crise na crítica à economia política. In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio N.; RANIERI, J. J. ; TRÓPIA, Patrícia V. (org.). *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, p. 91-104, 2000.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de La Accion Comunicativa: Tomo II – Crítica de la razón funcionalista. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Taurus, 1988. p. 427-572.

HARDT, Michael & NEGRI, Antônio. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006. 501 p.

KRISIS. In: Grupo Krisis – Manifesto contra o trabalho. Trad. Heinz Dieter Heidemann com colaboração de Cláudio Roberto Duarte – Publicado nos *Cadernos do Labor* – n. 2 (Laboratório de Geografia Urbana/Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo) FFLCH/USP. São Paulo, p. 1-27, 1996.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 244 p.

KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1998. 394 p.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 287 p.

_____. Trabalho imaterial, classe expandida e revolução passiva. *Crítica marxista*. São Paulo: Boitempo Editorial, n. 15, p. 107-126, outubro/2002.

_____. *Para além de Marx?* Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005. 104 p.

_____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007. 359 p.

LOUREIRO, Maria Isabel. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 13-22.

LUKÁCS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975. 354 p.

LUKACS, Gyorgy. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 114 p.

_____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007. 256 p.

MAAR, Wolfgang Leo. Fim da sociedade do trabalho ou emancipação crítica do trabalho social? In: *Liberalismo e socialismo: velhos e novos paradigmas*/vários autores. São Paulo: Editora da Unesp, p. 77-101, 1994.

_____. A reificação como realidade social. In: ANTUNES, Ricardo; REGO, Walquiria Domingues L. (org.). *Lukács: um galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 34-53, 1996.

_____. Por uma nova cultura política. *Margem Esquerda – ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo Editorial, n. 1, p. 57-65, 2003.

_____. Utopia já ! In: NETO, Benedito M. [et al]; GALVÃO, Andréia (org.). *Marxismo e socialismo no século 21*. Campinas: UNICAMP/IFCH: Xamã, p. 221-227, 2005.

MAAR, Wolfgang Leo. A dialética da centralidade do trabalho. Ciência e Cultura: temas e tendências: trabalho. *Revista da SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006, ano 58, n. 4, p. 26-28, out-nov-dez/2006.

MARCUSE, Herbert. *Ideologia da sociedade Industrial*. Trad. Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 238 p.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Khote. São Paulo: Nova Cultural. *Os Economistas – Volume I*, 1985. 297 p.

_____. O Capital: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Khote. São Paulo: Nova Cultural. *Os Economistas – Volume II*, 1988. p. 101-177.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Textos Filosóficos. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993. 270 p.

_____. *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon (1847)*. Trad. Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001. 196 p.

_____. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 175 p.

_____. *O Capital: crítica da economia política: Livro I*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 929 p.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 119 p.

_____. *Manifesto comunista*. Trad. Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 7-69.

_____. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle; Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 21-87.

MATOS, Olgária C. F. *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 185 p.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Ensaio, 1993. 287 p.

_____. *Para além do Capital: rumo a uma teoria de transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. p. 516-539; p. 604-653; p. 674-699.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. 133 p.

_____. István Mészáros e os desafios do tempo histórico. In: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL MARGEM ESQUERDA. São Paulo: Universidade de São Paulo. Promoção: *Revista Margem Esquerda* e Cenedic-USP, de 18/08/2009 a 01/09/2009.

NOBRE, Marcos. *Lukács e os limites da reificação*. Um estudo sobre História e consciência de classe. São Paulo: Editora 34, 2001. 133 p.

OLIVEIRA, Francisco de. Das invenções à indeterminação. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: *A era da indeterminação*. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S.– São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 15-45.

_____. Crise do capital e perspectivas do socialismo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A CRISE VISTA PELOS MARXISMOS DO SÉCULO XXI. São Paulo: PUC. Organizadores: CPFL Cultura e Boitempo Editorial, 24/08/2009.

SARTÓRIO, Lucia Aparecida V. Entre a Antropologia de Feuerbach e o pensamento de Marx. *Cadernos de ciências sociais*. Centro Univ. Fundação Santo André, n. 1, Santo André: Fafil, 2005. 23 p.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. *Trabalho e totalidade na ontologia do ser social de Gyorgy Lukacs*. 2000. 257 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – PUC Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2000.

SILVA, Leonardo M. Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe: apontamentos em torno de uma pesquisa. In: *A era da indeterminação*. OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele S. – São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 71-100.